

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2008

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Marina pressiona STF por reserva em RR – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2008	7
É retrocesso Supremo mudar reserva, diz índio – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2008	8
MST protesta em frente a usina do grupo – O Globo – O País – 01/05/2008	8
Arrozeiro agiu de má-fé, diz antropólogo – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 03/05/2008	9
Produtores pedem R\$ 90 mi de indenização para deixar a área – Katia Brasil – Folha de São Paulo – Brasil – 03/05/2008	10
"Resolvi sair de reserva para não acontecer uma tragédia", diz agricultor – Foha de São Paulo – Brasil – 03/05/2008	11
Incra acusa MST de destruir e roubar equipamentos - Anderson Alves – O Globo – O País – 03/05/2008	12
Terras indígenas detêm devastação na fronteira – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 04/05/2008	13
Campanha “Hediondo é o Latifúndio” – Sítio Eletrônico da CPT – 05/05/2008	15
Pequenos agricultores se mobilizam em 10 estados – Sítio Eletrônico da CPT – 05/05/2008	15
Pesquisador defende demarcação de Raposa Serra do Sol – Sítio Eletrônico do MST- 05/05/2008	16
AGRICULTORES FAMILIARES VÃO ÀS RUAS EXIGIR POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL – Sítio Eletrônico da Fetraf – 05/05/2008	16
Fazendeiros burlam recadastramento fundiário na Amazônia – Mauricia Reimberg – Sítio Eletrônico do MST – 05/05/2008	18
Nove índios são feridos em conflito em reserva de RR – Andrezza Trajano e José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008	20
Governo quer desocupar uma cidade inteira – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008	22
Ministra admite dificuldade em fiscalizar desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008	23
Justiça absolve mandante do assassinato de Dorothy – Sítio Eletrônico da CPT – 07/05/2008	23
A propriedade ou a vida – Fabio Konder Comparato – Folha de São Paulo – Opinião – 07/05/2008	24
Júri absolve acusado por morte de Dorothy Stang – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008	26
Irmão de missionária diz estar "chocado" com a decisão do júri – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008	27
PF prende líder de arrozeiros e 10 seguranças em Roraima – Andrezza Trajano - Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008	28
"PF vai responsabilizar pistoleiros", diz Tarso – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008	29
Ato de índios foi "terrorista", diz governador – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008	30

Após pressão do MST, recurso para habitação cresce – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008.....	31
Ministro Patrus Ananias recebe trabalhadores rurais em Brasília – Sítio Eletrônico do MDA – 07/05/2008.....	31
Fazendeiro que mandou matar Dorothy é absolvido pela Justiça – Sítio Eletrônico do MST – 07/05/2008.....	31
Verba para subsídio de imóvel rural aumenta para R\$ 1,5 bi – Arnaldo Galvão - Valor Econômico – Brasil - 07/05/2008.....	32
Cultura de impunidade marca violência no campo no Pará – Sítio Eletrônico da CPT – 08/05/2008.....	33
FETRAF APRESENTA AO GOVERNO FEDERAL PROPOSTA DO PAC DA AGRICULTURA FAMILIAR -	35
Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf - Sítio Eletrônico da Fetraf – 08/05/2008	35
Faroeste na fronteira – Folha de São Paulo – Opinião – 08/05/2008.....	36
Quem explica? – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 08/05/2008	37
Tarso diz que local de tiroteio em RR é "território indígena" – Lucas Ferraz e José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 08/05/2008	38
Para ruralistas, prisão é injusta e unilateral – Folha de São Paulo – Brasil – 08/05/2008	39
Indígenas montam barracos de lona nas estradas e bloqueiam acesso a fazendas – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 08/05/2008	40
Ministro recebe pauta de reivindicações da Fetraf – Sítio Eletrônico do MDA – 08/05/2008.....	41
CPT divulga nota sobre caso Dorothy Stang – Sítio Eletrônico da CPT – 09/05/2008... 41	41
Presidente está indignado com resultado judicial – Sítio Eletrônico da CPT – 09/05/2008.....	43
Protesto do MST bloqueia estradas no Sul – Folha de São Paulo – Brasil – 09/05/2008 43	43
Absolvição no Pará prejudica imagem do país, avalia Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 09/05/2008	43
Governo corta juro para atividade madeireira – Claudio Angelo e Felipe Seligman – Folha de São Paulo – Ciência – 09/05/2008.....	45
MST bloqueia sete estradas por 8 horas no Sul - Higino Barros – O Globo – O País – 09/05/2008.....	46
Absolvição no PA não mancha imagem do país, diz Mendes – Paulo Peixoto – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008	47
CNBB declara "indignação" em relação à absolvição de fazendeiro no caso Dorothy Johanna Nublat – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008	48
Ibama multa líder arroteiro de Roraima em R\$ 30,6 mi – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008	48
Mendes diz que decisão sobre área é prioridade – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008.....	49
Ex-dirigente de cooperativa de garimpeiros é morto a tiros – Silvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008	50
Polícia detém posseiros que derrubavam árvores no Pará – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008	51
Agricultores temem volta de ameaça e tensão a Anapu – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2008	51

No Pará, 1 em cada 10 ameaçados de morte tem proteção policial – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2008	53
Agricultores dizem que vitória de Bida na Justiça estimula 'grileiros' de Anapu – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2008	54
Decisão no Pará "escancara porta para crimes", diz bispo ameaçado – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2008	55
Cidade onde freira foi morta tem outras áreas em litígio – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 12/05/2008	57
Índios pró-arrozeiros querem bloquear acesso a alimentos – Hudson Correa - Folha de São Paulo – Brasil – 12/05/2008	58
Ministro defende produção de arroz em reserva – Folha de São Paulo- Brasil – 12/05/2008.....	59
Índios barram caminhões com cargas para arrozeiros – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2008	60
Definição sobre reserva atrasará, afirma ministro – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2008.....	61
CNA discute emancipação de assentamentos – CNA - 13/05/2008.....	62
FAMATO impetra mandado de segurança contra Ibama - CNA - 13/05/2008.....	62
"Anapu não é cidade que só tem bandido", diz prefeito – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2008	63
Sem escritura, líder arrozeiro se ampara em ofício da Funai – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2008	65
Índios desbloqueiam estradas dentro da Raposa – Evandro Éboli – O Globo – O País – 13/05/2008	65
CNA: soberania nacional deve ser garantida – CNA - 14/05/2008	66
Comissões investigam ação de milícias no Paraná – Sítio Eletrônico da CPT – 14/05/2008.....	66
Garimpeiros invadem área da Vale no Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008	67
Garimpeiros voltam a interditar ferrovia da Vale – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 14/05/2008	67
Ferrovia é liberada para carga e Vale classifica protesto como sabotagem - Ronaldo Brasiliense e Flávio Tabak – O Globo – O País – 15/05/2008.....	68
Incrá libera R\$ 1 mi para assentamentos em MS – Sítio Eletrônico do MDA – 15/05/2008.....	69
Vale vê sabotagem em nova ação do MST contra ferrovia no Pará - Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 15/05/2008.....	69
Produtividade rural – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/05/2008	70

Segunda Quinzena

Paz para os indígenas - D. GERALDO LYRIO ROCHA – O Globo – Opinião – 16/05/2008.....	72
Área onde 12 morreram volta a ser invadida – Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2008	73

Carreata marca chegada a Boa Vista de líder dos arroteiros – Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2008	73
Encruzilhada amazônica – César Benjamim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/05/2008.....	74
Perícia mostra que sabotagem na estrada de ferro de Carajás foi grave – Ronaldo Brasiliense - O Globo – O País – 17/05/2008	75
Incra reforça combate ao trabalho escravo no Pará – Sítio Eletrônico do MDA – 19/05/2008.....	76
Ruralistas ganham mais força no Congresso Nacional – Renata Camargo – Sítio Eletrônico do MST – 19/05/2008	76
Preço da terra no país sobe 16% e bate novo recorde – Roberto Samora – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/05/2008.....	79
Cafezais serão alvo de ação contra o trabalho precário – Claudia Rolli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/05/2008.....	81
MST invade cooperativa em Serra Pelada - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 20/05/2008.....	82
Preço de alimento e etanol levam terras agrícolas no Brasil a recorde - Aguinaldo Novo e Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 20/05/2008.....	83
Grau de investimento deve inflacionar preços da terra - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 20/05/2008.....	84
Agricultores invadem área da Aracruz no RS – Folha de São Paulo – Brasil – 22/05/2008.....	85
Ministros do STF visitam terra indígena em Roraima – Andrezza Trajano - Folha de São Paulo – Brasil – 23/05/2008	85
PF dobrará contingente dentro da reserva Raposa/Serra do Sol – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 23/05/2008	86
Os índios e nossas fronteiras – Rubens Ricupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/05/2008.....	87
Amazônia – O Globo – Panorama Político - 25/05/2008	89
Assentamentos precisam de R\$ 8 bi para infra-estrutura – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 26/05/2008	90
Qual latifúndio? – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 26/05/2008	92
Trabalhadores são resgatados no Pará – Sítio Eletrônico da CPT – 27/05/2008	93
Índios invadem Funasa em Cuiabá e fazem dois reféns Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 27/05/2008	93
Embargo à terra de líder arroteiro não sai do papel – Hudson Correa – Folha de São Paulo – 27/05/2008.....	94
Terras com estrangeiros: sem controle - Luiza Damé – O Globo – O País – 27/05/2008	95
Novas regras para posse em terras da União – Sítio Eletrônico do MDA – 27/05/2008	96
Sem-terra bloqueiam rodovia em MT e invadem sede do Incra – Folha de São Paulo – Brasil – 28/05/2008	97
Justiça condena dirigente do MST a 4 meses de detenção – Folha de São Paulo – Brasil – 28/05/2008.....	97
Índios deixam prédio no PR; atos continuam em 3 Estados – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008	98
União quer limite a estrangeiro na Amazônia – Fernanda Odilla – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008	98

O QUE DIZ A AGU – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008.....	100
Relatório da Anistia crítica "trabalho forçado" na cana – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008	100
Governo diz que setor é prioridade em fiscalizações – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008.....	102
Contag apóia restrições para compra de terras por estrangeiros – Sítio Eletrônico da Contag - 30/05/2008	102
Governo quer limitar compra de terras por estrangeiros – Sítio Eletrônico da CPT – 30/05/2008.....	103
Raposa: demarcação deve ser decidida em agosto - Maiá Menezes – O Globo – O País – 31/05/2008.....	104

Marina pressiona STF por reserva em RR – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2008

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) e o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Márcio Meira, estiveram ontem no Supremo Tribunal Federal, para "prestar informações cartográficas, históricas e jurídicas" ao presidente Gilmar Mendes na tentativa de provar a legalidade da demarcação da reserva Raposa/ Serra do Sol, em Roraima.

A ofensiva do governo ocorreu no mesmo dia em que a Folha publicou reportagem mostrando que o STF tende a modificar o modelo de demarcação contínua e que deverá deixar claro que, apesar da pressão de setores e ONGs internacionais, as Forças Armadas não sofrerão constrangimento para atuar em território indígena no país, porque a propriedade das reservas é da União.

Meira afirmou, ao sair do encontro, que o decreto é constitucionalmente "perfeito" e "deve ser cumprido".

"Viemos prestar as informações cartográficas, históricas e jurídicas necessárias e pedir rapidez no julgamento". Marina Silva não falou com a imprensa.

A demarcação da reserva foi feita em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, e homologadas em 2005, na gestão Luiz Inácio Lula da Silva. Na homologação, Lula determinou que o uso e a posse da terra sejam destinados aos índios e que os não-índios, sobretudo arroteiros, fossem retirados.

O plenário do STF suspendeu, no início de abril, a operação da PF para a retirada dos não-índios da reserva ao acatar liminarmente o pedido do governador José Anchieta Júnior (PMDB-RR), contrário à demarcação contínua. Os ministros mostraram-se sensibilizados com a questão e iniciaram um debate sobre a demarcação. Em parecer enviado ao STF, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, afirma que "a alegação de ofensa ao equilíbrio federativo e à autonomia de Roraima está divorciada da realidade".

O ministro Carlos Ayres Britto prometeu disponibilizar seu relatório até o final da semana que vem. A partir de então, cabe ao Gilmar Mendes decidir o dia que a questão será julgada -segundo ele, isso deve ocorrer até o final de junho. **(FELIPE SELIGMAN)**

É retrocesso Supremo mudar reserva, diz índio – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2008

De terno e gravata em busca de audiências com ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), o líder indígena macuxi Dionito de Souza disse ontem que, se a Justiça rever a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, não existe mais lei no país.

"Foi o próprio Supremo que determinou a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua. Se ele voltar atrás, então não existe lei aqui no Brasil, é tudo retrocesso", afirmou Dionito, que é coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima).

A **Folha** publicou ontem que o STF tende a modificar a demarcação contínua da reserva, criando "ilhas" na área para permitir a permanência de arroteiros.

Dionito defende a demarcação contínua com base em "dados da economia" da reserva. A área, segundo ele, tem 35 mil cabeças de gado e as 194 aldeias querem aumentar o rebanho.

"Por ano, vendemos 3.000 bezerros. Produzimos 50 toneladas de milho e 50 de feijão", afirmou ele. "Estamos defendendo o nosso país e querendo o desenvolvimento", disse o líder indígena.

MST protesta em frente a usina do grupo – O Globo – O País – 01/05/2008

Um grupo de cerca de 300 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acampou ontem em frente à Usina Santa Helena, em Rio das Pedras, interior de São Paulo, para protestar contra o que chamou de "trabalho escravo" que as indústrias de açúcar e álcool impõem a seus trabalhadores no corte de cana-de-açúcar.

A usina pertence ao grupo Cosan, o maior no ramo privado de açúcar e álcool do mundo e que acaba de comprar a Esso no Brasil.

O acampamento do MST na porta da usina começou por volta das 6h. Os sem-terra não chegaram a invadir o prédio da usina, onde dois mil funcionários trabalharam normalmente, sem interromper a produção das 11 mil toneladas de cana-de-açúcar processadas por dia. Por volta das 14h30m, os manifestantes abandonaram o acampamento. Segundo a Cosan, não houve danos ao patrimônio nem violência no tempo em que os sem-terra permaneceram no local, vigiados pela polícia, que não precisou intervir.

Entidade diz ter paralisado as atividades da usina Em nota, o MST disse que "a ação realizada às vésperas do Dia do Trabalho paralisou as atividades da usina". A integrante do MST Márcia Merisse disse que a usina foi escolhida devido aos crimes que a empresa praticaria, como escravidão por dívida, cárcere privado e terceirização fraudulenta.

Arrozeiro agiu de má-fé, diz antropólogo – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 03/05/2008

O Supremo Tribunal Federal pode abrir uma "temporada de caça" às terras indígenas já demarcadas no país caso reduza a área da terra indígena Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, para permitir a permanência dos plantadores de arroz que se recusam a desocupar a área. A opinião é do antropólogo Paulo Santilli, da Funai (Fundação Nacional do Índio). Foi ele quem produziu, em 1992, o laudo técnico que levou à identificação e à posterior demarcação (em 1998) da área.

Segundo Santilli, o processo de homologação da terra indígena já cumpriu todos os trâmites legais e, desde 2005, por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a área contínua da Raposa/Serra do Sol é o que se chama de "próprio nacional" -ou seja, terra da União. O Supremo Tribunal Federal determinou, no mês passado, a suspensão de uma operação da Polícia Federal para retirar os fazendeiros liderados por Paulo César Quartiero da área. E, conforme a Folha revelou na última quarta-feira, há no tribunal uma tendência a modificar o modelo de demarcação contínua da reserva, de modo a permitir a permanência de não-indígenas.

"Uma decisão dessas, de não-reconhecimento de um decreto presidencial, colocaria uma situação inédita e uma crise deflagrada em toda a política indigenista dos últimos anos", afirmou Santilli. Segundo ele, nunca houve caso de uma revisão desse tipo após a área indígena ser declarada próprio nacional. "Isso equivale a abrir uma temporada de caça." Ou seja, caso o modelo de demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol seja revisto, todas as terras já demarcadas e homologadas podem ser questionadas judicialmente também. "Está tudo sob questão, e de uma forma, eu diria esdrúxula. Todo o procedimento [de demarcação] pressupõe estudos etnológicos e antropológicos. Se isso pode ser revisto sem nenhum estudo e sem critério antropológico, vira um arbítrio total", afirmou.

Má-fé - A situação é mais grave, segundo o antropólogo, porque os seis arrozeiros que se recusam a sair da reserva indígena ocuparam a área "de má-fé", depois que ela já havia sido delimitada, em 1992. "Quando foi feito o levantamento fundiário para apurar quais eram os ocupantes não-índios e que deveriam ser indenizados, em 1992, eles não estavam lá. Nesse levantamento não consta o nome desses caras lá como ocupantes da terra indígena. Eles vieram a comprar posses [títulos de terra provisórios] de outros que estavam havia mais tempo lá", diz. "Eles vieram a se instalar depois na terra indígena, e nenhum deles mora, reside na terra. São negócios que eles têm lá já depois da terra demarcada", continua Santilli. "Isso caracteriza má-fé."

"Muralhas do Sertão" - A antropóloga Nádia Farage, da Unicamp, que trabalhou em Roraima, afirma que o argumento de soberania nacional invocado pelos militares para impedir a demarcação contínua da Raposa é "inconsistente". Afinal, diz, foram os índios os responsáveis pela incorporação daquela região ao Brasil em 1904, após um litígio com a Guiana Inglesa pela definição da fronteira. "O domínio colonial português se fez valer por meio dos aldeamentos indígenas", afirmou. Em sua tese de mestrado, publicada na forma do livro "As Muralhas dos Sertões", de 1991, Farage argumenta que os índios de Roraima foram um instrumento diplomático do Brasil -as "muralhas dos sertões", nas palavras de

Joaquim Nabuco. Farage cita o ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho para refutar a tese da ameaça à soberania. Ao ratificar a demarcação da terra ianomâmi, em 1992, sob protestos militares, Passarinho disse que a demarcação visa fixar a superfície e não obsta a proteção militar da fronteira (garantida pela Constituição). "O argumento de uma improvável ameaça à soberania nacional é apenas o espantalho que protege a roça de arroz", afirma.

Produtores pedem R\$ 90 mi de indenização para deixar a área – Katia Brasil – Folha de São Paulo – Brasil – 03/05/2008

Os arroteiros que resistem em sair da reserva indígena Raposa/Serra do Sol deixaram o Sul do país e chegaram a Roraima a partir da década de 70. Mas foi a partir dos anos 90 que a monocultura do arroz cresceu na região. Além de uma terra propícia para o cultivo do arroz, eles encontraram um ambiente fértil para os interesses econômicos e políticos.

Hoje querem indenização acima de R\$ 90 milhões para deixar a terra, segundo avaliações de peritos contratados pelos próprios arroteiros. A Funai (Fundação Nacional do Índio) pagou R\$ 2,2 milhões, já depositados na Justiça, em razão das benfeitorias instaladas na área. Ação que questiona o valor ainda tramita na Justiça.

Para os arroteiros, a próxima semana é crucial quanto à sua permanência nas terras, pois apostam que o STF (Supremo Tribunal Federal) se manifestará a favor dos não-índios. "Não queremos ser mal interpretados com os valores das indenizações. Nós queremos é produzir e ficar na terra. Sabemos que o STF fará justiça", afirmou o paranaense Nelson Massami Itikawa, 55, proprietário da marca Arroz Itikawa, plantado nas fazendas Vizeu e Carnaúba, dentro da reserva.

Ele pleiteia uma indenização de R\$ 8,4 milhões e agora aproveita a alta nos alimentos para criticar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O Lula se elegeu com a bandeira do Fome Zero. Agora, quando o mundo anuncia escassez de alimentos, quer esmagar um setor que produz arroz. Isso é estúpido."

A reportagem entrevistou outros cinco arroteiros do total de sete que estão na lista de 32 ocupantes não-índios que devem deixar a terra por determinação do governo federal e pleiteiam indenizações.

Eles e suas famílias não moram dentro da reserva. As fazendas que estão dentro da reserva são administradas por empregados ou parentes. As sete propriedades foram adquiridas por cerca de R\$ 3 milhões de antigos proprietários. Alguns tinham títulos definitivos, segundo os arroteiros.

O primeiro plantador a chegar a Roraima, em 1976, foi o agrônomo Paulo César Quartiero, 55, de Passo Fundo (RS). "Minha família é de plantadores de terras arrendadas. O negócio não prosperou. Decidi ir para um lugar onde tinha terra", disse ele. Hoje Quartiero é prefeito de Pacaraima e presidente do diretório municipal do DEM. Ele quer indenização de R\$ 53 milhões por duas fazendas que estão na reserva. Luiz Afonso Faccio, 65, também é político. Filiado ao PDT, esse gaúcho de Erechim já foi deputado estadual (1990-1994) e candidato a vice-governador.

Faccio estudou filosofia e teologia antes de chegar a Roraima, em 1978, pelo Projeto Rondon. Diz que comprou as fazendas Canadá e Guanabara por R\$ 380 mil, em 1989. Quer indenização de R\$ 14,5 milhões. "Não queremos indenização. Queremos trazer comida para a população."

Em 1980, chegou Ivalcir Centenaro, 52. "Vim convidado pelo governador Ottomar Pinto [morto em 2007]. Na minha terra [RS] sempre trabalhei na agricultura." Na fazenda Praia Grande, ele produz o arroz da marca Pajé. Disse ainda ser arrendatário das fazendas Iemanjá, Milagre e Realeza. Pede indenização de R\$ 3,7 milhões.

Outro gaúcho, o técnico agrícola Ivo Barilli, 48, da fazenda Tatu, pleiteia indenização de R\$ 9,4 milhões. Ele questiona a ocupação de índios na sede da antiga fazenda. "Depois que homologou [a terra] é que eles [índios] invadiram a sede."

Já o catarinense Natalício Mayer, 56, arrenda a fazenda Conceição do Maú. Os herdeiros do local pedem R\$ 1,8 milhão de indenização -Mayer deixou a Raposa. "Parei de plantar arroz em 2005 [ano da homologação]. Cansei das denúncias da Funai, dos padres, do Ibama. É uma pressão muito grande, fui obrigado a sair."

"Resolvi sair de reserva para não acontecer uma tragédia", diz agricultor – Foha de São Paulo – Brasil – 03/05/2008

Desde a homologação da reserva Raposa/Serra do Sol pelo presidente Lula, 252 das 284 ocupações de não-índios que viviam na área foram retiradas. O número significa 161 das 176 famílias -uma família pode ser dona de mais de uma ocupação, que são comércios, fazendas, casas ou sítios.

De acordo com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), 131 das 161 famílias retiradas da reserva foram reassentadas em terras adquiridas pelo instituto em Roraima.

Em Murupu (30 km de Boa Vista), a **Folha** visitou no início de abril o projeto de assentamento Nova Amazônia, onde há 36 famílias, chamadas pelos outros moradores de "desintrusados da Raposa/ Serra do Sol" -expressão que é rejeitada pelo grupo. "Até o nome "desintrusado" é nojento", afirmou o produtor rural José Afonso Lima, 49, que saiu da terra em agosto de 2007. Mesmo antes de receber a área, ele invadiu o projeto para

assegurar terra para os três filhos e a mulher, uma índia macuxi guianense de 32 anos. "Invadi porque, se fosse ao Incra, ia perder meu tempo e me angustiar mais."

Segundo o Incra, a situação do produtor está regularizada. Em seus 500 hectares no projeto de reassentamento (o equivalente a 700 campos de futebol), há água, gado, galinhas, porcos e plantações de cítricos. Com a indenização de R\$ 75 mil que recebeu da Funai, comprou duas motos e um motor de luz -ele reivindicava R\$ 500 mil. "Como o Luz Para Todos [programa federal] não botou energia, fiz um "gato" [ligação irregular]."

Lima disse que vivia na reserva desde 1977, em 1.200 hectares onde criava gado e plantava melancia. Afirmou que começou a ser pressionado por índios depois que a Funai determinou a retirada, em 2005, mas que saiu espontaneamente. "Fiquei seis meses sob pressão. Os índios queriam matar os bichos e cortar a cerca. Resolvi sair para não acontecer uma tragédia."

O Incra afirmou ter 50 projetos de assentamento destinados a pequenos produtores em Roraima, em áreas que somam 1,5 milhão de hectares. Para os arroteiros, foram identificadas três áreas.

Pequenos e médios agropecuaristas que tinham lotes de até 500 hectares receberam indenizações da Funai que somam R\$ 6,7 milhões. Outros R\$ 5 milhões estão depositados em juízo para famílias que ainda não saíram da terra, como arroteiros. **(KÁTIA BRASIL)**

Incra acusa MST de destruir e roubar equipamentos - Anderson Alves – O Globo – O País – 03/05/2008

BELO HORIZONTE. A superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Belo Horizonte, acusou integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de destruírem e roubarem equipamentos da sede da autarquia, depois de três dias de ocupação.

Entre segunda e terça-feira desta semana, cerca de 300 pessoas ligadas ao MST ocuparam o prédio do Incra na capital mineira, pedindo mais agilidade nos assentamentos no estado.

Ontem, quando os servidores retornaram ao trabalho, encontraram mesas, armários, paredes e equipamentos danificados, documentos e processos rasgados, e muros pichados. Pertences pessoais de servidores e até uniformes de funcionários da limpeza foram roubados.

Por se tratar de uma autarquia federal, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, policiais federais fizeram vistoria no prédio, para avaliar os danos e registrar o desaparecimento de processos e equipamentos.

No local, foram encontradas dezenas de garrafas de bebidas alcoólicas. Aparelhos de GPS e computadores portáteis foram roubados. A sala do sistema informatizado de cartografia, que monitora as áreas de assentamento em Minas Gerais, foi invadida, e grande parte do banco de dados desapareceu.

O superintendente do Incra em Minas, Marcos Helênio, afirmou que a destruição de processos e o roubo de computadores com informações técnicas vai atrasar o andamento dos processos no estado, principalmente os relativos a assentamentos e desapropriação de terras: — Não houve o debate de reivindicações e propostas. Houve um ato de vandalismo praticado por criminosos. As pessoas que destruíram a sede do Incra não são agricultores, são uma quadrilha. Mais do que o grande prejuízo causado ao patrimônio público, isso faz com que os processos de desenvolvimento agrário em Minas voltem quase à estaca zero.

A Superintendência do Incra estado anunciou que vai processar a coordenação do MST de Minas. A servidora Elaine Trindade disse que teme novas invasões: — Isso é uma invasão desordeira.

Encontrei as gavetas todas reviradas e o chão imundo.

Até um carro que estava no estacionamento do prédio foi tombado e danificado.

Líder do MST nega acusações de vandalismo O zelador Joel Pires contou que se assustou com o que viu quando chegou para trabalhar ontem de manhã: — Levaram o único uniforme que eu tinha para trabalhar.

Até uma foto da minha família que eu deixava aqui foi rasgada. Quando cheguei de manhã, achei mais de dez garrafas de cachaça espalhadas pelo chão do prédio.

A coordenação do MST negou as acusações: — Não vimos nada disso acontecer. Foi uma ocupação organizada, sem vandalismo. Alguém deve ter alguma intenção em fazer essas acusações —, afirmou a coordenadora do MST em Minas, Daiana Machado.

Terras indígenas detêm devastação na fronteira – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 04/05/2008

Se floresta em pé for critério de soberania nacional, então as terras indígenas em faixa de fronteira na Amazônia deveriam ser estimuladas -e não criticadas- pelos militares. Um novo levantamento mostra que essas reservas são eficientes em conter o avanço da grilagem e do desmatamento. Na maioria delas, o desmate acumulado até 2006 é igual ou menor que 1% de sua área.

No mês passado, o general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, causou polêmica ao dizer, ecoando o pensamento militar, que a demarcação contínua de terras indígenas na região de fronteira era uma ameaça à soberania nacional e precisava ser revista.

Do ponto de vista da integridade ambiental do território, no entanto, os novos dados mostram que não há ameaça. Os cálculos foram feitos a pedido da **Folha** pelo ISA (Instituto Socioambiental), com base em dados de desmatamento do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Eles consideraram 24 terras indígenas que fazem fronteira com outros países e que têm 50% ou mais de sua área mapeada pelo Prodes, sistema do Inpe que faz o cálculo da área desmatada (veja quadro nesta página). Entre as áreas computadas está Raposa/Serra do Sol, pivô da confusão envolvendo militares, arroteiros e várias instâncias do governo federal ao longo das últimas semanas. Raposa, no

entanto, é uma exceção no quesito desflorestamento, pois apenas 13% de sua área é floresta (o resto são savanas abertas e campos naturais).

O mapeamento do ISA mostra que, dessas 24 áreas, apenas uma registra desmatamento maior que 20%, percentual máximo permitido por lei na Amazônia. Trata-se da terra indígena Tukuna Umariáçu, de cerca de 4.900 hectares, no Amazonas. "Essa área é uma exceção, porque é uma terra pequena e colada à zona urbana de Tabatinga", diz Alicia Rolla, coordenadora de Sensoriamento Remoto do ISA.

Áreas grandes, como a terra indígena Ianomâmi, na divisa com a Venezuela, e a Vale do Javari, contígua à Colômbia, têm 0,26% e 0,27% de sua área desmatada, respectivamente. Estas, porém, estão em regiões chuvosas ou de serra, inadequadas para a agropecuária.

Os maiores exemplos do papel de proteção das áreas indígenas estão nos Estados onde a ocupação humana é mais intensa: Rondônia e Acre, com uma terra indígena (Sagarana, vizinha a uma zona de cerrado) com 13% de sua área desmatada e todas as outras com desmatamentos totais menores que 2% -no caso do Acre, menores que 1%.

"Até o Parque Nacional da Serra do Divisor é mais ocupado que as terras indígenas", disse Rolla, referindo-se à unidade de conservação de proteção integral na fronteira do Acre com o Peru.

Proteção ativa - Os cálculos do ISA confirmam algo que estudos anteriores já apontavam: o papel dos índios de frear a expansão das atividades predatórias na Amazônia, papel este ainda maior que o dos parques nacionais.

Um estudo publicado em 2006 por Rolla e outros cientistas na revista "Conservation Biology", liderado pelo ecólogo Daniel Nepstad, da Universidade Federal do Pará, mostrou que as terras dos índios são "hoje a maior barreira contra o desmatamento na Amazônia".

O grupo mediu o desmatamento dentro e fora de 121 terras indígenas, 15 parques nacionais, 10 reservas extrativistas e 18 florestas nacionais. Descobriu que o corte raso fora de parques e áreas indígenas era 20 vezes maior que dentro dessas reservas, mas com uma diferença: os parques estão geralmente fora do alcance da agropecuária e as terras indígenas, não. Muitas vezes elas são cortadas por estradas ou linhas de transmissão de energia.

A proteção ocorre por dois motivos principais: primeiro, uma vez demarcadas, tanto unidades de conservação quanto terras indígenas "saem do mercado", ou seja, tornam-se arriscadas demais para a grilagem, porque ganham limites geográficos facilmente verificáveis e um dono -a União.

No entanto, diferentemente dos parques, as terras indígenas excluem ativamente os invasores. "É onde tem gente tomando conta", diz André Lima, diretor de Políticas para o Combate aos Desmatamentos do Ministério do Meio Ambiente. "Com raras exceções, as

comunidades indígenas têm relações com o seu entorno. Como regra, terras indígenas são uma coisa mais bem cuidada."

Lima cita o caso dos ashanincas, um povo do Acre que habita a fronteira com o Peru. "Eles freqüentemente pedem ajuda à Polícia Federal para ajudar a combater madeireiros peruanos", conta.

Campanha “Hediondo é o Latifúndio” – Sítio Eletrônico da CPT – 05/05/2008

As entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo chamam a atenção para a campanha “Hediondo é o Latifúndio”, que busca conscientizar a população sobre quem são os parlamentares brasileiros que atuam contra a reforma agrária. A campanha foi iniciada no ano passado e continua por tempo indeterminado. Cartazes com fotos, nomes e os partidos dos parlamentares podem ser adquiridos na sede do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, em Brasília, pelo telefone (61) 3323-1770 ou pelo e-mail: forumcpt@caritasbrasileira.org.

Pequenos agricultores se mobilizam em 10 estados – Sítio Eletrônico da CPT – 05/05/2008

No dia 5 de maio, trabalhadores ligados ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) saíram às ruas em mais de 10 estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, 700 trabalhadores ocuparam as agências centrais da Caixa Econômica Federal de Porto Alegre e Passo Fundo. Eles reivindicam a criação de uma Política Nacional de Habitação Camponesa que possibilite a moradia adequada a todas as famílias do campo, de todas as rendas e em todo o território nacional. O objetivo maior é evitar o êxodo rural incentivando a juventude a permanecer no campo e garantindo condições dignas de vida e trabalho para todos os camponeses. O MPA reivindica a disponibilidade de recursos para a construção imediata de 200 mil unidades habitacionais em 2008.

Pesquisador defende demarcação de Raposa Serra do Sol – Sítio Eletrônico do MST-05/05/2008

A demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol de forma contínua, e não em ilhas, garante aos índios o direito de utilizarem a terra como querem, sem pressões externas. É o que acredita o professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Stephen Baines. Segundo ele, que desenvolve uma pesquisa sobre etnologia indígena e Estados nacionais, países como Canadá e Austrália enfrentam impasses semelhantes aos brasileiros. Ele argumenta que os aborígenes australianos têm um território maior que os índios brasileiros e que o Canadá destinou aos indígenas uma área contínua quase cem vezes maior que a Raposa Serra do Sol. Ainda de acordo com Baines, em todas as terras indígenas abertas à mineração empresarial houve problemas tanto ambientais quanto culturais. O pesquisador defende a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol de forma contínua, já que para ele, a demarcação em ilhas causa conflitos fundiários permanentes entre índios e fazendeiros.

AGRICULTORES FAMILIARES VÃO ÀS RUAS EXIGIR POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL – Sítio Eletrônico da Fetraf – 05/05/2008

Nos dias sete e oito de maio os agricultores familiares ligados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura familiar (Fetraf) estarão mobilizados no país inteiro com manifestações exigindo do Governo Federal uma Política Nacional de Habitação Rural que beneficie 100 mil agricultores brasileiros por ano. Outra questão importante é a necessidade de que Governo Federal viabilize um novo orçamento para garantir as contratações acordadas ainda no passado de mais de 5.700 casas através do FGTS.

“Para melhorar a vida dos agricultores familiares é necessário acesso à habitação rural e as mobilizações em todo o país não visam só garantir recursos, mas tornar essa uma política pública permanente por parte dos governos”, afirma o coordenador geral da Fetraf-Sul. Altemir Tortelli.

Para garantir essa importante política já estão marcadas esta semana, em Brasília, audiências com o governo federal. Na quarta-feira (07.05) o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, recebe representantes da Fetraf e da Fetraf-Sul, às 16 horas. Na quinta-feira (08.05) já está marcada uma audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Estão previstas atos e mobilizações em 16 estados como: Pernambuco, São Paulo, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Goiás, Pará, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Além da política de Habitação, a Fetraf cobra do governo federal mudanças na MP 410 que prevê várias alterações na forma de contratação de trabalho dos assalariados rurais e na legislação previdenciária. O aumento do tempo de serviço, contratos de curta duração e imposto sobre produtos são alguns dos problemas apontados na medida criada pelo governo federal para regularizar a previdência rural.

RIO GRANDE DO SUL:

No Rio Grande do Sul, os agricultores familiares vão estar mobilizados por uma Política de Habitação Rural no município de Passo Fundo, nesta quarta e quinta (7 e 8), no centro da cidade, a partir das 9h da manhã, durante os dois dias.

Além da manifestação, na quarta-feira (07.05), representantes da Fetraf-Sul estarão reunidos em Porto Alegre, com o Chefe da Casa Civil, César Busatto, em uma audiência para encaminhar as demandas com as secretarias de Agricultura, Habitação, Infra-Estrutura e Irrigação. A pauta gaúcha do setor que exige investimentos no abastecimento de água e irrigação para a agricultura familiar e maior qualidade na energia elétrica que vai para o interior. Hoje muito agricultores possuem equipamentos que não podem ser utilizados por causa da péssima qualidade da energia.

Também será exigido uma contra-partida por parte do Governo do Estado em relação aos programas de habitação rural desenvolvidos no Rio Grande do Sul. Também faz parte da pauta é a adesão do Estado ao Suasa (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária). Outra questão importante é em relação da UERGS onde se luta contra o abandono da Universidade e por mais investimentos em pessoal e estrutura.

SANTA CATARINA:

No estado de Santa Catarina, a Fetraf-Sul estará promovendo na quarta-feira (07.05) grandes mobilizações nas cidades de Chapecó, São Miguel do Oeste e em Canoinhas. Todos os atos iniciam às 9h30min no centro das cidades e vão durar o dia todo.

Na quinta-feira (08.05), representantes da Fetraf-Sul e Cooperhaf entregam a pauta de reivindicações catarinense ao governo do Estado que prevê a criação de uma política de compensação aos serviços ambientais prestados pelos agricultores familiares na preservação da mata, água e rios, através de transferências de recursos financeiros. Também reivindica um projeto de apoio a comercialização com programas ou linhas de ações para a Aquisição Direta de Alimentos da agricultura familiar, atendendo 500 novas famílias de agricultores familiares por ano com valor por família de R\$ 3.500,00. Totalizando R\$ 1,75 milhões de reais em 2008.

A pauta Catarinense também prevê a garantia de que a agricultura familiar continue sendo principal produtora de leite no Estado, evitando a concentração, a verticalização e a conseqüente exclusão dos agricultores familiares da atividade. Também estabelecer ações para viabilizar a habitação rural como instrumento de melhoria das condições de vida das famílias de agricultores e incentivo a permanência na atividade, integrando a política nacional de habitação para agricultura familiar. E a criação de uma legislação capaz de institucionalizar as agroindústrias familiares como um processo diferenciado de produção, industrialização e comercialização.

PARANÁ:

No estado do Paraná, as manifestações acontecem na quarta-feira (07.05) e vão envolver centenas de agricultores familiares nos municípios de Cascavel e São Mateus do Sul. As mobilizações iniciam pela manhã nas praças centrais das cidades e estão previstas para encerrar no final da quinta-feira (08.05). Serão dois dias reivindicando uma Política Nacional de Habitação e protestando contra as mudanças na aposentadoria rural previstas na MP 410.

Na segunda-feira (05.05), foi feita a entrega da pauta de reivindicações da Agricultura Familiar, ao Governador do estado, Roberto Requião solicitando a criação do

Programa Estadual de Habitação Rural, transformando o que existe hoje através da COHAPAR, numa política permanente de estado. Também a liberação de recursos, através da Secretaria de Trabalho e Emprego, Secretaria de educação a um programa de qualificação profissional de jovens e adultos articulando a certificação de ensino fundamental e médio aos agricultores familiares. A pauta reivindica também a liberação de técnicos e engenheiros do quadro do Estado, para acompanhar especificamente às ações desenvolvidas pela Fetraf-Sul nos programas de Habitação, Agroindústria Familiar, soja sustentável, preservação ambiental, PAA, PRONAF, agrocombustíveis, através de convênio a ser celebrado entre o governo do estado e a Fetraf-Sul.

Fazendeiros burlam recadastramento fundiário na Amazônia – Maurícia Reimberg – Sítio Eletrônico do MST – 05/05/2008

Após um mês do término do prazo estabelecido para o recadastramento das propriedades rurais nos 36 municípios prioritários escolhidos no esforço do governo federal para o combate do desmatamento na Amazônia Legal, permanece a queda-de-braço entre os fazendeiros e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

Do total de 15,4 mil imóveis com área superior a 400 hectares existentes nesses 36 municípios (que foram escolhidos como foco da iniciativa governamental), apenas 3.080 (20%) protocolaram a documentação necessária para iniciar o processo de recadastramento fundiário.

"Nós temos informações externas de que houve dificuldades para elaborar as peças técnicas", afirma Richard Torsiano, diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra. Para comprovar a titulariedade ou posse pacífica, os donos ou posseiros das terras deveriam entregar a planta, o memorial descritivo (com as coordenadas geográfica) e as Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais. O processo teve início em 3 de março e se encerrou em 1º de abril.

O Incra articulou um aparato exclusivo para a operação. Ao todo, 40 escritórios foram organizados em seis Superintendências Regionais da entidade espalhadas pela região. A autarquia federal mobilizou 200 servidores, canalizando um montante de recursos de aproximadamente R\$ 4 milhões. Os alvos das ações estavam restritos a quatro Estados: 19 municípios no Mato Grosso, 12 no Pará, 4 em Rondônia e 1 no Amazonas.

O recadastramento é uma determinação do Decreto Presidencial 6.321/2007, editado em dezembro do ano passado, que estabeleceu um conjunto de medidas que visam a "prevenir", "monitorar" e "controlar" o desmatamento ilegal na Amazônia. O decreto também prevê medidas como a exigência de comprovação de regularidade ambiental, para que proprietários rurais tenham acesso ao crédito agropecuário, e o embargo de áreas desmatadas ilegalmente.

Segundo Richard Torsiano, a falta de informações também pode ter "retraído" os proprietários. "Principalmente na Região Norte existem várias posses em terras públicas e propriedades com problemas ambientais", diz. Apesar dos resultados, ele não considera o saldo da operação negativo. "Cerca de 8,6 mil pessoas entraram em contato conosco, procurando informações sobre o processo. No mínimo, elas buscam resolver o seu problema", acredita.

Boicote e impasse - O diretor do Incra admite a hipótese de que pode ter ocorrido uma resistência organizada dos produtores. "Em alguns municípios, havia faixas de entidades de classe dos fazendeiros, chamando ao não-recadastramento", conta. Já Leôncio Brito, presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), garante que não houve "boicote" dos fazendeiros. Para ele, a questão se resume à "falta de alternativas".

"É muito fácil falar que houve boicote. Os produtores não têm o apoio dos governos constituídos. Só do Blairo Maggi (governador de Mato Grosso). Quando estão no desamparo do governo, eles vão se defender como podem", coloca. Os fazendeiros que não atenderam ao edital de recadastramento tiveram o registro inibido no Sistema Nacional de Cadastro Rural. Desse modo, o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) fica sem efeito, e o proprietário impedido de realizar transações imobiliárias ou obter financiamentos agrícolas.

A CNA exigia a prorrogação do prazo por mais dois anos. O governo manteve o período de 30 dias estabelecido pela Instrução Normativa nº 44, que detalha a execução do decreto. A não-prorrogação gerou revolta no setor. Brito classifica a iniciativa do governo como "precipitada". Ele argumenta que é impossível concluir o georreferenciamento, mapa preciso com os limites da propriedade exigido pelo Executivo federal, dentro do prazo de 30 dias.

"É uma técnica de muita exatidão. Precisa ser realizada por profissionais capacitados", critica Brito. O georreferenciamento é considerado um instrumento importante, pois serve como base para o governo monitorar o desmatamento e punir os responsáveis. Além disso, o sistema atribui confiabilidade aos dados.

Richard Torsiano discorda do argumento da CNA. "Houve tempo hábil. O prazo era exequível. Os produtores têm condições de fazer o georreferenciamento. Os municípios já sabiam com antecedência que seriam objetos de recadastramento", afirma. Os escritórios abertos pelo Incra exclusivamente para o recadastro já foram desativados. Torsiano, no entanto, ressalta que a autarquia federal "não fechou as portas" para os fazendeiros. "Continuamos com o processo. O recadastramento é uma ação ordinária".

No entanto, o impasse está longe de uma solução. Leôncio Brito, da CNA, insiste que a idéia inicial da entidade é encaminhar a conversa "administrativamente". "Se não tiver solução, iremos esgotar os recursos jurídicos", promete. A Federação da Agricultura de Mato Grosso (Famato) ingressou com um mandado de segurança na Justiça Federal contra o decreto que estabeleceu a exigência do recadastramento dos imóveis nos 36 municípios críticos da Amazônia.

Entraves históricos - O coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, afirma que a primeira conclusão gerada pelo impasse é a de que a credibilidade do governo "anda em baixa". Segundo ele, os produtores estariam "apostando na impunidade". "De um lado há descrença na ação do governo. De outro, há o medo dos produtores em perder as suas terras", explica.

O ativista ambiental acredita que uma parte dos produtores simplesmente não têm condições de se cadastrar. "Ou não têm documentação adequada de suas terras ou possuem terras griladas. Há problemas de confiabilidade no histórico dos títulos. Além disso, grande parte deles não respeita o Código Florestal", diz. A lei citada por Paulo Adário prevê a preservação de 80% da floresta nativa em propriedades rurais no bioma amazônico.

Não é a primeira vez que o Incra tenta impor um processo de recadastramento na região. Em dezembro de 2004, a autarquia baixou uma portaria obrigando o

recadastramento de imóveis acima de 500 hectares. Na época, quem não se recadastrasse ficaria ameaçado de não conseguir financiamento oficial. "Esse recadastramento não foi respeitado", lembra Paulo Adário.

O coordenador do Greenpeace afirma que a disputa entre o governo e os fazendeiros exemplifica, num mesmo episódio, os dois entraves históricos que bloqueiam as tentativas de consolidar políticas públicas na Amazônia. De acordo com ele, a dificuldade de colocar em prática as leis formuladas e, sobretudo, a falta de "comando" e "controle" causada pela ausência do Estado, seriam os principais motivos do desmatamento da Floresta Amazônica.

Para ele, no entanto, a batalha ainda não está resolvida. "O governo está com o desafio na mão de fazer cumprir a lei. Se recuar, vai ficar numa situação complicada", prevê. O ambientalista lembra que as crescentes pressões no plano internacional podem fazer com que o governo endureça o processo de recadastramento. "O país vende no exterior a idéia de expansão dos biocombustíveis sem risco à Amazônia e vai precisar convencer a opinião pública internacional e os demais países", conclui.

Nove índios são feridos em conflito em reserva de RR – Andrezza Trajano e José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008

Confronto foi contra seguranças de fazenda de arrozeiro na Raposa/Serra do Sol - Três indígenas em estado mais grave foram levados para Boa Vista; os dois lados têm versões distintas para o início da briga em Roraima

Oito índios foram feridos a tiros por seguranças de uma fazenda do arrozeiro e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), no interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Além deles, outro indígena ficou ferido com coronhadas de revólver.

Segundo o delegado da Polícia Federal Everaldo Eguchi, o conflito ocorreu na região do Surumu, em Pacaraima, após a chegada de cerca de cem índios ligados ao CIR (Conselho Indígena de Roraima) à fazenda Depósito, de Quartiero. Pela manhã, o delegado recebeu a informação sobre a movimentação dos índios. Foi informado também que "pistoleiros" contratados pelo arrozeiro estariam chegando à área. Decidiu, então, enviar uma equipe ao local. Com a chegada dos índios pela manhã, o arrozeiro mandou que funcionários da fazenda os expulsassem.

Segundo Quartiero, eles foram recebidos a flechadas pelos indígenas e reagiram com tiros e bombas. Já o CIR disse que os homens chegaram atirando, munidos, entre outras armas, de espingardas calibre 12 e de bombas de fabricação caseira.

O delegado da PF informou que, dos 9 índios feridos, seis -5 deles com ferimentos provocados por tiros- foram socorridos em um carro da Funai e levados ao hospital de Pacaraima. Outros três índios que receberam tiros, em estado mais grave, foram de avião para Boa Vista. Um deles teria levado um tiro no rosto. Segundo o CIR, eram dez os feridos.

Ontem, o ministro Tarso Genro (Justiça) disse em Manaus que vai se deslocar hoje para Roraima para acompanhar os desdobramentos do conflito. "Orientamos que a PF aja com a mesma cautela que agiu quando ocorreu a resistência paramilitar dos fazendeiros. São resistências inaceitáveis."

"Entrevero" - "Eles [os seguranças] foram lá exigir a retirada [dos índios]. Era uma ordem. Foram recebidos a flechadas. Deu um entrevero e aí teve como resultado vários feridos. A ordem que dei [aos seguranças] é defender as fazendas. Eles atiraram porque foram flechados. Do meu pessoal [os seguranças] não sei se tem feridos", disse Quartiero.

Jacir José de Souza, da coordenação do CIR (Conselho Indígena de Roraima), disse que funcionários de Quartiero chegaram atirando bombas e disparando tiros contra o grupo. "Os índios resolveram agora partir para ocupar sua terra. E vamos ocupar. A terra é nossa. Desde a homologação [feita em 2005], a terra é nossa. Os jagunços chegaram, todos armados, atirando bombas e disparando contra o grupo." Para Souza, os não-índios que continuam na reserva "têm de ser punidos".

Até o início da noite não houve prisões relacionadas ao caso. Os funcionários de Quartiero fugiram. Quatro índios que estavam na fazenda foram ouvidos pela PF. Um inquérito foi instaurado. Segundo o delegado da PF, o conflito no interior da fazenda do arrozeiro foi registrado por uma filmadora que estava com um dos indígenas. Para a PF há risco de novos confrontos na região com a chegada de mais índios à fazenda. No local do conflito, indígenas armados com foices diziam que ficariam no local até a saída de Quartiero da terra indígena.

No final da tarde, cerca de 20 homens, entre agentes federais e soldados da Força Nacional de Segurança, reforçavam o policiamento. Mais índios chegaram à fazenda em caminhões.

Em abril de 2005, o presidente Lula assinou o decreto homologando a reserva. Em abril deste ano, a PF chegou à região para a operação de retirada dos arrozeiros, quando teve início uma série de protestos. Roraima pediu e, em caráter liminar, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu a ação. O Supremo julgará o mérito da ação neste semestre.

*Colaborou **KÁTIA BRASIL**, da Agência Folha, em Manaus

Governo quer desocupar uma cidade inteira – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008

O governo federal e o Ministério Público Federal tentam na Justiça desocupar Pacaraima, cidade de 9.000 habitantes situada dentro da terra indígena de São Marcos em Roraima. A região de Surumu, onde índios foram baleados ontem, é um distrito dessa cidade.

Enquanto Pacaraima está na São Marcos, Surumu fica na reserva Raposa/Serra do Sol. O dono da fazenda onde ocorreu o conflito ontem é o prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM). Ele lidera a reação à retirada de produtores rurais da área indígena Raposa/Serra do Sol.

Quartiero voltou ao cargo neste mês por decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Foi cassado em 2007 suspeito de comprar votos.

Pacaraima é vizinha à Raposa/Serra do Sol, cuja demarcação foi criticada pelo comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno. O militar considerou a política indígena "lamentável e caótica" e perguntou "como um brasileiro não pode entrar numa terra porque é uma terra indígena?"

Em carta divulgada ontem, as lideranças dos índios disseram que é racismo a acusação de que as áreas indígenas ferem a soberania nacional.

A AGU (Advocacia Geral da União) e o Ministério Público movem mais de cem ações contra comerciantes da cidade e até igreja. Os órgãos pedem que os moradores deixem a cidade.

Em uma das ações, movida no Supremo Tribunal Federal em outubro de 2007, a União e a Procuradoria pediram que a empresária Maria Helena Gomes deixasse a cidade em 30 dias, enquanto a panificadora e o supermercado dela fossem fechados.

Em uma decisão de abril, o STF mandou as ações de volta à Justiça Federal de Roraima, a qual teria competência para julgar os processos. A AGU diz que outras ações ainda são julgadas pelo STF.

Pacaraima (186 km de Boa Vista) foi criada em 1997 na terra indígena São Marcos, homologada em 1991. A **Folha** esteve na região em dezembro. Roraima luta contra a União. O Estado alega que fez escolas, hospital, posto policial, estradas e implantou rede de energia e água, além de ter autorizado que as pessoas vivessem na cidade.

Ministra admite dificuldade em fiscalizar desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil
– 06/05/2008

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) admitiu ontem que o governo federal terá problemas neste ano para conter o avanço do desmatamento na região amazônica. Segundo ela, as eleições municipais estão entre os agravantes ao trabalho de fiscalização.

"É um período difícil, com a estiagem que se prolongou. Período em que tivemos elevação de preços de algumas commodities agrícolas e, ao mesmo tempo, um período eleitoral, em que a ação de fiscalizar e combater fica sem reflexo nos espaços locais", disse a ministra, conforme a Agência Brasil.

Segundo ela, o governo terá de "ter mais agilidade e capacidade de resposta" para segurar o avanço das motosserras neste ano.

Marina usou o exemplo de aperto do governo aos 36 municípios da Amazônia Legal que mais desmataram nos últimos anos como um sinal de que o desmatamento pode ser controlado.

Durante abertura do 1º Seminário Nacional de Combate à Desertificação, em Brasília, Marina defendeu a produção de biocombustíveis.

Justiça absolve mandante do assassinato de Dorothy – Sítio Eletrônico da CPT –
07/05/2008

A Justiça absolveu, no dia 6 de maio, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser o mandante do assassinato da irmã Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. Por cinco votos a dois, o Tribunal do Júri de Belém o considerou inocente pelo crime de homicídio doloso duplamente qualificado. No ano passado, Moura foi condenado a 30 anos de prisão, mas como a pena excedeu 20 anos, ele teve direito a novo julgamento. O irmão da missionária, David Stang, veio dos Estados Unidos para acompanhar o julgamento e se mostrou indignado com o resultado. "Como podemos, em um ano, sair de um placar pela condenação para exatamente o contrário, ele ser libertado? Por favor, me diga?", afirmou. Para José Batista Afonso, membro da coordenação nacional da CPT, o resultado é uma amostra da impunidade presente no Pará. "De mais de 800 assassinatos cometidos no campo no Pará nos últimos 35 anos, não há mais nenhum mandante cumprindo pena atrás das grades", destacou. O Ministério Público afirmou que vai recorrer da decisão.

Pistoleiro é condenado - Ainda no mesmo julgamento a Justiça condenou Rayfran das Neves, acusado de ter atirado contra Dorothy Stang, a 28 anos de prisão em regime fechado. Este foi o terceiro julgamento do pistoleiro, que no ano passado foi condenado a 27 anos de prisão e, assim como Vitalmiro, teve direito a novo julgamento. Desta vez, Rayfran mudou pela 10ª vez sua versão do crime e assumiu integralmente a autoria do assassinato da missionária, em Anapu (PA), em fevereiro de 2005. Ele afirmou que a arma

que usou para efetuar os seis disparos contra a missionária não pertencia a Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser o mandante do assassinato. Durante o julgamento, dezenas de pessoas ligadas a movimentos sociais fizeram vigília do lado de fora do Tribunal e celebraram com músicas e preces a memória de Dorothy Stang. A missionária foi assassinada a tiros, no município de Anapu, em fevereiro de 2005.

A propriedade ou a vida – Fabio Konder Comparato – Folha de São Paulo – Opinião – 07/05/2008

EM SEU discurso de investidura, o novo presidente do Supremo Tribunal Federal decidiu brandir a espada da Justiça contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Grande honra para o MST atrair assim, sobre si, o olhar venerável da nossa mais alta magistratura. É sinal de que temos, enfim, como agente político um grupo que contrasta vivamente com a mediocridade timorata e balofa dos nossos partidos.

A ocasião é propícia a uma reflexão sobre o direito de propriedade, que constitui um dos pilares da chamada civilização moderna.

Até o século 18, nenhum sistema jurídico conheceu um direito individual tão completo e absoluto sobre coisas. No direito romano, havia três tipos de "dominium", com diferente conteúdo: o quiritário, o provincial e o pretoriano. Na Idade Média, proliferaram, em toda a Europa ocidental, as mais variadas espécies de direitos sobre coisas, correspondentes ao esfacelamento do poder político, típico do feudalismo.

A era moderna principia, nesse particular, com a promulgação do Código Napoleão, em 1804, verdadeira "Magna Carta" da burguesia. Em seu artigo 544, fixou-se a célebre definição: "A propriedade é o direito de fruir e dispor das coisas da maneira mais absoluta, contanto que não se faça dela um uso proibido pelas leis ou pelos regulamentos". Portanto, no silêncio da lei ou do regulamento, o proprietário pode usar e abusar do seu direito à vontade.

Aliás, todo o Código Civil francês é estruturado na oposição entre pessoas e propriedade (no singular). Se o livro primeiro trata das pessoas, os dois outros livros cuidam somente da propriedade: "Das diferentes modificações da propriedade" e "Das diferentes maneiras pelas quais se adquire a propriedade".

Em oposição a esse absolutismo da propriedade privada, levantou-se o movimento socialista, de todos os matizes. Pregou-se a abolição total desse direito, como medida de estrita justiça. Ora, nada mais justifica manter essa dicotomia anacrônica: propriedade absoluta ou ausência de propriedade.

A propriedade ainda deve hoje ser reconhecida como direito fundamental, quando necessária à manutenção de uma vida individual ou familiar dignas. Fora dessa hipótese

bem demarcada, estamos diante de um direito ordinário, que não goza das garantias fundamentais previstas na Constituição. Mas, em qualquer hipótese, o direito de propriedade não deve ser confundido com o poder de controle empresarial, que é um direito sobre pessoas, e não só sobre coisas.

Perante um direito fundamental de propriedade, o juiz deve, na desapropriação, fixar uma indenização que corresponda à totalidade dos danos sofridos pelo expropriado; o que pode superar o valor venal do bem. No caso da propriedade ordinária, ao contrário, a indenização não deve exceder o valor correspondente à efetiva importância da coisa no patrimônio do proprietário, o que pode equivaler a muito menos que o valor venal; pois o interesse público prevalece sempre sobre o interesse privado.

Além disso, a regra constitucional de que "a propriedade atenderá a sua função social" (artigo 5º, inciso XXIII) influi decisivamente sobre a proteção desse direito. Em caso de descumprimento do preceito, o juiz não pode, sem violar frontalmente a Constituição, conceder mandado liminar de manutenção ou reintegração de posse ao proprietário.

É preciso, porém, ir mais além. Urge reconhecer, num regime republicano, que certos bens essenciais à vida digna de todo o povo não podem ser objeto de ilimitada apropriação privada. É exatamente o caso -e de modo cada vez mais claro com a exploração crescente dos biocombustíveis, em detrimento do direito à alimentação- das terras agrícolas.

No quadro da reforma agrária, por exemplo, elas deveriam ser objeto de um direito de uso (Código Civil, artigos 1.225 e seguintes), concedido a lavradores ou sociedades cooperativas; direito que, em todos os casos, haveria de ser exercido segundo as diretrizes da política agrícola nacional.

Por todas essas razões, bendito seja o MST, que continua a suscitar um salutar desassossego no coração de nossos grandes proprietários agrícolas!

**FÁBIO KONDER COMPARATO, 71, é professor titular aposentado da Faculdade de Direito da USP. É autor, entre outras obras, de "Ética - Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno".*

Júri absolve acusado por morte de Dorothy Stang – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foi absolvido ontem da acusação de ser o mandante do assassinato, em fevereiro de 2005, da freira norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang.

Por cinco votos a dois, o Tribunal do Júri de Belém considerou que ele não é culpado do crime de homicídio doloso duplamente qualificado. Bida, que estava preso desde março de 2005, foi libertado por volta das 20h de ontem. O Ministério Público vai recorrer da decisão.

O pistoleiro Rayfran das Neves, o Fogoió, que havia confessado ter atirado em Dorothy, também foi julgado ontem. Ele foi considerado culpado e sentenciado a 28 anos de prisão em regime fechado.

Foi o segundo júri de Bida no caso. O primeiro havia ocorrido em maio de 2007. Daquela vez, ele havia sido condenado a 30 anos de prisão.

Neves foi submetido ontem ao seu terceiro júri. No primeiro, em dezembro de 2005, foi condenado a 27 anos de prisão. Teve direito a novo julgamento, em outubro do ano passado, no qual a condenação foi mantida -e que foi anulado por irregularidades. "Estou muito desapontado, mas respeito o Estado brasileiro e a opinião [do júri]", afirmou David Stang, irmão de Dorothy, que veio dos EUA.

A morte de sua irmã teve repercussão internacional e se tornou um marco do conflito agrário brasileiro. No momento do anúncio da decisão, David Stang se mostrou apático, diferentemente dos familiares e amigos de Bida.

A uma fileira de distância, eles rezavam e davam as mãos enquanto o juiz falava. Quando o magistrado Raimundo Flexa afirmou que o fazendeiro havia sido considerado inocente, os familiares e parentes se mantiveram em silêncio durante alguns minutos. Em seguida, começaram a se abraçar e se congratular. Todos usavam uma camiseta com uma foto do fazendeiro e os dizeres: "Eu confio na justiça de Deus".

Foto - Antes mesmo de ser oficialmente anunciado o resultado, ainda no banco dos réus, Bida já chorava. No final, sorrindo, posou para os fotógrafos segurando sua sentença e foi abraçado efusivamente por seu advogado. Bida se limitou a dizer que estava "feliz" com a decisão.

Fora do tribunal, cerca de 500 agricultores -que ocupavam uma praça próxima ao tribunal desde segunda-feira com carro de som, barracas e faixas em lembrança da religiosa- preparavam-se para uma celebração, que acabou não sendo realizada.

Ontem, o julgamento abriu espaço para as falas da acusação e para os advogados de defesa. Anteontem, quando começou o júri, os jurados ouviram os acusados e os

depoimentos de testemunhas. Bida voltou a negar a culpa. Neves disse que a arma do crime era sua e que não houve mandante. Para a Promotoria, esse depoimento foi essencial para a reviravolta do caso.

A defesa de Bida, durante o julgamento, atuou de maneira agressiva, com gritos estridentes e um discurso segundo o qual o réu estava sendo "perseguido" por causa da pressão da mídia, do governo e de ONGs internacionais.

"Eles querem um culpado de qualquer maneira", disse o advogado Imbiriba durante a argüição, na qual também argumentou que Dorothy incitava a violência na região de Anapu, onde foi assassinada.

Além disso, ele tentou convencer os jurados de que o amadorismo do crime não era compatível com uma morte encomendada, como dizia a acusação. No final do julgamento houve bate-boca entre advogado e acusação.

Em sua fala final, o promotor Edson de Souza, disse que a missionária, "que foi tão perseguida em vida", estava "sendo insultada depois de morta".

*Colaborou **SÍLVIA FREIRE**, da Agência Folha

Irmão de missionária diz estar "chocado" com a decisão do júri – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008

Irmão da missionária Dorothy Stang, David Stang, 70, afirmou que está "chocado" com o resultado do julgamento.

"Os argumentos do promotor foram excelentes, até mesmo melhores do que no último julgamento. Por isso tínhamos grande esperança e expectativa. Estou profundamente chocado", disse, por telefone.

"Como podemos, em um ano, sair de um placar pela condenação para exatamente o contrário, ele ser libertado? Por favor, me diga", completou.

David vive em Palm Lake (EUA) e chegou ao Brasil no último dia 30. "Sou uma pessoa racional. Como isso pode acontecer? É como se os que foram assassinados continuassem sofrendo", afirmou.

José Batista Afonso, advogado da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e integrante da coordenação nacional do braço agrário da Igreja Católica, afirmou que o resultado comprova as denúncias de impunidade no Estado. "De mais de 800 assassinatos cometidos no campo no Pará nos últimos 35 anos, não há mais nenhum mandante cumprindo pena atrás das grades", afirmou o advogado.

PF prende líder de arroseiros e 10 seguranças em Roraima – Andrezza Trajano - Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008

Quartiero é dono da fazenda onde nove índios ficaram feridos após confronto anteontem - Prisão revoltou parte da população, que entrou em confronto com policiais; tumulto acabou após uso de bombas de efeito moral

A Polícia Federal prendeu ontem o rizicultor e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero (DEM), 55, pela suspeita de tentativa de homicídio, formação de quadrilha e posse de artefatos explosivos.

Anteontem, um confronto entre funcionários de Quartiero e índios, dentro da fazenda Depósito, que pertence ao arroseiro, deixou ao menos nove índios feridos -sendo oito baleados, de acordo com a PF.

A fazenda fica dentro da terra indígena Raposa/Serra do Sol (nordeste de Roraima), de onde arroseiros -liderados por Quartiero- se recusam a sair.

Na noite de ontem, índios que participaram da ação decidiram deixar a fazenda, após trégua acertada com a PF. Além de Quartiero, detido na sede da Vila do Surumu, foram presos o filho dele, Renato Quartiero, e dez funcionários da propriedade.

As prisões ocorreram durante cumprimento de um mandado de busca e apreensão determinado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) na fazenda Depósito. Lá, foram encontrados explosivos, artefatos para construção de bombas, escudos e bombas caseiras. Não foram localizadas armas de fogo.

Segundo o coordenador-geral da Operação Upatakon 3, Fernando Segóvia, delegado da PF, o que foi encontrado na fazenda foi suficiente para "prender toda a quadrilha". Segóvia disse que Quartiero é o líder do grupo. "A materialidade do crime encontrada é permanente.

Não precisava de mandado de prisão para prender o Quartiero", afirmou o delegado. A **Folha** não conseguiu localizar os advogados dos presos, que foram levados à Superintendência da PF em Boa Vista.

A prisão de Quartiero revoltou parte da população, que entrou em confronto com policiais e homens da Força Nacional de Segurança. Moradores jogaram pedras nos policiais, que reagiram com bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta. O tumulto, que demorou mais de uma hora para ser contido, deixou três moradores feridos levemente.

O mecânico Ian Barbosa, um dos dez funcionários presos, é suspeito de ter participado do confronto com indígenas anteontem. Além disso, o líder indígena José Brazão, que apóia o arroseiro, foi preso, apontado pela PF como autor de agressões contra policiais.

No final de março, Quartiero já havia sido preso em um protesto contra a presença de policiais federais na terra indígena. Na ocasião, a Polícia Federal afirmou que ele desacatou agentes e tentou obstruir o trabalho dos policiais. Após pagamento de fiança, ele foi solto. *Colaborou **JOSÉ EDUARDO RONDON**, da Agência Folha

"PF vai responsabilizar pistoleiros", diz Tarso – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008

Ministro pede calma a índios durante visita a fazenda invadida anteontem e é chamado de "irresponsável" por prefeito de Pacaraima (RR) - Petista não foi reconhecido por líder indígena e teve a escolta de pelo menos 20 policiais, além de proteção de um helicóptero da PF

O ministro da Justiça, Tarso Genro, afirmou ontem -dentro da fazenda onde nove índios foram feridos anteontem na reserva Raposa/Serra do Sol em Roraima- que a Polícia Federal vai "responsabilizar os pistoleiros" que feriram os índios.

Escoltado por ao menos 20 policiais e protegido por helicóptero que fazia sobrevôos em círculos com um atirador na porta, Tarso chegou, foi cercado por índios e disse: "Estamos aqui para fazer uma investigação e responsabilizar as pessoas que causaram esse incidente grave. Confie no trabalho da PF e da Força Nacional".

"O senhor quem é?", perguntou o líder macuxi Djacir Merequior da Silva. "Sou ministro da Justiça do país", disse Tarso. "Como é o nome do senhor?", disse Djacir. "Tarso Genro", respondeu o ministro, que veio de helicóptero de Boa Vista, desceu em Vila do Surumu e foi ao local onde os índios montaram 20 barracas anteontem. Tarso pediu calma aos índios, mas ouviu que eles vão recuperar a terra "na lei ou na marra". Cerca de cem indígenas permanecem na fazenda.

"É um irresponsável. [Tarso] veio aqui ver o que a política indígena do governo Lula criou", disse o dono da fazenda, Paulo César Quartiero (DEM), prefeito de Pacaraima, município onde está a terra indígena, no início da tarde, antes de ser preso.

Quartiero lidera movimento de produtores de arroz que lutam para manter fazendas na área homologada como indígena por Lula em 2005. Ele admite que seus funcionários, encapuzados, atiraram contra os índios, mas só para se defender.

Segundo o líder indígena Djacir Merequior disse à Folha, mais índios estão chegando à área para manter a invasão. Mesmo se a demarcação for revista pelo STF, os índios vão retirar os produtores da arroz da área, disse o líder Martinho Macuxi Souza, 37.

A desocupação da Raposa foi suspensa pelo STF. Ao menos cem policiais federais e da Força Nacional, porém, estão na Vila do Surumu. "Vai ser breve, daqui a 15, 30 dias sai a decisão do Supremo", disse Tarso.

Tarso afirmou que conversou com o ministro Carlos Ayres Britto, do STF, relator do processo da Raposa/Serra do Sol e informou que o inquérito para apurar quem "são os pistoleiros e mandantes" não fere a decisão do Supremo de suspender a desocupação. O ministro disse que terra indígena na fronteira "não afeta a soberania nacional coisa nenhuma. Uns estão desinformados e outros acham que a única forma de ocupação é deixar fazendeiros trabalharem. Isso é um preconceito", disse.

Quartiero rebate: "O que o CIR [Conselho Indígena] e as ONGs estão pedindo é um cadáver, igual à [freira] Dorothy Stang [assinada em 2005]. Quase conseguiram". O prefeito disse que entrou na Justiça com pedido de reintegração de posse da fazenda. O governo federal protocolou ontem no STF pedido de mandado de busca e apreensão para que PF e Força Nacional retirem dos não-índios da reserva armas, munições e explosivos. O texto, da Advocacia Geral da União e da Funai, diz que foi "legítimo" o ato dos índios.

Ato de índios foi "terrorista", diz governador – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008

De passagem pelo Palácio do Planalto, onde encontrou-se com o ministro José Múcio (Relações Institucionais), o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), aproveitou para atacar ontem a atitude de índios que, na véspera, invadiram uma fazenda no interior da reserva Raposa/Serra do Sol. O governador classificou o ato dos índios de "ação terrorista" e "insanidade". "A invasão de ontem foi uma ação terrorista e terrorismo é difícil de conter", disse ele.

Ontem, o governador sugeriu que a ação dos índios possa ter sido "induzida por alguém" e ressaltou que há "interesses internacionais" na região.

"No momento em que a gente está esperando uma decisão do Supremo, nada mais justo que as partes interessadas esperem por essa decisão. É a democracia", afirmou, acrescentando: "Quem está por trás disso? Parece-me até que é como se quisessem criar um fato novo para atrapalhar o processo".

Depois de ter classificado a ação dos índios de terrorista, o governador tentou amenizar as próprias declarações. Chamou então o ato de insanidade. Ele também afirmou que não está em defesa de "meia dúzia de empresários arroteiros", mas sim dos interesses do Estado.

Anchieta Júnior defendeu o direito de defesa dos arroteiros, no caso da invasão. O governador esteve em Brasília para defender sua posição, contrária ao decreto da demarcação. Anteontem ele esteve no Supremo Tribunal Federal.

Após pressão do MST, recurso para habitação cresce – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2008

O Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) decidiu ampliar em R\$ 55 milhões o volume de recursos para financiamento da casa própria no setor rural neste ano. A medida atende ao lobby do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que vem pressionando o governo a elevar os recursos disponíveis para habitação no campo.

Depois da invasão do MST à sede da Caixa Econômica Federal no mês passado, o presidente Lula convocou uma reunião no Palácio do Planalto, em que determinou aos ministros presentes -entre eles, Márcio Fortes (Cidades) e Carlos Lupi (Trabalho)- a ampliação dos recursos e a desburocratização do processo.

A **Folha** apurou que os recursos do FGTS ainda se somarão a uma verba a ser destinada dentro do Orçamento da União para habitação rural. A intenção do governo é lançar em junho um programa específico para o setor.

Ministro Patrus Ananias recebe trabalhadores rurais em Brasília – Sítio Eletrônico do MDA – 07/05/2008

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, recebeu nesta quarta-feira (07/05) uma comissão de 22 integrantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Eles estão em Brasília entregando a pauta de reivindicações do 14º. Grito da Terra, marcado para ocorrer na capital federal na próxima semana.

No encontro, eles pediram mais recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), reivindicação que será encaminhada pela Contag ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ficou acertado ainda que os trabalhadores se reunirão com técnicos da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS para avaliar formas de cooperação para monitoramento do PAA, e também se encontrarão com representantes da Secretaria Nacional de Assistência Social para discutir trabalho infantil e políticas para a terceira idade. **Roberta Caldo*

Fazendeiro que mandou matar Dorothy é absolvido pela Justiça – Sítio Eletrônico do MST – 07/05/2008

Foi absolvido ontem o mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida. Por cinco votos a dois, o Tribunal do Júri de Belém considerou que ele não é culpado do crime de homicídio doloso duplamente qualificado. Segundo a apuração do jornal Folha de S. Paulo, o irmão da missionária Dorothy Stang, David Stang, de 70 anos, afirmou que está "chocado" com o resultado do julgamento. "Os argumentos do promotor foram excelentes, até mesmo melhores do que no

último julgamento. Por isso tínhamos grande esperança e expectativa. Estou profundamente chocado", disse.

"Como podemos, em um ano, sair de um placar pela condenação para exatamente o contrário, ele ser libertado? Por favor, me diga", completou.

José Batista Afonso, advogado e integrante da coordenação nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra), afirmou que o resultado comprova as denúncias de impunidade no Estado.

"De mais de 800 assassinatos cometidos no campo no Pará nos últimos 35 anos, não há mais nenhum mandante cumprindo pena atrás das grades", afirmou o advogado.

A liberdade do assassino - Bida, que estava preso desde março de 2005, foi libertado por volta das 20h de ontem. O Ministério Público vai recorrer da decisão.

O pistoleiro Rayfran das Neves, o Fogoió, que havia confessado ter atirado em Dorothy, também foi julgado ontem. Ele foi considerado culpado e sentenciado a 28 anos de prisão em regime fechado.

Foi o segundo júri de Bida no caso. O primeiro havia ocorrido em maio de 2007. Daquela vez, ele havia sido condenado a 30 anos de prisão.

Neves foi submetido ontem ao seu terceiro júri. No primeiro, em dezembro de 2005, foi condenado a 27 anos de prisão. Teve direito a novo julgamento, em outubro do ano passado, no qual a condenação foi mantida - e que foi anulado por supostas irregularidades.

Covardia - No dia 12 de fevereiro de 2005, a irmã Dorothy Stang, de 73 anos, missionária americana, naturalizada brasileira, da congregação das irmãs de Notre Dame de Namur, foi covardemente executada com seis tiros quando se dirigia a uma reunião com agricultores, no município de Anapu, região em que era tida como uma das lideranças na defesa das causas ambientais, agrárias e de direitos humanos, no estado do Pará.

O cruel assassinato da Irmã Dorothy foi mais um capítulo das histórias de violência, assassinatos, grilagem de terras, trabalho escravo e destruição que assolam a Amazônia.

Verba para subsídio de imóvel rural aumenta para R\$ 1,5 bi – Arnaldo Galvão - Valor Econômico – Brasil - 07/05/2008

O governo cedeu à pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e aumentou o subsídio para a compra de habitações populares na área rural. Neste ano, o orçamento do FGTS terá mais R\$ 350 milhões, passando a R\$ 1,55 bilhão, para serem aplicados a fundo perdido em projetos de moradia popular para famílias de baixa renda. Desse volume, R\$ 194 milhões serão reservados para aproximadamente 30 mil famílias que ganham até R\$ 760 mensais e vivem na área rural. Anteriormente, eram R\$ 139,5 milhões.

A negociação foi iniciada em 16 de abril, quando cerca de 300 manifestantes do MST invadiram a sede da Caixa Econômica Federal, em Brasília. A pressão chegou até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que orientou seus ministros a encontrarem uma solução. Ontem, os integrantes do Conselho Curador do FGTS aprovaram a elevação do subsídio. O secretário-executivo do conselho, Paulo Furtado, também informou que muitos projetos de habitação popular dependem de contrapartidas dos municípios e, em pleno ano eleitoral, os prazos de contratação são menores. "Olhamos para as pessoas e não para municípios", disse.

Os conselheiros também aprovaram um regulamento sobre a aplicação dos recursos nos Fundos de Investimento em Infra-estrutura (FI-FGTS). Definiram que o limite de 40% para cada um dos seis segmentos beneficiados - energia, saneamento, ferrovias, rodovias e portos - é calculado sobre o máximo de recursos (R\$ 17,1 bilhões ou 80% do patrimônio líquido) que podem lastrear o FI-FGTS. A disponibilidade inicial aprovada é de R\$ 5,6 bilhões, que devem ser absorvidos por seis projetos de geração de energia: as usinas de Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, e mais quatro investimentos de pequeno e médio portes.

Com o objetivo de desburocratizar a liberação de recursos do FGTS para o saneamento, os conselheiros também aprovaram o fim dos critérios por Estado. A partir de agora, o Ministério das Cidades decidirá de acordo com a demanda de projetos maduros, sem considerar a unidade federativa onde estão alocados. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, informou que um grupo técnico do Conselho Curador vai assessorar a Caixa na tarefa de desburocratizar os empréstimos com recursos do FGTS.

Cultura de impunidade marca violência no campo no Pará – Sítio Eletrônico da CPT – 08/05/2008

“Como foi que se transformou em prostituta a cidade fiel, possuída pelo direito? Nela, quem morava era a justiça, agora são os assassinos.” Is. 1, 21

O mundo assistiu perplexo a mais um caso de impunidade no Pará. Vitalmiro Bastos de Moura, conhecido como Bida, foi absolvido pelo tribunal do júri, em Belém do Pará. Segundo os dados da CPT, em 40 anos de luta e resistência na terra, mais de 800 trabalhadores, lideranças sindicais e sem terra, religiosos e ativistas dos direitos humanos, foram assassinados no Pará. Quase totalidade desses crimes foram cometidos por pistoleiros a mando de fazendeiros e madeireiros. Nesse período, apenas 6 mandantes foram julgados e condenados pela justiça paraense, no entanto, nenhum deles permanecem presos. O Poder Judiciário paraense parece ser conivente até mesmo com o descumprimento das penas dos pistoleiros condenados. Nos últimos anos, três pistoleiros condenados por assassinato de lideranças sindicais tiveram suas fugas facilitadas das penitenciárias estaduais. O último foi Welinton de Jesus, condenado a 29 anos de prisão, pelo homicídio do sindicalista Dezinho, teve sua fuga facilitada por uma juíza da vara de execuções penais da capital. Fazendeiros mandantes, em geral, grandes proprietários de terras, usam todo o seu poder de influência financeira e política para permanecerem livres e impunes dos crimes juntamente com os executores e intermediários.

A impunidade no Pará, em crimes ligados a posse da terra, se mantém em função da permanência de outros crimes ligados à grilagem de terra, trabalho escravo e exploração madeireira que mantém o poderio e a prepotência de uma minoria de fazendeiros e madeireiros que não abandonaram suas práticas tradicionais de imposição da violência no campo. Soma-se a isso, a inércia dos aparelhos repressores do Estado, que atuam na maioria das vezes, contra os camponeses e na defesa da oligarquia agrária do Pará. De acordo com o monitoramento feito pela CPT, 73,19% dos casos de assassinatos no campo

no Estado, não são apurados, 8,11% dos inquéritos policiais não são concluídos e apenas 18,68% dos crimes transformam-se num processo judicial. No entanto, a média de tramitação desses processos está acima dos 10 anos, provocando a prescrição da maioria dos casos.

A absolvição do fazendeiro Vitalmiro é vergonhosa, pois durante toda a investigação policial e judicial, ficou devidamente provado que Bida e Regivaldo prometeram 50 mil reais para que Raifran assassinasse a missionária. Fato que ensejou na condenação de Bida no primeiro julgamento, a 30 anos de prisão. Durante o último júri, absolveu-se o fazendeiro e ficou provado pelo promotor de justiça e os advogados assistentes de acusação que o pistoleiro Raifran e o intermediário Amair, mudaram seus depoimentos, comprados por mais de 100 mil reais. Prometeram 50 mil para assassinar Dorothy e pagaram mais de 100 mil para que mudassem seus depoimentos e Bida fosse absolvido. O Estado e o Poder Judiciário precisam urgentemente apurar essa denúncia e punir os responsáveis por mais esse crime, pois a impunidade estimula a continuidade da violência.

A absolvição do fazendeiro Bida, se insere no conjunto de violência que nas últimas décadas vem se alastrando na Amazônia contra a floresta e os povos que nela habitam. Não nos esqueçamos do assassinato de Pe Josimo, Chico Mendes, massacre de Corumbiara, Eldorado e tantos outros, que ainda clamam por Justiça! Preocupa-nos a situação de ameaças constantes de morte contra bispos, padres, sindicalistas, indígenas, etc que se vêem obrigados a andarem protegidos por policiais militares para não serem assassinados por pistoleiros a mando de madeireiros e fazendeiros. A absolvição do fazendeiro agrava ainda mais essa situação aumentando a insegurança daqueles que defendem a floresta e os direitos dos camponeses.

Clamamos pelo fim da impunidade e re-afirmamos o nosso compromisso pela Reforma Agrária e pela distribuição da terra e da renda que possa garantir alimento e vida e, esperamos confiantes que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, corrija o equívoco cometido pelo corpo de jurados que contrariou flagrantemente as provas existentes no processo e fará restabelecer a JUSTIÇA em relação ao assassinato da missionária Dorothy Stang.

Belém, 08 de maio de 2008.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Norte 02 (Cáritas Regional Norte 02, Comissão Pastoral da Terra, Comissão Justiça e Paz, Pastoral do Menor, Conselho Indigenista Missionário, Pastoral da Criança, Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Juventude, Pastoral da Comunicação, Pastoral da Juventude Rural, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral Carcerária)

Comitê Dorothy

Conferência dos Religiosos do Brasil

UNIPOP – Instituto Universidade Popular

FAOR – Fórum da Amazônia Oriental

FASE – Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional

ABONG – Associação Brasileira de ONG's

SDDH – Sociedade Paranaense dos Direitos Humanos

Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira

Comitê de Defesa da Vida das Crianças de Altamira

Fórum Popular de Altamira

Fórum Dorothy Stang de Direitos Humanos

Mutirão pela Cidadania

GTA Regional Xingu

Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará

FETRAF APRESENTA AO GOVERNO FEDERAL PROPOSTA DO PAC DA AGRICULTURA FAMILIAR - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul – Sítio Eletrônico da Fetraf – 08/05/2008

Na manhã desta quinta-feira (08.05), o coordenador geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), Altemir Tortelli apresentou em uma audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, uma proposta para execução de um Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a Agricultura Familiar. Tortelli entregou a pauta de reivindicações do setor para o Ministro que se comprometeu em discutir as demandas com as secretarias e já agendou uma nova reunião para a próxima quarta-feira (14).

Tortelli explica que são necessários mais investimentos no setor. Um dos exemplos é em relação ao Pronaf Sistêmico. O governo propõe uma experiência piloto com 30 famílias no sul. A proposta é que esse número seja ampliado pra 100 famílias em vários estados brasileiros. O Pronaf Sistêmico será uma linha de crédito rural de custeio e investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias, sendo que permitirá financiar um conjunto de despesas que estejam conceituadas como manutenção do agricultor e de sua família.

Para a implantação do Pronaf Sistêmico, a Fetraf defende que os investimentos em Assistência Rural sejam no valor de um bilhão de reais divididos nas estatais, rede da sociedade civil, cooperativas, sindicatos e ong's que desenvolvem trabalhos com assistência. “Dentro do Pronaf Sistêmico queremos incentivo ambiental para os agricultores familiares que produzam e desenvolvam projetos de preservação”, afirma.

Na área da habitação foi reivindicado o empenho do MDA para que até o próximo dia 19 participe da elaboração do Plano Nacional de Habitação. Também que o Inbra

destine recursos para o financiamento de habitação nos assentados da base da Fetraf. A proposta é de 30 mil casas em 2008, 40 mil em 2009 e 50 mil casas em 2010.

Dentro dessa proposta do PAC da Agricultura Familiar também está a solicitação de ampliação de R\$ 30 milhões para R\$ 100 milhões os recursos infra-estrutura, projetos e fortalecimentos das redes de cooperativas de crédito, habitação e produção. Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a proposta é investimento em 2008 de R\$ 1 bi, em 2009 R\$ 2 bi e em R\$ 3 bi em 2010 e o aumento do preço de comercialização por família de R\$ 3.500,00 para 7.000,00.

Na audiência, o Ministro anunciou a publicação no Diário Oficial no último dia sete, a autorização para aquisição de produtos da agricultura familiar referente a 30% da merenda escolar. “Isso significa em torno de R\$ 550 milhões para as famílias que vivem no campo e é uma luta antiga da Fetraf que se vê concretizada”, afirma Tortelli

Outra notícia foi a repactuação de R\$ 5 bilhões das dívidas rurais da agricultura familiar em todo o país que poderão beneficiar um público estimado em 679 mil contratos. A medida prevê descontos de 15% a 35% sobre o saldo das operações do Pronaf custeio, contratadas nas safras 2003/2004, 2004/2005 ou 2005/2006 e prorrogadas, os quais são somados aos bônus de adimplência contratuais, ou permissão para renegociação, com acréscimo de mais dois anos de prazo e redução das taxas de juros.

Os financiamentos para o grupo B do Pronaf que estiverem inadimplentes poderão renegociar o saldo devedor em até 2 anos, sendo que as operações contratadas até 31/12/2005 terão um rebate adicional de 10 pontos percentuais, a ser somado ao bônus de adimplência contratual caso liquidem a operação em 2008.

Última Atualização (08 de maio de 2008)

Faroeste na fronteira – Folha de São Paulo – Opinião – 08/05/2008

A ABSOLVIÇÃO do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura da acusação de envolvimento no assassinato da missionária americana Dorothy Stang constitui decisão soberana do Tribunal do Júri de Belém. Não cabe falar, propriamente, em impunidade, pois há dois outros condenados pelo assassinio.

Inexiste dúvida, porém, quanto ao dano, para o já débil império da lei na Amazônia, infligido pela incapacidade do Estado de responsabilizar mandantes. Sua inoperância frustra amiúde a expectativa de justiça e de que a ordem seja garantida na fronteira dos conflitos fundiários -como se pode verificar na disputa que ora se desenrola em Roraima. A Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, cujo processo de identificação, demarcação e homologação terminou em 2005, foi palco de novos atos de violência. Há um mês, fazendeiros estabelecidos em áreas indígenas já haviam resistido à desocupação pela Polícia Federal (PF) com atentados e queima de pontes.

O Supremo Tribunal Federal (STF), com prudência, concedeu liminar suspendendo a retirada. Não se pronunciou ainda, todavia, sobre o mérito da homologação da reserva em forma contínua.

Cem índios invadiram a flechadas, segundo alega o líder dos fazendeiros, Paulo César Quartiero, sua área de posse (o que constituiria franca desobediência ao STF). Foram rechaçados a bala, restando dez indígenas feridos. Como a PF chegou ao local após o incidente, não há terceira versão. Após busca e apreensão autorizada pelo STF, Quartiero e dez funcionários foram presos.

O próprio governador José de Anchieta Júnior (PSDB) toma partido, tratando índios por "terroristas" e defendendo quem há pouco queimava pontes. Compete à PF e à Força Nacional de Segurança, portanto, a tarefa de conter a tendência ao faroeste no Estado e devolver-lhe o mínimo de lei e ordem.

Quem explica? – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 08/05/2008

SÃO PAULO - Bem que eu gostaria de poder responder à pergunta de David Stang, o irmão da irmã Dorothy, assassinada há três anos no Pará: "Como podemos, em um ano, sair de um placar pela condenação para exatamente o contrário, ele ser libertado? Por favor, me diga", implorou David, ao tomar conhecimento da absolvição anteontem do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, depois de ter sido condenado, num primeiro julgamento, a 30 anos de prisão, faz apenas um ano. Era acusado de ser o mandante do crime.

Não há realmente uma explicação, até porque o caso nem se enquadra no padrão habitual do Brasil. Qual é o padrão habitual? É algum poderoso matar ou mandar matar alguém que se interponha no seu caminho e escapar impune. Ou porque foge, ou porque as autoridades locais têm medo de se meterem com os poderosos, ou por qualquer outro fator. No caso do fazendeiro, seguiu-se, a rigor, todo o devido processo legal. Ele foi preso, acusado, passou três anos na cadeia, foi julgado, condenado e, agora, absolvido.

Claro que todo o mundo vai dizer que o Brasil é o campeão da impunidade -e é mesmo. Tanto é que, "de mais de 800 assassinatos cometidos no campo no Pará nos últimos 35 anos, não há mais nenhum mandante cumprindo pena atrás das grades", pelas contas de José Batista Afonso, advogado da Comissão Pastoral da Terra.

Mas, nesse caso específico, nem dá para falar de impunidade, assentada na omissão e/ou cumplicidade das autoridades, na medida em que o acusado passou por dois tribunais do júri. Perdeu no primeiro, ganhou no segundo.

Parece óbvio que há alguma coisa errada no processo e, mais amplamente, em um país considerado seguro para o investidor externo, mas não para os que nele trabalham no campo (e não só no campo).

Tarso diz que local de tiroteio em RR é "território indígena" – Lucas Ferraz e José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 08/05/2008

Ministro afirma que fazendas são irregulares; governador critica visita de petista à Raposa - Ministro-relator no STF, que deve fechar parecer nesta semana, diz que situação é "preocupante", mas que cabe à PF resolver impasse

O ministro Tarso Genro (Justiça) afirmou que a fazenda Depósito -encravada na reserva Raposa/Serra do Sol (RR) e que é explorada pelo arroteiro e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM)- não é propriedade privada. "Não há dúvida. Quem responde é a lei, é território indígena." As terras, diz, foram assentadas de "forma totalmente irregular".

A fazenda foi palco, na segunda-feira, de confronto entre índios e arroteiros. Nove indígenas ficaram feridos. Quartiero, seu filho e mais dez pessoas foram presos anteontem pela Polícia Federal, sob a acusação de formação de quadrilha, tentativa de homicídio e posse de artefatos explosivos.

Indagado sobre a construção das propriedades na reserva antes da homologação das terras em 2005, Tarso disse que o fato não "retira a normalidade da demarcação como não revoga o preceito constitucional de que a terra é indígena", conforme decreto presidencial.

Sobre o confronto dos arroteiros com os índios, o ministro classificou os ataques como "paramilitares" e de "sabotagem", que foram cometidos por "um ou dois arroteiros". Disse ainda que a PF e a Força Nacional de Segurança vão continuar atuando na região para desarmar "agricultores ou qualquer pessoa, inclusive índios".

Tarso afirmou que trabalhará com o ministro Nelson Jobim (Defesa) em um decreto, que depois será apresentado ao presidente Lula, para instalar mais postos militares na "grande fronteira amazônica".

Setores das Forças Armadas são reticentes à demarcação de terra indígena. Há algumas semanas, o general Augusto Heleno, comandante da Amazônia, criticou a demarcação, classificando a política indigenista de "lamentável e caótica".

Em Brasília - A PF aguardava ainda ontem a chegada de Quartiero a Brasília, transferido da superintendência da PF em Boa Vista. Por ser prefeito, ele tem foro privilegiado. Como é acusado de cometer crimes federais, será ouvido no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Os demais detidos também devem ser transferidos para Brasília.

Um dos advogados de Quartiero, Luiz Valdemar Albrecht, disse que entrará com pedido de habeas corpus. Ele nega as acusações contra Quartiero.

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), criticou a visita de Tarso à Raposa/Serra do Sol, ocorrida anteontem. "O resultado não foi positivo. Haja visto

o que aconteceu depois", afirmou ele, referindo-se à prisão de Quartiero e do conflito entre moradores e policiais federais.

"O que entendo é que a fazenda foi invadida na segunda-feira. Na terça, o ministro vai [à região], faz uma vistoria na fazenda, prende todo mundo", disse. "Fui cumprir missão institucional, com resultado altamente positivo para garantir o Estado de Direito", disse Tarso.

No STF - O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto, relator das ações que contestam a demarcação da reserva, afirmou que a situação de conflito é "preocupante", mas que cabe à PF, e não ao STF, resolver o caso. Disse que espera fechar seu relatório até o fim desta semana para que o tema seja julgado até o final do mês. "Não compete ao Supremo intervir no confronto."

O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, disse que o assunto é "prioritário". Não determinou, porém, uma data específica para levá-lo ao plenário da casa. Ele já havia dito que os ministros devem debater sobre a questão até junho. O plenário do STF suspendeu, no início de abril, a operação da PF para a retirada de não-índios da reserva, ao acatar liminar do governador de Roraima.

Indenização - As famílias dos índios feridos no confronto de segunda-feira vão pedir indenização a Quartiero, segundo disse o índio Martinho Macuxi de Sousa.

Sousa é o responsável pelo acampamento montado por indígenas ligados ao CIR (Conselho Indígena de Roraima), próximo à vila do Surumu. Ontem já havia mais de 25 barracas, com cerca de 300 pessoas.

Além de exigir indenização, Sousa anunciou que o grupo vai retomar a invasão da fazenda de Quartiero, mas não informou a data. Anteontem o grupo deixou a fazenda do arrozeiro.

Para ruralistas, prisão é injusta e unilateral – Folha de São Paulo – Brasil – 08/05/2008

Deputados da bancada ruralista condenaram a prisão do arrozeiro e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo Cesar Quartiero. A atitude da PF, dizem, foi "injusta" e "unilateral".

Quartiero foi preso sob a acusação de tentativa de homicídio, formação de quadrilha e posse de explosivos, após ter sua fazenda, que fica na Raposa/ Serra do Sol, invadida. Na opinião de Ronaldo Caiado (DEM-GO), o governo não age da mesma forma com seus "supostos aliados", como o MST, que "coloca fogo em pneus e invade pedágios". "Nunca vi o governo prendendo sem-terra. A polícia é para parar conflitos. No mínimo, as duas partes tinham de ser presas."

Valdir Colatto (PMDB-SC) chamou de "estranha" a prisão de Quartiero. "Quem invadiu não foi ele. Precisamos parar de achar que o produtor é bandido."

Deputados também pretendem buscar o apoio de colegas para instalar uma CPI destinada a apurar o conflito entre arroteiros e índios. A comissão, diz Colatto, também deverá investigar o trabalho do Inca e da Funai.

Índios montam barracos de lona nas estradas e bloqueiam acesso a fazendas – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 08/05/2008

Índios da Raposa/Serra do Sol, em Roraima, adotaram a tática de acampar em barracos de lona às margens de estradas e fechar o acesso a fazendas dos arroteiros, método semelhante ao usado por sem-terra.

A mobilização é para assegurar a demarcação da terra indígena, alvo de contestação no STF, que suspendeu a desocupação da área, mantendo os produtores de arroz nas terras.

"Se eles [ministros do STF] decidirem que [os produtores de arroz] vão ficar, não vamos manter os bloqueios", disse o líder da comunidade São Francisco, o macuxi Ireneu Silva Aniceto, 35. "As crianças precisam de mais terra", afirmou, apontando para a placa, na qual foi escrito: "nós alunos sem terra não temos educação".

"Eu não quero eles [produtores de arroz] aqui. Eles não nasceram aqui. Eu nasci", diz a macuxi Lilian da Silva, 77.

Na noite de ontem, segundo informação do "Jornal da Globo", os índios aceitaram desbloquear a estrada.

Apesar da ação dos índios, o trabalho de colheita permanece nas fazendas produtores de arroz. Uma das propriedades, visitada pela **Folha**, pertence ao prefeito de Pacaraima (RR), Paulo Cesar Quartiero (DEM), preso anteontem.

A PF fez busca e apreensão na sede da fazenda anteontem, mas não tinha mandado judicial. "Eram 23 carros com quatro policiais cada um. Ele pularam a cerca e vieram rastejando. Algemaram a gente. Reviraram os alojamentos, disseram que encontraram bombas, mas não vimos", diz o funcionário José Daniel de Paula Filho, 22, preso por 12 horas e liberado.

Segundo a PF, o STF autorizou ações de desarmamento na área e, por isso, ocorreu busca e apreensão na fazenda.

Ministro recebe pauta de reivindicações da Fetraf – Sítio Eletrônico do MDA – 08/05/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu nesta quinta-feira (8) a pauta de reivindicações da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf). As reivindicações dos trabalhadores rurais foram divididas em pontos temáticos: Pronaf, políticas de comercialização, segurança e soberania alimentar, organização socioeconômica da agricultura familiar, seguro da agricultura familiar, assistência técnica e pesquisa, agroindústrias, reforma agrária e acesso à terra, sistemas agroindústrias, meio ambiente, infra-estrutura, educação, Previdência Social, saúde pública, assistência social, habitação rural, juventude e mulheres.

A entidade coloca na pauta temas como a criação de uma linha de crédito subsidiado dentro no Pronaf Sistêmico para permitir a recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e recuperação de fontes d'água; recursos de R\$ 13 bilhões para o Pronaf na Safra 2008/2009; antecipação da liberação do crédito custeio para, no mínimo, 30 dias antes do início do plantio; criar uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) específica para as mulheres da agricultura familiar; entre outras.

Segundo Cassel, a pauta será analisada pelas áreas responsáveis e um novo encontro deve ser marcado na próxima semana para debater os pontos. No documento entregue, a Fetraf destaca que “o atual contexto político, marcado pelo crescimento econômico e das demandas é um bom momento para avançar na implementação de um conjunto de políticas públicas que assegurem mudanças efetivas no atual padrão hegemônico de desenvolvimento rural, a partir da implementação de ações direcionadas ao fomento de novas dinâmicas econômicas e sociais. É o momento oportuno para fortalecer estratégias de organização política e produtiva do espaço rural, tendo como sujeito estratégico no Desenvolvimento Sustentável a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária.”

CPT divulga nota sobre caso Dorothy Stang – Sítio Eletrônico da CPT – 09/05/2008

A Coordenação Nacional da CPT que vem acompanhando muito de perto todo o processo em torno ao assassinato de Irmã Dorothy Stang, sobretudo na pessoa de um de seus membros, José Batista Gonçalves Afonso, advogado assistente, vem a público se juntar à perplexidade nacional e internacional diante da absolvição do acusado de ser um dos mandantes do assassinato, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida.

Bida, em 15 de maio de 2007, foi condenado a 30 anos de prisão. Menos de um ano depois, outro júri o inocenta. A perplexidade de agora é fruto de não se entender o que se passou neste espaço entre os dois julgamentos.

O que mais chama a atenção é a mudança dos depoimentos tanto de Rayfran das Neves Sales, executor do assassinato, quanto de Amayr Feijoli da Cunha, o Tato, intermediário entre Bida e Rayfran. Rayfran assume agora toda a responsabilidade pelo assassinato como uma ação individual, contradizendo os depoimentos anteriores. Tato, como testemunha, nega ter sido procurado por Bida para intermediar o crime. E é

apresentada uma gravação em vídeo em que Tato inocenta Bida de participação, vídeo este que dizem ter sido gravado em 2006, mas que não foi utilizado pela defesa no primeiro julgamento de Bida. Durante o processo, sucedeu-se de uma forma incomum a criação de novas versões dos fatos em diferentes momentos.

Um fato que levanta muitas suspeitas é que a esposa de Tato, Elizabeth Coutinho, afirmou em juízo que recebeu cerca de R\$ 100 mil de Bida, por supostas dívidas. E nos autos do processo consta ainda a gravação de uma conversa entre os pistoleiros presos Rayfran e Clodoaldo em que comentam a oferta de R\$ 20.000,00 para mudarem seus depoimentos, retirando a responsabilidade dos fazendeiros.

Com esta decisão a impunidade ganha mais uma batalha e se fortalece. É aí que a perplexidade se torna indignação. A CPT tem contabilizado de 1971 a 2007, 819 assassinatos no campo no Pará, sendo que somente 22 destes casos foram julgados, com a condenação de sete mandantes e treze executores. O único mandante que estava preso era Bida que agora, inocentado, está livre.

A imprensa está registrando com destaque as reações a este novo julgamento, reações inclusive do Presidente da República e de membros do STF, preocupados com a imagem do judiciário brasileiro, sobretudo no âmbito internacional.

Mas é bom lembrar que diante da impunidade recorrente, a justiça do Pará sempre foi olhada com muitas reservas. Por isso, no caso do julgamento do assassinato de Dorothy pediu-se ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a federalização do julgamento, como prevê a própria Constituição. O STJ, em 08 de junho de 2005, indeferiu por unanimidade o pedido alegando que “as autoridades estaduais encontram-se empenhadas na apuração dos fatos ... com o objetivo de punir os responsáveis, refletindo a intenção do Estado do Pará em dar resposta eficiente à violação do maior e mais importante dos direitos humanos, o que afasta a necessidade de deslocamento da competência originária para a Justiça Federal”. Se num primeiro momento esta assertiva pareceu certa (pois em menos de 10 meses houve dois condenados), agora perde o sentido nesta etapa do processo. Sobram as lamentações.

A promotoria e a CPT como assistente de acusação impetraram junto ao Tribunal de Justiça do Estado a anulação deste julgamento visto que a sentença se contrapõe às provas inscritas nos autos.

A indignação que substituiu o primeiro momento de perplexidade cresce quando se vê que o cumprimento da função social da propriedade, determinada pela Constituição, praticamente nunca é levada em consideração pelos membros do nosso Judiciário; quando os imemoriais e mais que legítimos direitos das populações indígenas são questionados, como aconteceu com a suspensão da retirada dos invasores não-indígenas da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, pelo Supremo Tribunal Federal, provocando ações violentas contra os indígenas; quando, 22 anos depois da morte do Pe. Josimo Moraes Tavares, assassinado em Imperatriz (MA), em 1986, o ex-juiz João Batista de Castro Neto, acusado de ser um dos mandantes deste assassinato, pela quinta vez consegue se esquivar de comparecer a interrogatório que seria realizado no dia de ontem, 08/05.

Mesmo assim continuamos acreditando que um dia a Justiça vencerá.

Goiânia, 9 de maio de 2008.

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Presidente está indignado com resultado judicial – Sítio Eletrônico da CPT – 09/05/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou estar indignado com a absolvição de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser o mandante do assassinato da irmã Dorothy Stang, em 2005. “Como brasileiro e como cidadão comum obviamente estou indignado com o resultado. Como presidente da República, eu não dou palpite sobre uma instância do Judiciário”, afirmou. Para Lula, a decisão judicial pode prejudicar a imagem do país no exterior e levar parte da sociedade a questionar o julgamento.

Protesto do MST bloqueia estradas no Sul – Folha de São Paulo – Brasil – 09/05/2008

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promoveu ontem bloqueios em rodovias federais e estaduais do Rio Grande do Sul para protestar contra uma ação de busca e apreensão realizada pela Brigada Militar (a PM gaúcha) no acampamento da fazenda São Paulo 2, em São Gabriel (320 km de Porto Alegre).

Na operação, a BM utilizou 765 homens. O objetivo da ação era localizar e recolher armas usadas pelos sem-terra e objetos roubados da fazenda Southall, invadida em abril. A ação de protesto bloqueou trechos de 13 rodovias em várias regiões do Estado. Segundo o MST, mais de mil pessoas participaram do protesto. * *COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE*

Absolvição no Pará prejudica imagem do país, avalia Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 09/05/2008

Presidente diz estar indignado com decisão que inocentou fazendeiro do crime de homicídio da freira Dorothy Stang - Ministro da Defesa acredita que julgamento não vai interferir na imagem do país no exterior; vice-presidente afirma que ficou surpreso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem ter ficado "indignado" com a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, da acusação de ser o mandante do assassinato, em fevereiro de 2005, da freira norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang. Para ele, a decisão da Justiça paraense prejudica a imagem do Brasil no exterior.

"Como brasileiro, como cidadão comum, eu obviamente que estou indignado com o resultado", disse em entrevista no Planalto, dois dias após o Tribunal do Júri de Belém ter considerado que Bida não é culpado do crime de homicídio.

Ontem, Lula falou sobre o tema após evento no qual sancionou a lei que altera o Código de Processo Civil e, como consequência, diminuirá a quantidade de ações que chegam ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) contestando decisões de tribunais de segunda instância.

O presidente primeiro se disse "indignado", mas depois ponderou. "Como presidente da República, eu não dou palpite na decisão de uma instância do Judiciário. Obviamente vão ter os recursos e nós vamos ver o que vai acontecer. Eu acho que depõe um pouco contra a imagem do Brasil no exterior. Faz com que parte da sociedade comece a ter dúvida sobre o julgamento", disse.

"De qualquer forma, é o foro legitimamente reconhecido, e eu acho que nós temos que esperar que os advogados façam recursos para que a gente possa saber então se o mandante vai ser punido ou não."

Antes da entrevista, em discurso durante a solenidade, Lula disse que, muitas vezes, quando um Poder tentava fazer sugestões ao Judiciário, "havia a compreensão, e eu diria de forma incompreensiva, de que pessoas de fora estavam querendo meter o dedo nas coisas do poder Judiciário". Lula já criou polêmica ao citar a "caixa-preta" do Judiciário.

"Toda a vez que uma conversa meio extraviada passa a impressão de que alguém quer se intrometer na seara de outro alguém, você não consegue dar um passo e passa séculos sem mudar uma única vírgula nas coisas que precisam ser mudadas", declarou o presidente.

Contraponto - O ministro da Defesa, Nelson Jobim, por sua vez, disse que a absolvição de Bida não deve ser questionada. Para ele, é um problema "desqualificar as nossas instituições".

Jobim não emitiu opinião sobre o caso concreto, por não conhecer o processo. Ele afirmou que a decisão do júri "faz parte das instituições democráticas". Para o ministro, o tribunal não deve alterar o veredicto preocupado com a imagem do país.

"O Brasil não toma decisões por imagem. Toma decisões que devem ser tomadas pelas nossas instituições, que tem de ser respeitadas. Se nós começarmos a desqualificar as nossas instituições porque os outros pensam mal delas, teremos grandes problemas", declarou. "Eu, como advogado e juiz que fui, sei que as decisões tomadas pelos tribunais são em cima do processo", completou.

O vice-presidente José de Alencar afirmou que o "Brasil ficou de certa forma preocupado". "É uma decisão do Judiciário que nós respeitamos, porém isso surpreendeu o país." (**EDUARDO SCOLESE E ITALO NOGUEIRA**)

Governo corta juro para atividade madeireira – Claudio Angelo e Felipe Seligman –
Folha de São Paulo – Ciência – 09/05/2008

O governo vai reduzir pela metade os juros para quem quiser extrair madeira de forma sustentável ou recuperar com mata nativa áreas desmatadas.

A medida integra o pacote de bondades ambientais anunciado ontem pelo presidente Lula. Ela cumpre um duplo objetivo: estimular o setor florestal e mostrar que é rentável para os produtores rurais na Amazônia recuperarem sua reserva legal -pela lei brasileira, 80% da área dos imóveis na região deve ser mantida como floresta.

Também visa podar pela raiz as propostas de alteração no Código Florestal que estão em análise no Congresso. Uma delas, apelidada de "floresta zero", prevê a redução da reserva legal na Amazônia para fins de recuperação de 80% para 50%.

Os juros menores para a atividade florestal serão aliados a um prazo maior de penhor para quem planta floresta em vez de capim ou soja. Na prática, o proprietário poderá dar sua floresta como garantia para o empréstimo, desde que o dinheiro seja usado exclusivamente para atividades florestais. Segundo Tasso Azevedo, diretor do Serviço Florestal Brasileiro, isso torna desnecessário mudar a lei da reserva legal, já que esvazia o principal argumento dos ruralistas para propor a alteração -o de que repor floresta não é economicamente viável.

"A floresta passou a ter uma vantagem", disse Azevedo.

Hoje, os juros do crédito rural variam entre 6,5% a 8,75% ao ano. A nova taxa, que Azevedo espera ser implementada em julho, será de 4% ao ano.

Outra boa notícia para o setor florestal veio do STF (Supremo Tribunal Federal). Seu presidente, o ministro Gilmar Mendes, cassou ontem uma liminar da Justiça Federal que suspendera a primeira licitação para o aluguel de uma floresta pública no Brasil. A liminar havia feito o SFB paralisar em março o processo de concessão da Flona (Floresta Nacional) do Jamari, em Rondônia, à exploração sustentável de madeira.

Segundo a Justiça Federal, as concessões florestais equivaliam à concessão de terras públicas, o que demandaria autorização do Congresso.

Mendes, no entanto, entendeu diferente: "Não se pode confundir concessão florestal com concessão dominial".

MST bloqueia sete estradas por 8 horas no Sul - Higino Barros – O Globo – O País – 09/05/2008

PORTO ALEGRE Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) bloquearam ontem, por cerca de oito horas, sete estradas do Rio Grande do Sul, próximas a localidades onde há acampamentos e assentamentos.

O ato foi uma reação à revista feita por 700 soldados da Brigada Militar num acampamento do MST em São Gabriel, no Oeste do estado. Com apoio dos Batalhões de Operações Especiais de Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo, e um forte aparato, que incluiu helicóptero, ônibus, cães e cavalos, a Brigada Militar procurou armas, munição e objetos ilícitos. Foram recolhidos foices, facões, enxadas e objetos de uso de trabalho.

A revista no acampamento foi em cumprimento a mandado de busca e apreensão, atendendo a ordem judicial solicitada pelo Ministério Público de São Gabriel e concedida pelo juiz José Pedro de Oliveira Ecker. A força militar buscou também objetos supostamente roubados pelos sem-terra, durante a invasão da Fazenda Southall, em 14 de abril, e desocupada quatro dias depois.

Fazenda Southall havia sido ocupada em 14 abril Na ocasião, proprietários da fazenda e o ouvidor-geral da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Adão Paini, constataram que as instalações da propriedade rural foram danificadas e animais domésticos, mortos.

O grupo de sem-terra revistado pela Brigada Militar — aproximadamente 800 adultos e 250 crianças, segundo o MST — está na Fazenda São Paulo 2, na localidade de Suspiro, próximo da RS-630, a cerca de 15 quilômetros da Fazenda Southall. A propriedade foi invadida em 14 de abril e desocupada quatro dias depois por ordem do juiz da 1ª Vara Cível de São Gabriel, Eduardo Pontes. Na ocasião, o grupo deixou a fazenda depois de aceitas condições, como a garantia de que não seriam revistados e identificados — o que a polícia acabou fazendo ontem.

A partir do início da operação da Brigada Militar, o MST passou a fazer bloqueios durante a manhã e parte da tarde, em pelo menos sete trechos de rodovias do estado, entre elas a BR-293, BR-285, BR-293, BR-158 e RS-324.

O primeiro local onde o movimento agiu foi em Piratini.

Cerca de 50 pessoas bloquearam o km 85 da rodovia PelotasBagé (BR-293), no sul do estado. Entre 10h e 14h, o tráfego foi interrompido por pedras, paus de madeira e pelos próprios manifestantes, que liberavam o trânsito a cada dez minutos. Em razão disso, o bloqueio gerou congestionamentos de um quilômetro.

Em Pontão, cerca de 80 sem-terra bloquearam o km 41 da estrada que liga Pontão a Passo Fundo (RS-324).

Absolvição no PA não mancha imagem do país, diz Mendes – Paulo Peixoto – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008

"Temos que parar com esse tipo de consideração", declara ele sobre a opinião de Lula - Presidente do STF cita caso Jean Charles e diz: "Alguém acha que a imagem da Inglaterra ficou manchada por causa desse episódio?"

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes, confrontou ontem a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Moura, o Bida, acusado de ser o mandante da morte da freira Dorothy Stang, prejudica a imagem do Brasil. Para o ministro, é preciso "limitar os fatos a eles próprios".

"Eu acho que temos que parar com esse tipo de consideração. Quer dizer: o resultado da condenação é que atenderia a boa imagem do Brasil? E se de fato essa pessoa for inocente? Eu não disponho de dados, talvez o presidente disponha", criticou Gilmar Mendes.

Segundo ele, decisões judiciais controvertidas existem em todo o mundo "a toda hora". Ele citou o caso do brasileiro Jean Charles de Menezes, morto pela polícia inglesa em Londres. Os policiais não foram a julgamento. "Os senhores viram os resultados das decisões judiciais, das investigações. Alguém acha que a imagem da Inglaterra ficou manchada no mundo por causa desse episódio?", questionou Mendes.

O presidente do STF citou também o caso do desaparecimento de uma menina inglesa em Portugal, com "informações desencontradas", cujo episódio está até hoje sem solução. "Alguém disse que a imagem de Portugal ou da Inglaterra está manchada no mundo por conta disso? Vamos limitar os fatos a eles próprios", afirmou. Mendes também comentou debates que a absolvição trouxe à tona: o direito a um segundo julgamento ao réu condenado por mais de 20 anos e a sugestão de que o julgamento de Bida deveria ter acontecido em uma outra comarca (o chamado desaforamento), de forma a evitar pressões aos jurados. "As pessoas só falam de desaforamento por conta do resultado, o que mostra que não é um juízo de todo objetivo. Quando houve o primeiro julgamento, ninguém reclamou quanto ao desaforamento", disse Mendes, referindo-se ao fato de Bida ter sido condenado a 30 anos no primeiro julgamento.

Quanto à questão do segundo julgamento, o presidente do STF afirmou que há muitas discussões e críticas ao modelo de processo do júri e que "há até quem defenda a supressão do júri". Mendes defendeu a discussão, disse acreditar que o assunto está no Congresso, mas afirmou que é preciso evitar os "impulsos reformistas" quando casos como esse ocorrem. "O importante é que a gente faça com os passos normais, racionais. Em princípio, devemos receber as decisões com tranquilidade, tanto aquela que nos fascina como aquela que nos contraria. Contra decisão judicial se recorre", disse.

O ministro afirmou não conhecer os autos do caso Dorothy, exceto que se trata de crime de mando, e que, portanto, não poderia emitir "juízo seguro". "É preciso aguardar. O tribunal vai emitir um juízo mais seguro sobre o assunto".

CNBB declara "indignação" em relação à absolvição de fazendeiro no caso Dorothy Johanna Nublát – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos no Brasil) se manifestou contrariamente à absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, suspeito de ter mandado matar a missionária Dorothy Stang em fevereiro de 2005. Em nota, expressou "indignação ética".

"Estamos diante de uma situação que é apenas um exemplo a mais de como ainda temos que caminhar na reforma do judiciário", disse dom Dimas Lara Barbosa. Dom Luiz Soares Vieira, vice-presidente da CNBB e arcebispo de Manaus, disse acreditar que a "impunidade" com o resultado do julgamento pode encorajar o uso de violência em casos semelhantes. Ele afirmou que confia na revisão do caso.

Conflito - Sobre o conflito entre arrozeiros e indígenas na reserva Raposa/Serra do Sol (RR), a entidade disse ser consequência da ausência do Estado na área.

"O que realmente está ocorrendo nessas regiões é a ausência do Estado. Falta saúde, educação e presença da segurança. Mas isso não é só lá, a Amazônia toda está nessa situação", afirmou o vice-presidente da CNBB. Ele disse que algumas regiões do país podem, sim, ser chamadas de "terra sem lei".

A CNBB defende a demarcação contínua do território indígena. Vieira afirmou que experiências com ilhas dentro da terra demarcada não foram bem-sucedidas. O arcebispo também criticou a afirmação de que a reserva atrapalharia a defesa do território nacional.

"Veja a fronteira com a Colômbia. Por que a guerrilha não entrou em território brasileiro, já que os pelotões de fronteira estão muito longe um do outro? Por causa dos índios. E por que eles estão hoje nas fronteiras? Porque eles foram escorraçados", afirmou. (JOHANNA NUBLAT)

Ibama multa líder arrozeiro de Roraima em R\$ 30,6 mi – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008

Paulo Cesar Quartiero terá de pagar valor por degradação ambiental em reserva - Fazenda do prefeito de Pacaraima (RR) fica dentro da Raposa/Serra do Sol; atividades econômicas foram embargadas no local

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) multou em R\$ 30,6 milhões o líder arrozeiro e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo Cesar Quartiero (DEM), por degradação ambiental na reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima. A área é terra indígena homologada pelo governo federal em 2005. A fazenda Depósito, de Quartiero, fica dentro da reserva.

Além da multa, o Ibama embargou ontem toda e qualquer atividade econômica na fazenda (produtora de arroz) e informou que, na segunda-feira, vai apreender os equipamentos de produção existentes nela em uma ação com a Polícia Federal, que bloqueou o local.

Nesta semana, um confronto entre funcionários de Quartiero e indígenas, na fazenda, deixou nove índios feridos.

Por causa da ação, a PF prendeu o prefeito de Pacaraima, o filho dele e mais seis funcionários - todos encarcerados na Superintendência da corporação em Brasília. Para Flávio Montiel, diretor de proteção ambiental do Ibama, a projeção do instituto é a de que 30% da área total da reserva Raposa/Serra do Sol (que tem 1,7 milhão de hectares) esteja desmatada. E os principais responsáveis pela devastação, diz Montiel, são os rizicultores.

A perícia completa na reserva ainda será concluída - outras 12 fazendas serão fiscalizadas. O laudo apresentado ontem, baseado só na fazenda Depósito identificou quatro grandes "blocos de crimes ambientais": 1) destruir áreas de preservação permanente; 2) impedir regeneração natural; 3) destruir reserva legal e 4) licença ambiental (expedida por órgão estadual) usada indevidamente. As irregularidades em outras fazendas, segundo Montiel, são parecidas.

A fazenda Depósito foi autuada e multada por desmatamento em 2005 - o proprietário recorreu, e o caso não foi julgado em última instância. Da multa de R\$ 30,6 milhões, mais de R\$ 20 milhões são referentes a degradação das áreas de proteção permanentes. Paulo Cesar Quartiero recebeu a notificação da multa na carceragem da Polícia Federal, em Brasília.

A **Folha** ligou para o telefone celular de Victor Fagundes, advogado de Quartiero. Quando atendia, ele alegava que não podia falar e desligava. O prefeito de Pacaraima continuava preso até a conclusão desta edição.

Mendes diz que decisão sobre área é prioridade – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008

O presidente do STF, Gilmar Mendes, disse ontem que, se não houver pedido de vistas ao processo sobre a demarcação da reserva indígena Raposa/ Serra do Sol (RR), em duas semanas a questão estará julgada pelo Supremo.

"Essa pauta já é prioridade. Vamos iniciar o julgamento e esperamos concluí-lo de imediato. Se houver pedido de pauta na próxima semana, vamos iniciar já na semana seguinte. Se não houver nenhum pedido de vista, a matéria se encerra no mesmo dia." Mendes disse acreditar que o conflito atual não terá "nenhum tipo de influência" na decisão dos ministros do STF.

O Estado de Roraima entrou com outra ação no STF contrária à Raposa. O governador José de Anchieta Jr. pede que a demarcação seja refeita em "ilhas". A ação diz que a "futura demarcação que venha a ocorrer, seja procedida, necessariamente, em ilhas, por ser imperativo à segurança nacional".

Ex-dirigente de cooperativa de garimpeiros é morto a tiros – Silvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008

O ex-presidente da Comigasp (Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada) Josimar Elízio Oliveira foi morto na noite de quarta-feira com 13 tiros quando chegava a sua casa, em Marabá.

Testemunhas relataram à polícia que um homem na garupa de uma moto fez os disparos contra Oliveira. Uma equipe da Divisão de Investigações e Operações Especiais de Belém foi para Marabá para investigar o crime. Até a tarde de ontem, ninguém havia sido preso.

Ontem pela manhã, cerca de 70 integrantes do MTM (Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração) invadiram por duas horas a Ferrovia Carajás, que pertence à Vale, para fazer um protesto contra a morte do garimpeiro.

O trem já havia passado quando ocorreu a manifestação, segundo a Secretaria de Segurança. A Polícia Militar ficou de prontidão, mas foi acionada, pois os garimpeiros deixaram a ferrovia.

Em abril, o MTM, junto com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), invadiu a ferrovia, em Parauapebas.

Segundo a Polícia Civil, Oliveira tinha uma disputa interna com a atual direção da cooperativa e havia obtido uma liminar para ser reintegrado na presidência dela. O vice-presidente da Comigasp, Assis Coelho de Magalhães, rebateu a suspeita de que a direção da cooperativa esteja envolvida no crime, mas confirmou que Oliveira fazia oposição à gestão atual. "Alguém falou para acusar a cooperativa [pela morte], mas não é verdade. A vida toda Josimar cultivou inimigos", disse Magalhães. **(SÍLVIA FREIRE)**

Polícia detém posseiros que derrubavam árvores no Pará – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 10/05/2008

Fiscais do Ibama, da Secretaria de Meio Ambiente do Pará e policiais do batalhão de Polícia Ambiental do Estado flagraram um grupo de sem-tora, posseiros que invadem propriedades para desmatar ilegalmente, em uma fazenda de Tomé-Açu (194 km de Belém).

No momento da ação, 12 pessoas estavam no local da invasão e três cortavam árvores com motosserras. Elas foram detidas, autuadas por crime ambiental e depois liberadas. Foram apreendidos um trator, quatro motosserras e 12 armas de fogo artesanais. A polícia encontrou árvores de madeiras nobres já derrubadas.

Uma pessoa que transportava a madeira foi presa, mas liberada após ajudar a polícia a identificar quem estava por trás do desmatamento. Ela vai responder a processo.

Os sem-tora invadem as áreas a serviço de madeireiros que encomendam o produto. Ao agir, eles levam a família e acampam na tentativa de se passarem por integrantes de movimentos sociais. São chamados de sem-tora porque nunca ficam com a madeira. (SF)

Agricultores temem volta de ameaça e tensão a Anapu – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2008

Moradores de lote criado por freira prevêm aumento de conflito e mais mortes - Ex-presidente de Sindicato Rural diz que repercussão da morte de Dorothy não reduz possibilidade de novo crime causado por disputa agrária

Na última terça-feira, em Belém, quando o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foi absolvido da acusação de mandar matar a freira Dorothy Stang, a cerca de 750 km dali, em Anapu, oeste do Pará, fogos de artifício foram estourados por outros fazendeiros e simpatizantes do acusado.

Mas a 56 km da cidade, no PDS Esperança, pequenos agricultores pressentiram que, com essa decisão do Tribunal do Júri, a tensão e o medo devem novamente dominar a região, como na época anterior ao assassinato da missionária.

PDS é a sigla de Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que irmã Dorothy idealizou e liderou naquela região, como proposta de assentar famílias em pequenos lotes de terra.

A disputa pela posse das terras -das quais fazendeiros, entre eles Bida, se consideravam proprietários- era o principal motivo das ameaças contra a vida da religiosa.

Só depois da repercussão internacional do assassinato de Dorothy, em fevereiro de 2005, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) conseguiu a emissão de posse da área, decisão favorável aos moradores do PDS. Mas Bida e outros fazendeiros continuam recorrendo da decisão.

Agora, com Bida inocentado pelo Tribunal do Júri, os moradores do PDS acham que a anunciada volta do fazendeiro à região trará consigo o recrudescimento da tensão. "Ele vai vir buscar as terras dele. Vai chegar e fazer o que der vontade", afirma o agricultor e artesão Antônio Dias dos Reis, 34. Ele diz que, já antes da morte de Dorothy, sofria ameaças para desocupar uma área que hoje faz parte do PDS.

O PDS fica no lote 55 da gleba Bacajá, na remota área rural de Anapu. A Folha esteve no local na sexta-feira e ouviu 15 moradores. Todos eles disseram ter medo. Reis estava tão ansioso com a decisão do Tribunal do Júri de Belém na terça que chegou a comprar um rádio velho para ouvir a transmissão do julgamento. "Quando fiquei sabendo [da absolvição de Bida], tive vontade de ir embora, procurar outro lugar para mim." Como as outras 12 famílias do PDS, ele quase não tem renda. Sobrevive do que planta: banana, arroz e feijão.

A produção não cresce, pois falta infra-estrutura. Não há energia nem água encanada na maioria das casas. A estrada que vai até Anapu é de terra batida e fica intransponível quando chove, o que é freqüente.

O isolamento é outro fator que aumenta o temor. "Tenho medo de que aconteça comigo o que aconteceu com ela [Dorothy]", disse Lucivânia Rodrigues, 28, que reside na área desde meados de 2005.

Lucivânia contou que, quando Bida foi absolvido, sua filha de 12 anos lhe perguntou: "Ih, mãe, o que vai ser da gente?" Lucivânia disse que respondeu: "Tem que ter fé em Deus".

Um dos poucos que dizem não ter medo é Raimundo de Souza Sales, que afirma "estar pronto para morrer brigando" com Bida. "Se ele vier aqui, eu como o cérebro dele", diz o agricultor de 50 anos.

Gabriel Domingos, 46, ex-presidente do Sindicato Rural, diz que a repercussão internacional da morte de Dorothy não reduz a possibilidade de um novo crime motivado pelo conflito agrário no Pará. "Uma coisa é matar uma líder como a Dorothy. Outra é matar um desconhecido. No final, até a gente esquece."

A reportagem foi até a Prefeitura de Anapu e até a casa do prefeito Luiz dos Reis (PTB), mas não conseguiu contatá-lo. Segundo moradores da cidade, o prefeito recebeu apoio de Bida durante a campanha eleitoral. A Folha não encontrou nenhum grande proprietário rural da região para comentar a decisão que libertou Bida.

No Pará, 1 em cada 10 ameaçados de morte tem proteção policial – Eduardo Scolese –
Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2008

Entre os 99 que receberam ameaça direta de assassinato no Estado, há religiosos, sindicalistas e membros de movimentos - Projeto que cria programa nacional de proteção aos defensores dos direitos humanos sob risco deve ir para o Congresso neste mês

No Pará, foco nacional de assassinatos e de impunidade no campo, 1 em cada 10 defensores de direitos humanos ameaçados de morte está hoje sob proteção policial. No final do ano passado, o governo paraense concluiu uma série de entrevistas em todo o Estado em que identificou 99 pessoas ameaçadas de morte, entre religiosos, sindicalistas e integrantes de movimentos sociais. Dessas 99, apenas 9 estão hoje com proteção policial. Entre 1971 e 2007, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra), 819 pessoas foram mortas no Estado em conflitos fundiários, entre as quais a freira norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, cujo suposto mandante do crime foi absolvido na última terça.

A identificação dessas 99 pessoas, todas de alguma forma consideradas "defensoras dos direitos humanos", ocorreu a partir de listas apresentadas ao governo pela CPT e pela Fetagri, braço paraense da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Entre os nove protegidos hoje, com escolta policial 24 horas por dia, está dom Erwin Krätler, bispo do Xingu e presidente nacional do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

Dos 99 que receberam ameaça direta de morte, 57 solicitaram proteção imediata ao Estado. Além disso, 19 deles foram considerados de proteção prioritária pela coordenação do programa de proteção, formado, entre outros, por movimentos sociais, polícias Civil, Militar e Federal, OAB, Tribunal de Justiça e Pastoral da Terra.

Cartilha - "Todos os ameaçados, principalmente os que não têm a proteção direta, precisam seguir uma cartilha para não se expor. Por exemplo: há todo um procedimento para abrir a porta de casa, não caminhar sozinho na rua, não beber, não sair à noite", diz o defensor público Antonio Cardoso, coordenador-executivo do programa paraense de proteção a defensores dos direitos humanos ameaçados de morte, criado em 2005 pela Defensoria Pública estadual.

Segundo Cardoso, a falta de recursos e de policiais disponíveis impede que todos os ameaçados estejam sob proteção direta. O programa paraense conta hoje com auxílio do governo federal, como no repasse de verbas para a compra de equipamentos à Polícia Militar.

A "proteção dura", como é chamada, envolve a presença de dois policiais durante todo o dia ao lado do ameaçado -em casa, na rua, em reuniões e em todos os deslocamentos.

"A crítica não está na falta de proteção, e sim na falta de investigação sobre as ameaças. É preciso investigar e desarticular as quadrilhas do crime organizado do campo", diz José Batista, da coordenação nacional da CPT e advogado da entidade em Marabá (sudeste do Pará).

O país ainda engatinha nesse tema. Hoje, além do Pará, a União possui convênios com programas semelhantes de proteção a defensores em Pernambuco e no Espírito Santo. Neste mês, o Planalto deve enviar ao Congresso um projeto de lei que prevê a criação do programa nacional de proteção a defensores de direitos humanos ameaçados de morte. "Com a criação do programa, haverá uma relação direta entre União e Estados, como já existe no Provita [Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas]", diz Fernando Matos, coordenador-geral do programa nacional de proteção de defensores de direitos humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. "Hoje, mesmo sem a proteção, o fato de Ministério Público, entidades e governos terem o registro das ameaças e dos suspeitos já diminui o índice de vulnerabilidade", afirma.

Agricultores dizem que vitória de Bida na Justiça estimula 'grileiros' de Anapu – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2008

Lideranças ligadas a pequenos trabalhadores rurais de Anapu consideram que a absolvição de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, pode ameaçar a relativa calma que se instalou na cidade desde a morte de Dorothy Stang, em 2005.

"Foi um tapa na nossa cara. Vai fortalecer todos esses grandes grileiros da nossa cidade", afirmou Gabriel Domingos, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ele estava no cargo à época da morte.

Como "grileiros", Domingos se refere aos maiores fazendeiros da região. Segundo Domingos, eles começaram a grilar as terras na década de 1980, beneficiados por linhas de crédito da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Na década de 1990, com a chegada de migrantes do Nordeste, principalmente, a disputa por terras se acirrou.

Os fazendeiros alegam que têm a posse legal das áreas. "Eles podem querer se armar, juntar seus jagunços para tirar os outros [pequenos agricultores] de sua terra", disse o vereador Romero Batista Medeiros (PT). "[A decisão de absolver Bida] deixou a gente revoltado", completou Medeiros.

Para o padre José Amaro, que trabalhou 15 anos ao lado da missionária, "ainda há gente marcada para morrer". Ele mesmo, disse, seria um dos primeiros da lista. "Mas, desde que a irmã foi morta, ao menos uma coisa boa nos aconteceu, que foi aumentar a mobilização do pessoal. Hoje, todo mundo assume a luta", afirmou o padre Amaro sentado à mesa da cozinha da casa onde a missionária morava.

A casa tem como única segurança uma cerca baixa de madeira e três cachorros da raça fila. "Além de Deus", acrescentou ele.

Em relação à segurança pública, houve melhoras para tentar evitar a violência agrária. Foi inaugurada uma delegacia em Anapu, o que antes não existia. Também houve investimento na iluminação pública, ainda que blecautes sejam constantes. Afora isso, foi criada uma Procuradoria Regional da República, em Altamira, a 140 km de Anapu, onde há também um recém-inaugurado posto da Polícia Federal.

Outro fator que impediu maiores conflitos foi a presença, por quase um ano, da força-tarefa que se instalou após o assassinato, com agentes da PF, do Ibama e soldados do Exército.

Alguns moradores vêem essa força-tarefa como algo que travou a economia local, então no auge da exploração ilegal de madeira. Hoje os empregos voltaram a ser gerados pelas atividades pecuária e pelo comércio incipiente.

Decisão no Pará "escancara porta para crimes", diz bispo ameaçado – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2008

Um dos nove ameaçados sob proteção no Pará, Erwin Krautler afirma que soltura de acusado no caso Dorothy "causa pavor" nos que lutam pela mesma causa

Um dos nove ameaçados sob proteção no Pará, o bispo Erwin Krautler, 68, do Xingu, afirma que a absolvição de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, "escancara todas as portas para outros crimes" no Pará. "Quem já está pensando em eliminar alguém que contraria seus interesses agora não vê problema."

Desde março sem fazer sua caminhada diária de 45 minutos, nem mesmo com a escolta de três policiais, Krautler diz que a soltura do acusado de encomendar a morte de Dorothy Stang "causa pavor e temor nas outras pessoas que lutam pela mesma causa no Estado".

Presidente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), o bispo austríaco naturalizado brasileiro vive há 42 anos na Amazônia e foi quem recebeu Dorothy Stang, de quem diz que se tornou amigo. ★

FOLHA - Como encara a decisão do Tribunal de Júri?

ERWIN KRAUTLER - Fiquei estarecido. Foi uma decisão que queira ou não favorece a impunidade. O que eu simplesmente não consigo imaginar é que, diante dos fatos que constam dos autos do processo, alguém possa colocar esse homem em liberdade. Não sei o que aconteceu por trás, nos bastidores, mas a pressão em cima dos jurados deve ter sido forte.

FOLHA - É o fim do caso?

KRAUTLER - Não. Esse júri popular tem que ser revisto e o apelo tem que ser considerado, antes do julgamento do outro acusado de mando [Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão]. O homem [Bida] forneceu munição, arma, mas isso foi ignorado.

FOLHA - Para o sr., ainda há outros mandantes livres?

KRAUTLER - Sim. Eu sempre falo em consórcio. Há os que mandaram fazer e os que colaboravam para aquilo ser feito. Um ano antes da morte dela, soube de reuniões que foram feitas. Um grupo teceu toda uma trama para tirar a vida da irmã.

FOLHA - Houve omissão por parte do Estado?

KRAUTLER - Aquilo que nós esperávamos não aconteceu, pelo contrário. Há um homem acusado com indícios gravíssimos, provas que levam ao mando, mas ele está em liberdade. Isso prejudica toda uma área. Colocá-lo na rua causa pavor, temor para outras pessoas que lutam pela mesma causa.

FOLHA - O problema é com a Justiça estadual?

KRAUTLER - Desde o início defendi a federalização do caso. Essa terra que estava sendo disputada era da União. Não há por que não federalizar, até porque foi um crime contra os direitos humanos.

FOLHA - Qual o principal problema na região?

KRAUTLER - O Estado continua ausente. Há manifestações, mas ainda lamento em termos de saúde, transporte, segurança, conservação de estradas. Muito pouco ou quase nada se faz. Isso torna o povo refém de madeireiros, de gente responsável pela agressão à Amazônia.

FOLHA - O sr. continua ameaçado?

KRAUTLER - Sim. Desde 2006, não saio de casa sem escolta. No fim de fevereiro, um soldado da PM ouviu conversas de dois elementos em um bar, de uma "parada" que iriam realizar em Altamira. Essa "parada", a minha morte, tinha um preço avaliado em R\$ 1 milhão. Eu me sinto cerceado, mas não posso deixar de lutar em favor da Amazônia, dos povos indígenas, da dignidade humana.

Texto Anterior: [Janio de Freitas](#)

Cidade onde freira foi morta tem outras áreas em litígio – João Carlos Magalhães –
Folha de São Paulo – Brasil – 12/05/2008

O arrefecimento do conflito agrário em Anapu (PA) após a morte, em 2005, da missionária Dorothy Stang não pôs fim às disputas por terra na região. Há pelo menos três áreas na cidade que são objeto de contendas na Justiça entre pequenos agricultores e fazendeiros. Em dois desses casos, agricultores se dizem ameaçados.

A luta para ocupar o lote 55 da gleba Bacajá, na zona rural de Anapu, foi a origem do conflito que, segundo a acusação contra Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, levou à morte da religiosa. O fazendeiro, inocentado na semana passada pela Justiça paraense, diz que ela foi morta devido a um desentendimento pessoal com Rayfran das Neves, o Fogoió, condenado a 28 anos de prisão por ter atirado seis vezes na religiosa.

Nas áreas hoje sub judice, a situação é similar à verificada no lote 55 na época da morte de Dorothy: agricultores liderados por pessoas ligadas à igreja vivendo em uma região isolada que dizem ser grilada, e os supostos grileiros pressionando para que os agricultores, que chamam de invasores, saiam. Em todas as áreas, a disputa começou no início desta década.

O lote 86 é onde os agricultores mais reclamam de uma suposta ação contínua pela sua expulsão. Lá estão cerca de 30 famílias. A área já foi considerada do Incra e agricultores começaram a receber verbas federais para construir casas, comprar ferramentas e alimentos, o que deve acelerar a produção de culturas como cacau.

As acusações são mútuas. Segundo os agricultores, as ameaças começaram há quase quatro anos. Para a família Peixoto, dona de fazenda próxima e que também reivindica para si a posse do lote, os trabalhadores destruíram uma cerca e usam, sem autorização, uma estrada vicinal que ela construiu.

Os agricultores afirmam que, a mando dos Peixoto, aviões jogaram, em 2004, 2006 e 2007, sementes de capim sobre a terra que cultivavam.

A **Folha** esteve no lote 86. Lá encontrou o principal líder da comunidade, Juarez Aureliano Fernandes, 61. Ele afirmou que o gado dos fazendeiros destruiu suas plantações. Para ele, a absolvição de Bida piorou a situação. "Ela [família Peixoto] pode mandar [tirar trabalhadores à força]. Com essa soltura, ficou fácil." A reportagem esteve na porteira da fazenda da família Peixoto. Estava fechada e não havia ninguém.

Índios pró-arrozeiros querem bloquear acesso a alimentos – Hudson Correa - Folha de São Paulo – Brasil – 12/05/2008

Um grupo de índios contrários à demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol (RR) chegou ontem à Vila Surumu. Eles são favoráveis à permanência de arrozeiros na reserva e ameaçam entrar em confronto com indígenas que defendem a saída de fazendeiros. O macuxi Sílvio da Silva, 42, líder do grupo, disse que 180 índios chegaram a Surumu. A intenção, segundo ele, é bloquear o acesso ao acampamento, montado por indígenas favoráveis à demarcação contínua.

Esse acampamento, com 36 barracas de lona, foi montado em frente à cerca da fazenda de Paulo Cesar Quartiero, o líder dos produtores de arroz preso há seis dias sob acusação de mandar atirar em índios.

Com bloqueio acima e abaixo do acampamento, o grupo pretende impedir a chegada de alimentos e água ao local.

Centro do conflito entre índios e fazendeiros, Vila Surumu está dividida em duas trincheiras à espera da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a demarcação da terra.

Do lado esquerdo de quem chega à vila, estão os índios favoráveis à demarcação, que acamparam em frente à fazenda de Quartiero. À direita, os simpatizantes de Quartiero, que também é prefeito pelo DEM de Pacaraima (RR).

A trincheira esquerda reúne ao menos 200 índios, incluindo os do acampamento próximo.

Foi a 10 km da vila que, há uma semana, um grupo de cem índios ocupou parte da fazenda do prefeito, localizada na reserva. Funcionários de Quartiero são acusados de atirar contra os índios e ferir nove deles.

O STF deve decidir até o fim do mês se os arrozeiros vão ficar ou sair da área de 1,7 milhão de hectares, homologada como terra indígena contínua pelo presidente Lula em 2005.

Os contrários à demarcação são ligados à Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima). O macuxi Sílvio, presidente da entidade, nega ligação com Quartiero.

Ligado ao CIR (Conselho Indígena de Roraima), que luta pela saída dos fazendeiros, o líder macuxi Djacir da Silva, 38, disse não acreditar em uma grande mobilização dos rivais.

"Os índios [recrutados pela Sodiur] foram enganados por Quartiero em anos anteriores.

Vinham para comer churrasco e beber e acabavam envolvidos em manifestações contra a demarcação. Agora eles viram que foram enganados", diz Djacir.

Vila Surumu é distrito de Pacaraima, a 60 km de distância, e, na demarcação da Raposa, está na terra indígena.

Com Orçamento anual de R\$ 150 mil, a vila tem até um subprefeito, Cícero Francisco Araújo, 36, que é pastor da Igreja Assembléia de Deus. Araújo diz que a Funai propôs, no fim de abril, o pagamento de R\$ 25 mil de indenização para ele deixar a igreja e se retirar de Vila Surumu. Araújo não aceitou a proposta.

O ministro da Justiça, Tarso Genro, disse ontem à **Folha** que, "enquanto o STF não mudar o entendimento sobre a reserva, o governo continuará a considerar a área "terra indígena". Segundo ele, a PF continuará a atuar para resguardar o direito dos índios.

Colaborou **KENNEDY ALENCAR, da Sucursal de Brasília*

Ministro defende produção de arroz em reserva – Folha de São Paulo- Brasil – 12/05/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, saiu em defesa da produção de arroz na reserva Raposa/Serra do Sol (RR), cuja demarcação é objeto de disputa no Supremo Tribunal Federal. A reserva concentra 70% da produção de arroz do Estado e cresceu 40% na gestão Lula, dizem rizicultores.

"A produção está concentrada na região norte do Estado, coincidente com a recém-demarcada área indígena", observou Stephanes. Roraima produziu, na última safra, 152 mil toneladas de arroz. Isso corresponde a 1,3% da produção nacional, segundo o IBGE. Na região Norte, segundo ele, a participação de Roraima chega a 12%. Essa produção, destaca Stephanes, tem "grande relevância" no abastecimento de Amazonas, Pará e Acre.

Sem querer entrar diretamente em confronto com Lula, que defende a demarcação contínua da reserva, o ministro da Agricultura disse ver risco na retirada de arroteiros da área.

A oferta regional de arroz só não será comprometida, diz o ministro, se a área definida pelo Incra para o deslocamento dos produtores locais tiver "características agronômicas próprias à produção do cereal e adequada infra-estrutura". Relatório da Embrapa mostra quase 3.000 hectares de áreas livres e aptas para a agricultura no Estado. Aliados de Paulo César Quartiero -prefeito de Pacaraima e líder arroteiro preso na última terça- resistem a sair da reserva indígena.

Nelson Itikawa, vice-presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, aponta o território indígena como a principal fronteira agrícola do Estado. "Fora da reserva, não há áreas adequadas ao cultivo do arroz irrigado, e a nossa meta é aumentar a área plantada ali em 20% ao ano. E a gente tem conseguido mais ou menos isso nos últimos anos". Segundo os produtores, a área plantada no Estado passou de 15 mil hectares para 24 mil hectares apenas no governo Lula. A produção passou de 84 mil toneladas para 152 mil toneladas no período. O crescimento das plantações dentro da reserva ocorreu mesmo após a homologação de Raposa/Serra do Sol, disse Itikawa.

Segundo ele, nos últimos três anos as terras passaram a ser usadas também para o cultivo de soja. As plantações já alcançariam 3.000 hectares. E haveria ainda 30 mil cabeças de gado na área. Stephanes mostrou simpatia à proposta feita em 2004 por comissão externa da Câmara. Relatório assinado pelo então deputado petista e atual prefeito de Nova Iguaçu (RJ), Lindberg Farias, defendeu a exclusão de 12 mil hectares para as plantações de arroz. (MARTA SALOMON)

Índios barram caminhões com cargas para arrozeiros – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2008

"Posto de fiscalização" substitui bloqueio suspenso anteontem após acordo com a PF - Objetivo do grupo favorável à demarcação contínua da reserva em RR é impedir que cheguem alimentos, adubos, e ferramentas nas fazendas

Índios que lutam pela demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol (RR) montaram "um posto de fiscalização" na estrada conhecida como Transarrozeira para barrar caminhões e carretas que estejam levando carga para fazendas dos produtores de arroz. As propriedades estão situadas dentro da área indígena. O "posto de fiscalização" foi montado em substituição a um bloqueio na estrada. Anteontem a Polícia Federal negociou a suspensão do bloqueio montado no último dia 5, mas os índios mudaram de tática. O índio macuxi Nileno Galé, 54, um dos líderes do movimento, disse que a partir das 17h o tráfego na estrada é fechado até as 6h do dia seguinte.

Durante o dia, quando o tráfego está livre, os índios fiscalizam os caminhões e carretas para impedir que cheguem alimentos, adubos, ferramentas e materiais de construção nas fazendas dos arrozeiros. Instalado pela comunidade indígena Jauari, "o posto de fiscalização" tem cerca de 80 índios.

Ontem à tarde a **Folha** presenciou a ação deles. Foram montados quatro quebra-molas em terra batida. De uma margem a outra da estrada, em dois pontos, os índios estenderam arame farpado. Um grupo se concentra na estrada, quando avista os veículos. Ontem uma carreta que levava 16 manilhas, além de cinco sacos de cimento, foi barrada. O caminhoneiro, que se identificou apenas como Pedro, afirmou que levava a carga para uma estrada em obras na região. "Nem sei quem é o dono da carga", disse. É a segunda vez que os índios barram a carreta de Pedro. "A PF havia informado que eles

liberaram a estrada. Só quero ganhar meu frete. Já perdi uns R\$ 700", afirmou à **Folha**. A carreta sem carga que vinha logo atrás passou, mas o motorista, acompanhado de um operador de máquinas agrícolas, foi repreendido. Os índios querem que passem apenas carretas vazias, e só com um motorista, para, nesses veículos, os produtores "tirarem suas coisas da fazenda".

Um dos alvos do "posto de fiscalização" é a fazenda Providência, de Paulo César Quartiero, que, além de arroz, tem 1.300 hectares de soja.

Líder dos produtores, Quartiero foi preso no último dia 6 suspeito de mandar atirar em índios que lutam pela demarcação da Raposa/Serra do Sol na Vila Surumu. O "posto de fiscalização" está a 90 km de Surumu, centro do conflito.

Próximos à vila, os índios aumentaram ontem ainda mais o acampamento montado na semana passada em frente a outra propriedade de Quartiero, a fazenda Depósito. Ao menos 150 indígenas já estão alojados em barracos de lona. Eles abriram espaço para um campo de futebol e uma quadra de vôlei.

Tanto o acampamento como o posto fazem parte da mobilização dos índios em defesa da demarcação contínua da reserva, o que levaria à retirada dos produtores de arroz da área. Um grupo de índios contrários à demarcação de forma contínua, que chegou anteontem à Vila Surumu, não promoveu manifestações. Mas eles querem bloquear o acampamento dos índios.

Definição sobre reserva atrasará, afirma ministro – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2008

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Carlos Ayres Britto, relator do caso Raposa/Serra do Sol (RR), afirmou que ficou "inviável" julgar o mérito sobre a demarcação da área antes da metade de junho.

Duas novas ações entraram no Supremo na semana passada, uma da Funai e outra do Estado de Roraima. Ambos pedem para que sejam incluídos como partes interessadas no processo, tornando válidos seus argumentos para o julgamento.

Até então, Britto prometia apresentar seu relatório até o início desta semana. Também dizia esperar que a questão estivesse resolvida até o final de maio. Agora, porém, o processo deverá voltar ao Ministério Público, para que faça um novo parecer.

Britto avalia que o imprevisto deve atrasar o seu voto e, conseqüentemente, o julgamento, em pelo menos 15 dias, disse sua assessoria.

A ação que será debatida no plenário do STF foi movida pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho (PT-RR). Eles pedem a anulação do decreto de demarcação.

Prisão - O Ministério Público concedeu ontem parecer contrário ao relaxamento de prisão do líder arroteiro e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero (DEM), preso há uma semana acusado de liderar um ataque contra indígenas dentro da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

CNA discute emancipação de assentamentos – CNA - 13/05/2008

A forma como o Governo tem conduzido a emancipação de assentamentos da reforma agrária será discutida amanhã (14/5) durante a reunião da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A emancipação consiste na auto-suficiência econômica e social destes assentamentos a partir de incentivos oficiais. No entanto, o presidente da Comissão, Leôncio Brito, critica a falta de transparência por parte do Executivo quanto à aplicação dos recursos destinados a esta finalidade. “A sociedade não sabe, por exemplo, o custo-benefício, nem a produtividade dos assentamentos. O Governo não está aplicando bem os recursos e precisamos abrir esta caixa preta”, disse Brito. Segundo ele, estes assentamentos totalizam hoje oito mil, distribuídos em 77 milhões de hectares, contemplando cerca de 1,1 milhão de famílias.

Outro ponto questionado pelo representante da CNA é o ritmo desta emancipação. Na sua avaliação, “não se sabe quantos assentamentos serão emancipados e consolidados” e se o atual modelo está trazendo benefícios ou se o Governo está deixando os assentados dependentes de um mecanismo de ajuda social para que se mobilizem, com o aval dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, a participar de invasões de propriedades. “Somos favoráveis que essas famílias tenham oportunidades, que possam entrar no mercado com a agricultura e a pecuária para que se tornem produtores rurais, independentemente do seu tamanho”, enfatizou. A reunião acontece das 9h às 17h, na sede da entidade, em Brasília.

FAMATO impetra mandado de segurança contra IBAMA - CNA - 13/05/2008

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO) impetrou Mandado de Segurança Coletivo, com pedido urgente de liminar, contra a presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), solicitando a retirada da lista denominada “Relatório de Áreas Embargadas”, disponibilizada no site do Instituto, referente ao estado de Mato Grosso. O mandado foi protocolado nesta segunda-feira (12/5), na Seção Judiciária do Distrito Federal.

A listagem, publicada no mês de abril com 1.198 áreas rurais embargadas no Mato Grosso, contém, ainda, o nome dos respectivos proprietários, o CPF/CNPJ de cada um e o município de localização. Poucos dias após, a lista foi substituída por uma outra, com 411

áreas e com as mesmas informações sobre cada uma delas. Esta segunda lista acabou por ser substituída por uma terceira contendo 1.259 áreas embargadas e que, conforme informação prestada pelo órgão, será constantemente atualizada com a exclusão dos que forem regularizados e inclusão dos novos nomes.

Listas semelhantes também foram divulgadas em outras Unidades das Federações, pelas superintendências regionais do Ibama, causando grande impacto e repercussão nacional, não só pela exposição das pessoas listadas, mas também pela repercussão negativa na atividade econômica de cada uma delas.

Esta atitude do Ibama, segundo a FAMATO, é inconstitucional e afeta diretamente os proprietários rurais incluídos na lista em questão, comprometendo todo o empresariado rural do estado. A Assessoria Jurídica da Federação argumenta que a lista se refere a propriedades embargadas e não a propriedades que tenham descumprido o embargo. “Sendo o descumprimento do embargo infração autônoma, diferente da infração correspondente ao desmatamento ou queimada, é imprescindível que, para sua caracterização seja respeitado o princípio constitucional do amplo direito de defesa do contraditório. Neste caso, ao divulgar a lista de propriedades, sem comunicar o proprietário, o Ibama violou o direito dos produtores relacionados”, explica Luiz Alfeu, Assessor Jurídico da FAMATO.

A expectativa da Federação é de que a Justiça Federal se manifeste sobre a questão nos próximos dias. “O juiz poderá dar o seu parecer de imediato, ou então notificar o presidente do Ibama para prestar informações. Neste caso, o Instituto teria um prazo de dez dias para se manifestar”, disse Luiz Alfeu.

Mais informações:

Assessoria da FAMATO

Jornalistas: Elisete Mengatti e Flávia Porfirio

(65) 3928-4453/ 4426

www.famato.org.br

comunicacao@famato.org.br

"Anapu não é cidade que só tem bandido", diz prefeito – João Carlos Magalhães –
Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2008

Luiz dos Reis não crê em aumento da violência por conta da absolvição de Bida - Fazendeiros e madeireiros da região evitam comentar o assunto; "Na minha vida, isso não muda nada", se esquia produtor rural

Depois do assassinato da missionária Dorothy Stang, em 2005, Anapu (oeste do Pará) passou a ser vista, injustamente, como uma cidade onde "só tem bandido". A opinião é de Luiz dos Reis (PR), prefeito do município e proprietário rural. "Veio Polícia Federal, Ibama, até os [policiais] norte-americanos estiveram aqui. Como se só tivesse gente ruim em Anapu, e isso não é verdade", afirmou ontem o prefeito. Reis foi abordado pela reportagem quando comparecia a um encontro da população idosa da cidade. Puxou então um homem para próximo de si e disse: "Olhe para ele, olhe para ele. Diz que ele é um bandido, que é um criminoso".

Para Reis, a cidade é "tranqüila" e tem sofrido, desde a morte de Dorothy, com um preconceito que breca a vinda de migrantes e de investimentos e impede um crescimento econômico mais acelerado.

O prefeito afirmou que não acredita no aumento da violência na cidade devido a uma possível sensação de impunidade motivada pela absolvição de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, na semana passada.

O fazendeiro Bida era acusado de ser o mandante do assassinato de irmã Dorothy e havia sido condenado a 30 anos de prisão, mas essa decisão acabou anulada em novo julgamento do Tribunal do Júri.

Na última sexta-feira, a **Folha** ouviu integrantes do assentamento PDS (Plano de Desenvolvimento Sustentável) Esperança, criado por Dorothy em Anapu e considerado a motivação do assassinato da religiosa, e todos disseram estar com medo de um aumento da tensão agrária na cidade.

A reportagem já havia procurado Reis na prefeitura e em sua casa para comentar a absolvição de Bida, mas não o encontrou. Ontem, ele se negou a comentar a decisão. "Desculpe, mas é que eu não conheço nada, não me inteirei do processo". Reis negou que seu silêncio seja por ter recebido ajuda financeira do fazendeiro durante sua campanha de 2004 ou por conhecê-lo bem, como moradores disseram à **Folha**. "Falar, todo mundo fala. Mas e provar? Daí ninguém prova". Ele deve tentar a reeleição nesse ano, "sem ajuda dos fazendeiros".

Receio - A reportagem não conseguiu ouvir os maiores fazendeiros e madeireiros de Anapu a respeito da absolvição de Bida. Luiz Ungaratti, que tem uma área de 3.000 hectares em disputa na Justiça, se esquivou. "Só fiquei sabendo pela imprensa. É difícil, não sei dizer se foi certo ou errado. Quem sou para julgar? Na minha vida, isso não muda nada", disse. A **Folha** visitou três fazendas e três madeireiras, mas não encontrou seus donos. Só Ungaratti retornou aos recados.

O presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, Jurandir de Souza, também não quis falar. "O assunto está saturado, do nosso ponto de vista. A cidade foi massacrada depois da [morte de] Dorothy", afirmou. "Os caras [fazendeiros] não querem falar, a verdade é essa."

Sem escritura, líder arroteiro se ampara em ofício da Funai – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2008

Sem ter escrituras de suas duas fazendas dentro da Raposa/Serra do Sol (RR), que somam 9.000 hectares, o produtor Paulo Cesar Quartiero usa um ofício de março de 1977 da Funai para questionar a demarcação da terra indígena. O ofício da direção da Funai em Brasília responde a uma carta de líderes indígenas macuxis que, reunidos no posto indígena Raposa, pediram a criação de uma área indígena. A direção da Funai diz que "as terras indígenas já devidamente demarcadas, da imensa fazenda São Marcos, estão praticamente vazias". E acrescenta: "Nosso parecer é que conviria melhor construir roças e dar razões para atração nas terras de São Marcos [terra vizinha à atual Raposa/Serra do Sol] para que os índios voluntariamente viessem, aos poucos, para dentro de seus limites".

Luiz Valdemar Albrecht, advogado de Quartiero, diz que o documento mostra que a demarcação da Raposa/Serra do Sol é uma fraude pois já em 1977 havia a informação de que a área não era habitada por indígenas. Quartiero chegou à região, segundo Albrecht, no começo da década de 70 e comprou as terras de pessoas que estavam na posse da área. Dono de uma área de 6.000 hectares na Raposa/Serra do Sol, sem escrituras, o rizicultor Ivalcir Centenaro, 53, não quer falar na hipótese de receber indenização para deixar a área. Centenaro afirmou que começou a comprar terras na região na década de 90.

Índios desbloqueiam estradas dentro da Raposa – Evandro Éboli – O Globo – O País – 13/05/2008

BOA VISTA (RR). A Polícia Federal convenceu os índios macuxi a desbloquear dois trechos da estrada que liga as fazendas dos arroteiros, dentro da reserva Raposa Serra do Sol, à capital do estado, Boa Vista, onde estão as indústrias de beneficiamento e comercialização de arroz. Desde a semana passada, após os disparos feitos por funcionários do fazendeiro Paulo César Quartiero contra um grupo de dez indígenas, a circulação dos caminhões dos produtores na RR319, estrada de terra conhecida em Roraima como Transarrozeira, está proibida.

O acordo com os indígenas, que defendem a demarcação contínua das terras da reserva, foi selado na noite de domingo, e ontem as estradas já estavam desbloqueadas. O superintendente da PF, José Maria Fonseca, argumentou com os índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) que o bloqueio só os prejudicava.

— Dessa maneira, eles repetiram uma tática equivocada do Quartiero, que fechou pontes e destruiu estradas, num protesto que só prejudica o processo — disse Fonseca.

Os índios tinham construído quebra-molas de areia e erguido obstáculos de madeira para impedir o trânsito dos caminhões. Os trechos fechados são usados por carretas de arroz de Quartiero e de vários outros produtores. O fazendeiro Ivo Barilli chegou a ingressar com ação na Justiça Federal para obrigar a desobstrução da estrada. — Nosso estado virou terra de ninguém. A PF, que deveria nos proteger, permite que essas coisas aconteçam. Por que os agentes não impediram o bloqueio das estradas? A resposta é simples: porque eles têm lado nessa história — disse Barilli. Responsável pela condução dos negócios da família

Quartiero, Ericina Quartiero, mulher do fazendeiro, afirmou que estava com dificuldades de levar sementes para serem plantadas nas duas fazendas no interior da reserva. Desde o final de semana, os índios não permitiam que insumos agrícolas e máquinas fossem levadas para as propriedades.

— Cada um luta com suas armas. Quartiero quase parou o estado, atacou um posto da Polícia Federal com bomba, destruiu pontes, atirou nos nossos irmãos e ninguém fez nada. Perto do que ele fez, nosso protesto foi pacífico — disse Júlio Macuxi, um dos líderes do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

CNA: soberania nacional deve ser garantida – CNA - 14/05/2008

Os índios e os rizicultores que vivem na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, podem ficar acomodados na região, desde que a faixa de fronteira e a soberania nacional sejam garantidas. A avaliação é do presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Leôncio Brito. “A área tem 1,7 milhão de hectares. Os produtores ocupam 28 mil hectares. Se os arroteiros ocupassem 10% da área, ainda sobraria muita terra para os índios”, afirma Brito. Segundo ele, a principal preocupação é que conflitos como este se estendam a outras regiões do País. “Seria um ato corriqueiro e seria claro o interesse de engessar o agronegócio do País”, complementa. Ainda de acordo com ele, os agricultores não querem tirar o direito dos índios, mas fazer parceria. “O produtor que foi para a região e deixou um passado para trás gera empregos, respeitando e trabalhando junto com os índios. Em todo o processo de expansão agropecuária, quem chegou primeiro, como pioneiro, foi o produtor”.

Comissões investigam ação de milícias no Paraná – Sítio Eletrônico da CPT – 14/05/2008

As Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Câmara dos Deputados iniciaram, no dia 14 de maio, uma diligência nos municípios paranaenses de Cascavel e Ortigueiras. O objetivo é apurar denúncias sobre a ação no Estado de milícias armadas ilegais contra trabalhadores rurais. As acusações foram coletadas em audiências públicas realizadas nas duas comissões. As milícias armadas paranaenses recentemente foram responsáveis pela morte de Valmir Mota de Oliveira, assassinado no ano passado durante manifestação no acampamento do campo de experimento da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR), e Eli Dallemore, assassinado por dois homens encapuzados em frente a sua esposa e três filhos no assentamento Liberdade Camponesa, município de Ortigueiras (PR), em março deste ano. Os deputados devem visitar o acampamento Terra Livre, no município de Cascavel e se reunir com a direção da Syngenta e autoridades locais, na Câmara de Vereadores do Município. Em Ortigueiras, eles devem se reunir com a sociedade civil e autoridades no auditório da Secretaria de Educação da cidade. Segundo dados da CPT, em 2007, 1.188 famílias sofreram algum tipo de violência – física ou moral – por parte de grupos armados à serviço de latifundiários ou grandes empresas. Um aumento de 35% se comparado com o ano de 2006.

Garimpeiros invadem área da Vale no Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008

Cerca de 200 integrantes do MTM (Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração) invadiram, na tarde de ontem, a estrada de ferro Carajás, da Vale, em Parauapebas (PA). Dois funcionários da empresa foram feitos reféns. Neste ano, esta foi a terceira ação no local.

A invasão de ontem, segundo a polícia, durou 20 minutos. Não houve paralisação do trem da mineradora, nem danos à propriedade. A Vale disse que os invasores reclamam por não serem atendidos pelos governos. Ninguém do MTM foi encontrado para comentar o assunto.

Garimpeiros voltam a interditar ferrovia da Vale – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 14/05/2008

BELÉM. Cerca de 400 garimpeiros ligados ao Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM) voltaram a interditar, ontem à tarde, a Estrada de Ferro Carajás, em Parauapebas, sudeste do Pará. A paralisação da ferrovia, por onde a mineradora Vale escoava minério de ferro, causa um prejuízo de US\$ 20 milhões por dia à empresa. O mesmo grupo deu apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na última paralisação da via férrea, no dia 17 de abril. Para burlar ordem judicial que impede atos dos semterra contra a Vale, os manifestantes vestiram na ocasião camisas amarelas, cor do MTM.

Ontem, de acordo com a Polícia Militar do Pará, os manifestantes atearam fogo em pneus e jogaram entulhos nos trilhos da ferrovia. Segundo o garimpeiro Eurival Martins, conhecido como Totô, os trabalhadores estão insatisfeitos com as negociações junto ao governo federal. Martins diz que o governo não cumpriu a agenda de reuniões marcada em 17 de abril, quando os garimpeiros interditaram a ferrovia pela última vez.

— Tivemos uma reunião ontem (anteontem) e nenhum representante do governo federal compareceu. Não queremos ficar aqui sem negociação nenhuma — disse Eurival.

Os garimpeiros pedem que a Caixa Econômica Federal efetue o pagamento de compensações referentes às perdas que milhares de garimpeiros tiveram com a venda do ouro do garimpo de Serra Pelada, na década de 80 do século passado.

Vale: “Solução depende das autoridades” Até as 19h de ontem, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), não havia se pronunciado sobre a interdição da ferrovia.

Em Parauapebas, cerca de 25 policiais militares estão de prontidão à espera de ordens do secretário de Segurança Pública do Pará, delegado Geraldo Araújo, ao comando geral da Polícia Militar em Belém.

Em nota oficial, a Vale afirma que está “involuntariamente envolvida, há mais de um ano, numa disputa que não lhe diz respeito, leva medo a seus empregados e à população local e interfere nas suas atividades”.

E completa: “A resolução dessa situação depende unicamente do empenho das autoridades”. A mineradora acusou os invasores de fazer dois de seus funcionários reféns, após interceptar um carro da empresa.

“Os dois foram obrigados a deixar o veículo e levados para o acampamento montado pelo MST a cerca de 70 metros da ferrovia desde o início de abril”.

Esta foi a 11ª ocupação de instalações da mineradora desde março do ano passado, e a segunda desde que a 41ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio proibiu o MST e seu coordenador nacional, João Pedro Stédile, de “incitar e promover a prática de atos violentos” contra a Vale ou interromper as atividades da mineradora no país, sob pena de multa de R\$ 5 mil.

Ferrovia é liberada para carga e Vale classifica protesto como sabotagem - Ronaldo Brasiliense e Flávio Tabak – O Globo – O País – 15/05/2008

BELÉM e RIO. A Estrada de Ferro Carajás, em Parauapebas, sudeste do Pará, foi desocupada ontem pela manhã por garimpeiros ligados ao Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM). Eles interditaram a ferrovia — utilizada pela mineradora Vale para escoar sua produção de minério de ferro — anteontem à tarde.

De acordo com a empresa, os garimpeiros saíram voluntariamente, e a estrada foi aberta ao trânsito de composições de carga por volta das 19h de ontem. Não há previsão para a volta do transporte de passageiros.

A partida das 8h de hoje de São Luís com destino a Parauapebas foi cancelada.

Mineradora diz que MST participou; movimento nega Segundo a Vale, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também participaram da ocupação da ferrovia. O diretor da Relações Institucionais e Sustentabilidade da companhia, Walter Cover, disse ontem, em entrevista coletiva, que a interdição — 11ª desde março do ano passado — representou um ato de sabotagem contra a empresa.

— Foi uma atitude claríssima de sabotagem, com potencial de desastre muito importante. Trata-se de uma subida de degrau muito significativa desses movimentos — alertou Cover, em referência aos danos provocados na ferrovia pelos manifestantes.

De acordo com a mineradora, os invasores retiraram 1.200 grampos que fixam trilhos ao solo num trecho de mais de 200 metros. Os manifestantes também cortaram cabos de fibra ótica que passam pela ferrovia, interrompendo a comunicação de telefonia celular em Carajás.

Entre outras ações, os protestantes atearam fogo em pneus sobre a estrada, afetando mais de 300 dormentes, além da suspensão dos trilhos, para prejudicar a sustentação da linha.

O diretor também levantou suspeita sobre um terreno particular na margem da estrada que estaria sendo usado por manifestantes como abrigo. Segundo Cover, a propriedade seria de um secretário do município de Parauapebas simpatizante do MST. Em tom de preocupação, Cover cobrou mais agilidade do governo do Pará no envio de forças policiais para a região.

Segundo ele, falta rapidez.

O MST divulgou nota na qual afirma apoiar a ação, mas nega ter participado. O movimento está proibido pela Justiça de promover atos contra a mineradora.

Cerca de 300 mil toneladas de minério estão deixando de ser transportadas, com prejuízo diário de aproximadamente US\$ 22 milhões.

Incra libera R\$ 1 mi para assentamentos em MS – Sítio Eletrônico do MDA – 15/05/2008

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Mato Grosso do Sul liberou, esta semana, mais de R\$ 1 milhão para obras que vão beneficiar 783 famílias dos projetos de assentamento (PAs) Taquaral e Tamarineiro II Sul/Paiolzinho, em Corumbá (MS). Os recursos são parte do Programa de Consolidação de Assentamentos (PCA), que tem como objetivo acelerar o processo de consolidação dos assentamentos.

O Programa é contempla projetos de infra-estrutura e socioeconômicos, assessoria técnica e treinamento. Dos recursos liberados para os PAs Taquaral e Tamarineiro II Sul/Paiolzinho serão destinados R\$ 941.235,91 para a construção de 783 cisternas, com capacidade individual de armazenamento de 20 mil litros de água da chuva, e R\$ 59.699,00, para serviços de assistência técnica.

Também está prevista a coleta de informações sócio-ambientais para a elaboração de projetos de recuperação de solos, melhorias habitacionais e sanitárias. Todos os projetos são desenvolvidos por meio de convênios do Incra com prefeituras e associações de agricultores assentados.

Além de Taquaral e Tamarineiro II Sul/Paiolzinho, serão beneficiados pelo programa no Mato Grosso do Sul os PAs Aldeia (Bataguassu), Palmeira (Nioaque), São Judas e Taquara (Rio Brilhante) e Santa Guilhermina (Maracaju e Nioaque). No Brasil, o PCA atenderá cerca de 12 mil famílias de 75 PAs do Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Vale vê sabotagem em nova ação do MST contra ferrovia no Pará - Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 15/05/2008

A mineradora Vale do Rio Doce considera que a invasão ocorrida ontem na Estrada de Ferro Carajás (EFC), no Pará, trouxe elementos de sabotagem para as operações da companhia. Segundo o diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade da companhia, Walter Cover, os atos praticados contra as instalações da empresa desta vez tem "alto potencial de provocar tragédias, com o risco de mortes".

Segundo o diretor, na invasão liderada, segundo a companhia, por pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foram retirados 1.200 grampos da linha férrea, o que afetou a fixação e estabilidade de 300 metros de trilhos, o que aumenta o risco de descarrilamento. Além disso, foram queimados 14 dormentes, houve o corte de 2 mil metros de cabo ótico e foram destruídas três caixas de detectores de descarrilamento, no que o diretor classificou como uma ação que prova a existência de uma "liderança dinâmica" nas invasões.

Em nota distribuída ontem a tarde, o MST informou que "a obstrução dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás, em Parauapebas (PA) foi realizada pelo Movimento dos

Trabalhadores na Mineração (MTM), para reivindicar a retirada da mineradora de parte de uma área de Serra Pelada, a criação do Estatuto dos Garimpeiros e aposentadoria especial para a categoria." Mesmo negando a autoria da ação, o MST reafirmou que "apóia manifestações que denunciam a responsabilidade da Vale por suas ações". Cover lembrou que cada dia sem minério representa 300 mil toneladas a menos chegando no porto de São Luís, com prejuízo de US\$ 22 milhões por dia para a balança comercial brasileira.

Produtividade rural – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/05/2008

A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou o projeto de lei 78/07, que estabelece alternativas à proposta do governo de reajustes dos índices de produtividade mínima das propriedades rurais.

Líder arroteiro acusa governo e ministro de fazerem "terrorismo" – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 16/05/2008

Paulo César Quartiero (DEM) diz que Tarso Genro foi o responsável por conflito em Roraima; ele afirma também que o índio, "como ser humano, não quer evoluir"

Personagem principal da polêmica envolvendo a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, o líder arroteiro e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero (DEM), 55, acusou o governo federal e o ministro Tarso Genro (Justiça) de fazerem terrorismo na terra indígena. Segundo ele, o confronto entre índios e funcionários de sua fazenda, na semana passada, foi "orquestrado". O Ministério da Justiça não quis se manifestar sobre as declarações. Ontem, um dia depois de ser solto pela Justiça, Quartiero visitou deputados no Congresso.

FOLHA - O sr. disse que o confronto na reserva se agravaria se a política do governo fosse mantida. Isso acontecerá mesmo se o STF confirmar a demarcação contínua?

PAULO CÉSAR QUARTIERO - Com certeza, a questão é emblemática. Só 7% de Roraima pode ser utilizada por qualquer atividade econômica. É condenar a população ao aniquilamento.

FOLHA - E a convivência com os índios?

QUARTIERO - Nós defendemos os índios! Quem condena é essa política. Há áreas demarcadas há 20, 30 anos, nenhuma produtiva. Alguns índios sobrevivem com cesta básica. Por que temos que condená-los a viver como antigamente?

FOLHA - E a tradição dos índios?

QUARTIERO - Se você disser que a tradição indígena é viver fodido, então concordo. Se você me disser que o índio, como ser humano, não quer evoluir, então concordo. Está faltando oportunidade. Meu vice-prefeito é índio, há índios advogados.

FOLHA - O vice-prefeito é contrário aos arrozeiros.

QUARTIERO - Ele se vendeu. Era do nosso grupo. Mudou de lado.

FOLHA - Por quê?

QUARTIERO - Ofereceram mais. Infelizmente índios são como políticos, procuram o interesse próprio. Vai lá perguntar se eles querem viver carregando coisas nas costas. Não querem! Querem celular, futuro para os filhos, dentista. Se você quer o contrário, vamos trancá-los em um zoológico e condená-los a viver como na idade da pedra.

FOLHA - E o ataque dos funcionários de sua fazenda aos índios?

QUARTIERO - Foi orquestrado. Aqueles índios foram levados pela Funai, em veículos da missão católica, que tem interesse em retirar os evangélicos da região. Tudo com o apoio da PF. Eles sabiam que se entrassem haveria confronto. Esses feridos foram a pior coisa para nós. Eles buscam um mártir, como Dorothy Stang e Chico Mendes. Empurraram os índios como bucha de canhão para que se transformem em mártires.

FOLHA - O sr. deu ordem para atirar caso alguém entrasse na fazenda?

QUARTIERO - Ninguém tem ordem para isso. Não queremos ferir os índios, que são vítimas. Os verdadeiros culpados estão em gabinetes. O ministro da Justiça esteve lá no dia seguinte. Por que não foi antes, para tentar evitar o conflito? Ele é o responsável. O ministro vê a fogueira e joga gasolina!

FOLHA - Tarso Genro disse que o ataque de arrozeiros aos índios foi um "ato terrorista".

QUARTIERO - Terrorismo, só que de Estado. Ele mandou 500 policiais federais e da Força Nacional para tirar as pessoas na ponta do fuzil. Quem está fazendo terrorismo é o governo, através do ministro da Justiça.

FOLHA - O que o sr. achou da saída de Marina Silva?

QUARTIERO - Ela criou um retrocesso. Já vai tarde.

Superando várias dificuldades, no final de março o governo federal iniciou as ações administrativas em apoio aos povos macuxi, wapichana, taurepang, ingarikó e patamona, que tradicionalmente ocupam a Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), no Nordeste de Roraima.

Buscava-se criar condições adequadas para garantir aos povos indígenas o direito constitucional à posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes no solo, nos rios e nos lagos na área demarcada no ano de 1998 e homologada em 2005.

Deve-se lembrar que, por expressa disposição constitucional, as terras indígenas são bens da União, destinadas exclusivamente aos índios que as ocupam tradicionalmente. No entanto, fatores econômicos e políticos podem ter suscitado preocupações aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que, no exercício legal de seu poder judicial de cautela, resolveram suspender as ações administrativas adotadas pela União que implicavam a retirada de nãoindios.

Com efeito, as questões que atualmente permeiam os debates na imprensa e no Poder Judiciário são situadas nos seguintes aspectos: o interesse econômico particular sobre a terra indígena; o interesse político-administrativo do estado de Roraima, com um tipo de desenvolvimento econômico de uma região do estado; e preocupações com a segurança da Região Norte do país, em razão da localização da terra indígena na faixa de fronteira.

O primeiro desses aspectos é destacado por fazendeiros, que desenvolvem suas atividades em extensos trechos de terra indígena.

São ocupações não legais, porquanto desrespeitam o artigo 231 da Constituição Federal, que assegura aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes nas terras que tradicionalmente ocupam, considerando nulos os efeitos de quaisquer atos que visem à posse, à ocupação ou ao domínio dessas terras.

O segundo aspecto, que está relacionado às preocupações de autoridades do governo de Roraima e de parlamentares com o desenvolvimento do estado, tende a ser solucionado com a adoção de medidas sustentáveis de estímulo ao desenvolvimento da região, respeitando e sabendo lidar com a riqueza das terras indígenas demarcadas.

Por fim, quanto às legítimas preocupações em relação à defesa da integridade da fronteira pelas Forças Armadas, é necessário reiterar que as terras indígenas são bens da União.

Os indígenas são cidadãos e cidadãs brasileiros e devem ser respeitados e apoiados pelos órgãos estatais e pela sociedade brasileira.

Área onde 12 morreram volta a ser invadida – **Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2008**

O movimento rural LCP (Liga dos Camponeses Pobres) de Rondônia invadiu em Corumbiara (757 km de Porto Velho) a fazenda Água Viva, antiga Santa Elina, onde, em 1995, morreram em confronto dez sem-terra e dois policiais. A secretaria de Segurança de Rondônia informou que ainda não há determinação de reintegração de posse. A LCP diz que os invasores são familiares de mortos em 95, que querem a desapropriação das terras para a reforma agrária.

Carreata marca chegada a Boa Vista de líder dos arroteiros – **Hudson Corrêa - Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2008**

O líder dos produtores de arroz da terra indígena Raposa/ Serra do Sol, Paulo Cesar Quartiero, mobilizou ontem uma carreata, com fila de ao menos um quilômetro de carros, motos, tratores e caminhões, pelas ruas de Boa Vista (RR).

Quartiero foi preso no dia 6 e levado às celas da PF em Brasília sob acusação de mandar atirar em índios que ocuparam sua fazenda situada na terra indígena. Solto na quarta, chegou ontem a Boa Vista. No aeroporto, foi recebido por um grupo de 200 pessoas, entre funcionários de fazendas, produtores de arroz, amigos e religiosos. Coube à pequena índia macuxi Elaine Pereira Carneiro, 5, que, segundo a mãe, Isabela Pereira, 22, mora na reserva, enfrentar o tumulto de pessoas que queriam abraçar Quartiero.

A menina foi para o colo do produtor e, assustada, chorou. Ela é neta do líder macuxi Avelino Pereira, que defende que arroteiros fiquem na reserva. Integrante da Sodiur (Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima), Pereira disse que 15 índios foram receber Quartiero.

A carreata durou cerca de duas horas. Quartiero seguiu na carroceria de uma caminhonete, bandeira do Brasil em mãos, ao lado do deputado Márcio Junqueira (DEM-RR). Atrás, um caminhão de som tocava o hino nacional. A carreata terminou com discurso diante da Assembléia. "Pintam que sou inimigo dos índios. Mas há líderes [indígenas] que trabalham junto com a gente", disse.

Ligada aos evangélicos, a Sodiur se opõe ao CIR (Conselho Indígena de Roraima), mais próximo da Igreja Católica, que defende a saída dos arroteiros. Os índios feridos na fazenda de Quartiero são ligados ao CIR.

A DESTRUIÇÃO da Amazônia e, eventualmente, a perda de soberania sobre parte da região serão os acontecimentos menos perdoados pelos nossos descendentes. A primeira, um processo em curso, e a segunda, uma possibilidade futura, reforçam-se. Desenvolvimento sustentável e consolidação da soberania são indissociáveis. Há cerca de cem anos, pela obstinação e pelo talento de Rio Branco, concluímos a delimitação de fronteiras e obtivemos direitos sobre o conjunto da Amazônia brasileira atual.

Mas nunca desenvolvemos, em escala significativa, um modo de ocupação adaptado às condições e às potencialidades da floresta tropical úmida que predomina ali. Enormes extensões permaneceram frouxamente ligadas ao resto do país. Nas últimas décadas, elas vêm sendo cercadas e espremidas por atividades que falam em nome do desenvolvimento, mas são, tão-somente, desdobramentos de técnicas do período neolítico: extrair madeira e criar gado. O uso indiscriminado do fogo torna tudo mais rápido.

Isso é a morte da Amazônia, tal como a conhecemos. Florestas, chuvas, solos e seres vivos formam um sistema integrado. A cobertura vegetal comanda a reciclagem da água, para a atmosfera e os rios, e alimenta de nutrientes os solos pobres. Retirá-la para plantar pastagens ou monoculturas é condenar essas áreas à degradação e à pobreza, que geram mais degradação e pobreza conforme o processo avança, em inexorável fuga para a frente. O deslocamento descontrolado das fronteiras de expansão é a marcha da insensatez.

A riqueza biológica da Amazônia, associada a outras riquezas, todas ainda mal conhecidas, pode ser o nosso passaporte para o século 21. O Brasil demonstrou grande capacidade de aprender as técnicas da Segunda Revolução Industrial, mas não se habilitou, com a mesma eficácia, a criar novas técnicas. Isso perpetua nossa posição periférica no mundo, pois as sociedades que comandam os processos de inovação ocupam o centro do sistema internacional. As biotecnologias, como se sabe, são uma importante fronteira atual. A floresta em pé nos oferece os estoques genéticos necessários para desenvolvê-las.

Preferimos, porém, reduzi-los a cinzas, antes mesmo de conhecê-los, para abrir espaços a bois. No outro extremo, há os que recusam qualquer atividade econômica. Paradoxalmente, as duas posições -a intocabilidade da floresta ou a sua devastação- preparam o mesmo resultado: a perda de soberania. Equivocam-se os que descartam essa hipótese. A história do Oriente Médio, no século 20, mostra como é explosiva a combinação de recursos estratégicos e sociedades fracas. A mesma combinação está se formando na Amazônia, no século 21. Em vez de petróleo, estão em jogo biodiversidade, água doce, minerais preciosos, potencial energético.

O Estado nacional é o único agente capaz de articular um projeto regional abrangente, em suas múltiplas dimensões. As populações locais precisam ser integradas nele, com ampla participação, pois delas dependerá o futuro que construiremos. A Amazônia não será preservada apenas com medidas repressivas.

Se a ação do Estado for basicamente negativa, reafirmando o que não pode ser feito, sem que saibamos propor aquilo que deve ser feito, as boas intenções serão derrotadas. De uma forma ou de outra, as pessoas precisam sobreviver.

Num governo cheio de ambigüidades, para dizer o menos, a ex-ministra Marina Silva foi até o limite. Deixou um legado de sinceridade.

Torço para que ele não seja substituído por propostas improvisadas, tão a gosto de Mangabeira Unger, nem por operações pirotécnicas, concebidas para alimentar o noticiário do dia, marcas registradas da trajetória de Carlos Minc. Recolham-se, por favor, vaidades e oportunismos. É com o futuro do Brasil que estamos lidando.

CESAR BENJAMIN, 53, editor da Editora Contraponto e doutor honoris causa da Universidade Bicentenária de Aragua (Venezuela), é autor de "Bom Combate" (Contraponto, 2006). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

Perícia mostra que sabotagem na estrada de ferro de Carajás foi grave – Ronaldo Brasiliense - O Globo – O País – 17/05/2008

BELÉM. Perícia feita por especialistas da Polícia Federal no trecho da ferrovia de Carajás bloqueado por militantes do Movimento dos Sem Terra (MST) e pelo Movimento dos Trabalhadores em Mineração (MTM) comprovou que a sabotagem feita nos trilhos na terça-feira poderia ter causado um acidente de graves proporções.

A PF decidiu instaurar inquérito para apurar os possíveis crimes ocorridos durante o protesto. Os manifestantes retiraram 1.200 grampos que fixam os trilhos, cortaram cabos de fibra ótica, atearam fogo em pneus sobre os trilhos, danificaram 300 dormentes e comprometeram a sustentação da linha ao usar um macaco hidráulico para levantar os trilhos, o que foi constatado na perícia. Os danos causados à ferrovia poderiam inclusive provocar o descarrilamento do trem da mineradora Vale, que transporta diariamente 1.300 passageiros de São Luís, no Maranhão, até Parauapebas, no Pará.

A Polícia Federal e policiais do setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Pará trabalham agora na identificação dos manifestantes responsáveis pelos atos classificados como sabotagem pela direção da Vale.

Desde a quarta-feira à noite, quando a ferrovia de Carajás foi finalmente desbloqueada, a PF e a PM do Pará mantêm um efetivo de cem agentes em Parauapebas para coibir de imediato qualquer tentativa de nova interdição da estrada de ferro, nas proximidades do acampamento Palmares II, do MST.

A virulência do ato conjunto do MST e MTM contra a ferrovia de Carajás forçou o governo do Pará a anunciar o rompimento de negociações com os manifestantes garimpeiros, que exigem o cumprimento de promessas feitas pelo governo federal, como o pagamento de resíduos de ouro do garimpo de Serra Pelada não pagos até hoje pela Caixa Econômica Federal.

Inkra reforça combate ao trabalho escravo no Pará – Sítio Eletrônico do MDA – 19/05/2008

As informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) no Pará passarão a ser utilizadas pela Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém (PA), em investigações de trabalho escravo no estado.

A parceria, formalizada na última sexta-feira (16) com a assinatura de convênio entre a Procuradoria e a Superintendência Regional do Incra, reforça as ações do Governo Federal voltadas à erradicação do trabalho em condições degradantes ou análogas a de escravidão.

Em contrapartida, o Ministério Público do Trabalho da 8ª Região vai repassar ao Incra os dados sobre a constatação das irregularidades em áreas rurais. O acesso está restrito a informações que não estão sob sigilo.

A Procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho no Pará, Loana Gentil Uliana, destaca que o acordo simplifica os procedimentos de acesso a dados de imóveis rurais, que, antes, eram solicitados via ofício ou outros documentos impressos. Quando o convênio foi publicado no Diário Oficial da União, os procuradores, ou servidores designados pelo Ministério Público do Trabalho, poderão consultar o banco de dados do Incra pela internet.

O novo superintendente do Incra em Belém, Elielson Silva, que toma posse oficialmente nesta segunda-feira (19), lembra que o acordo contempla as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional do Incra/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2005.

O Plano tem quatro linhas de ação: prevenção ao aliciamento; repressão pelos órgãos competentes; reinclusão social dos trabalhadores libertados; e sensibilização da sociedade. Para coordenar essas ações regionalmente, as superintendências criaram grupos de trabalho que atuam em conjunto com outros órgãos dos governos federal e estaduais.

Ruralistas ganham mais força no Congresso Nacional – Renata Camargo – Sítio Eletrônico do MST – 19/05/2008

A bancada ruralista tem ganhado força no Congresso Nacional e ampliado sua área de influência. Levantamento feito pelo *Congresso em Foco* revela que um em cada três parlamentares que defendem a expansão das fronteiras agrícolas e os interesses de grandes proprietários rurais faz parte das comissões ambientais em funcionamento na Câmara e no Senado.

Das 261 cadeiras dos 14 colegiados que tratam de questões relacionadas à questão ambiental, 92 estão ocupadas por deputados e senadores ligados ao agronegócio. A estratégia é povoar as comissões de meio ambiente para fragilizar a legislação ambiental.

O embate entre as duas áreas foi pano de fundo de toda a crise que resultou no pedido de demissão da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na tarde de 13 de maio. A saída de Marina foi comemorada por integrantes daquela que é uma das mais poderosas bancadas do Congresso.

Segundo o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), a prioridade da bancada ruralista é, exatamente, flexibilizar a legislação ambiental para facilitar a expansão agrícola e as atividades pecuaristas. "Estão priorizando o meio ambiente em detrimento do setor produtivo. Isso está trazendo conseqüências desastrosas. O setor não agüenta mais essa pressão", afirma Colatto.

O interesse dos ruralistas pelas comissões ambientais é crescente, na opinião do consultor do Greenpeace João Alfredo, ex-deputado federal que presidiu a CPI da Terra, em 2005. O consultor avalia que os ruralistas estão mais fortes do que nunca. "Eles perceberam a importância ambiental e decidiram estar por dentro das questões", afirma. "As posturas têm sido bem agressivas", avalia.

Expansão na Amazônia - O principal alvo de críticas de ambientalistas à bancada ruralista é o Projeto de Lei 6424, de 2007, que altera o Código Florestal. Entidades ambientais alegam que o PL quer impulsionar a produção de biocombustível. Sustentado pelo interesse de grandes produtores rurais, o projeto prevê o plantio de até 30% de espécies exóticas em áreas de Reserva Legal na Amazônia, reduzindo de 80% para 50% a reserva.

Na semana passada (13/05), o Plenário da Câmara aprovou a medida provisória (MP 422/08) que aumenta o limite da área que pode ser concedida pela União para uso rural, sem processo de licitação, na Amazônia Legal. A MP triplica as áreas públicas nas mãos de posseiros na Amazônia que podem ser legalizadas de imediato. Com ela, as terras serão vendidas sem licitação.

Antes da MP, o limite dessa operação era de 500 hectares. Desde a edição da medida, o teto passou a ser de 1.500 hectares. Só poderá se beneficiar da lei quem estiver na terra desde dezembro de 2004. Ambientalistas temem que o desmatamento cresça na mesma proporção. Eles batizaram a medida provisória de Programa de Aceleração da Grilagem.

Celeiro do mundo - A preservação do meio ambiente não deve ser um estorvo para a produção agrícola na opinião do deputado Marcos Montes (DEM-MG), secretário-geral da Frente Parlamentar da Agropecuária. O congressista avalia que o Brasil deve aproveitar o momento de "crise de alimentos" para se tornar o celeiro do mundo. "A bancada caminha na linha de respeitar a preservação ambiental, mas que isso não seja um empecilho para a produtividade", diz.

O discurso de celeiro do mundo vai em direção oposta à preservação das florestas brasileiras, na avaliação do professor de Agronegócios da UnB (Universidade de Brasília) Sérgio Sauer. Ex-assessor do senador Sibá Machado (PT-AC), Sauer acredita que essa postura coloca o Brasil, novamente, no papel de colônia. "É o Brasil como um mero fornecedor para a matriz e para a corte do reino. Não dá para cair nessa lógica", diz.

O coordenador da organização não-governamental *Repórter Brasil*, Leonardo Sakamoto, concorda. Ele avalia que reafirmar o Brasil como celeiro do mundo significa afiançar as exportações brasileiras a produtos sem valor agregado. "É economicamente estúpido", afirma.

Bizarrices - Ainda assim, Sakamoto avalia que, na atual conjuntura, a agricultura tende a ganhar, ainda mais, importância no PIB (Produto Interno Bruto) do país e o

agronegócio terá mais destaque no cenário nacional. "A força da bancada ruralista extrapola a própria representatividade do setor. O que acaba mostrando um comportamento bizarro por parte de parlamentares ruralistas", afirma.

"Bizarrices" que Sakamoto cita em seu blog. No artigo [A bizarra defesa dos arrozeiros na Raposa Serra do Sol](#), o jornalista afirma que o debate sobre a reserva indígena, localizada em Roraima, está alcançando "níveis de ignorância".

Segundo Sakamoto, ao dificultar as demarcações de terras indígenas, a bancada ruralista assume, explicitamente, apoio ao lucro dos grandes proprietários de terra da região. "São os interesses corporativistas, que defendem o lucro dos proprietários rurais. Eles colocam as reservas como entraves ao progresso".

Direito de propriedade - A bancada ruralista, com apoio da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária), uma das mais representativas instituições do setor, tem pressionado o governo no sentido de remarcar terras indígenas e derrubar o decreto presidencial 4887, de 2003, que regulamenta a demarcação e a titulação dos territórios das comunidades quilombolas.

"Reconhecemos que o governo deve identificar e titular as áreas dos quilombolas. Mas o decreto 4887 deixa que o cara se autodeclare quilombola e defina a sua área. Isso é inadmissível", afirma o deputado Valdir Colatto, autor do Projeto de Decreto Legislativo 44/2007, que revoga o decreto assinado pelo presidente Lula. A proposta aguarda parecer da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Segundo a chefe de Relações Institucionais da CNA, Beatriz Lima, o objetivo é assegurar que propriedades que cumprem sua função social (art. 186 da Constituição Federal) sejam conservadas. "Não queremos limitar os direitos daqueles que têm menos condições de ter terra, mas garantir o direito de propriedade da área produtiva, que está na Constituição", defende.

"Mais um pouquinho, e o Brasil elimina a propriedade privada. Estamos na contramão da questão fundiária", acrescenta Valdir Colatto.

Para o professor Sérgio Sauer, essa postura contra a reforma agrária é clássica da bancada. "Junto com entidades como a CNA, eles estabelecem um espaço poderoso de articulação no Congresso" avalia.

Trabalho escravo - Um dos alvos da bancada é a chamada PEC do Trabalho Escravo (438/2001), que prevê a perda da propriedade onde for constatado esse tipo de crime. A proposta, aprovada em primeiro turno na Câmara em 2004, está parada há quatro anos.

Na avaliação de Sakamoto, "entre quatro paredes" os ruralistas se dizem favoráveis à aprovação da PEC. Mas, na prática, o esforço se dá em outro sentido.

"Eles agem com corporativismo e emperram a votação da proposta", diz Sakamoto, lembrando o caso Pagrisa, em que a bancada ruralista condenou a atuação dos fiscais que liberaram 1.064 trabalhadores mantidos em condições análogas à de escravo na fazenda Pará Pastoral e Agrícola S/A. Em resposta à visita dos parlamentares à fazenda, os fiscais decidiram cruzar os braços e só retomaram os trabalhos após três semanas de intensos embates, como mostrou o *Congresso em Foco*.

O deputado Colatto, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, afirma que é contra o trabalho escravo, mas que não há clareza na PEC. "Todo mundo é contrário ao trabalho escravo. Mas a PEC não define direito o que é trabalho escravo. Assim não dá para aprovar", afirma.

Em outra iniciativa, a bancada trabalha no sentido de aprovar a MP 410, de 2007, que cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo. Na prática, a medida libera a contratação temporária no meio rural e dispensa o registro em carteira assinada dos chamados safristas, trabalhadores contratados apenas durante as colheitas. O texto, já aprovado pelos deputados, aguarda a deliberação dos senadores.

Pela avaliação da CNA, a medida facilita as relações trabalhistas. Setores contrários aos ruralistas acreditam que essa é mais uma brecha para fortalecer as relações anômalas de trabalho.

Força à prova - Enquanto as discussões sobre o trabalho escravo não avançam, o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), uma das figuras mais emblemáticas dos ruralistas no Congresso, diz que a prioridade da bancada é renegociar a dívida agrária. Segundo parlamentar, uma avaliação da influência da atual bancada só poderá ser mensurada após essa votação. "Só então vou poder avaliar a força concreta da bancada ruralista. Sem essa votação, a avaliação é muito subjetiva", considera.

A medida provisória que renegocia a dívida pública dos produtores rurais, no entanto, ainda não foi encaminhada ao Congresso. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que a MP deverá sair no final desta semana. Segundo o presidente da Comissão de Agricultura, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), o valor da renegociação será de R\$ 66 bilhões.

Preço da terra no país sobe 16% e bate novo recorde – Roberto Samora – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/05/2008

Pesquisa apura média de R\$ 4.135, maior valor nominal para o hectare no Brasil - Analista atribui parte da alta à maior procura de áreas por grandes grupos, muitos estrangeiros; custo da terra no Sul passa o do Sudeste

Com a alta dos grãos, o preço médio das terras destinadas à agropecuária no Brasil subiu 16,3% no segundo bimestre de 2008, ante o mesmo período de 2007, para R\$ 4.135 por hectare. O valor representa novo recorde nominal para o país, informou ontem o Instituto FNP, divisão da AgraFNP, braço brasileiro do grupo Agra Informa, um dos líderes em consultoria no agronegócio no mundo.

As principais áreas produtoras de grãos do país registraram as maiores valorizações. O preço médio no Sul do Brasil superou o custo das propriedades no Sudeste pela primeira vez desde o início de 2007. Na comparação com o primeiro bimestre, a alta do preço médio no Brasil foi de 3,42%. O valor no Sul subiu 6,16% em relação a igual período.

"O Sul no bimestre passado tinha quase igualado o valor com o Sudeste. Grande parte dessa troca de posição é por conta da procura de terras para grãos no Paraná, que se valorizou demais", disse Jacqueline Bierhals, analista da AgraFNP.

O preço médio do hectare no Sul subiu de R\$ 7.288, no primeiro bimestre, para R\$ 7.737 no segundo. O valor da terra no Sudeste foi estimado no Sudeste pela consultoria em R\$ 7.450 por hectare, ante R\$ 7.317 nos primeiros dois meses do ano.

Segundo Bierhals, para ter uma idéia da procura de terras por grãos no Paraná, um dos líderes na produção de grãos do país, houve negócio em Cascavel a R\$ 34 mil por hectare, parcelado em três vezes. "A maior procura e o tamanho médio das propriedades - inferior, por exemplo, às do Cerrado-, dá espaço para esses preços mais salgados."

O produtor Camilo Carlos Caus, da região de Cascavel (PR), que está tentando ampliar a sua propriedade, disse que os preços dos grãos favorecem a aquisição de terras, mas afirmou que as negociações estão difíceis pelo valor elevado e pela disputa com outros interessados. "Tem até médico comprando terra por aqui."

Segundo a AgraFNP, os preços do Sudeste não se reajustaram no mesmo ritmo dos do Sul em razão do menor entusiasmo com os valores pagos pela cana, que tiveram queda na comparação com a safra passada, pela maior oferta de açúcar e álcool.

Em São Paulo, o maior produtor de cana do Brasil, o preço médio da terra subiu para R\$ 11,8 mil por hectare, ante R\$ 11,6 mil no primeiro bimestre. "Mas essa alta não é nada por conta da cana. São reflorestamentos, áreas de grãos, pastagens", disse Bierhals.

Centro-Oeste - No Centro-Oeste, principal região produtora de grãos do Brasil, a valorização em relação ao primeiro bimestre foi pequena, de 3,5%, mas, na comparação com o segundo bimestre de 2007, a alta foi de 40%, para R\$ 3.246 por hectare, também em razão dos melhores preços das commodities agrícolas.

Segundo a analista, essa alta no Centro-Oeste ocorre também em razão da maior procura de terra por grandes grupos, muitos deles estrangeiros, interessados em cultivar em extensas áreas. Esses grupos têm interesse em áreas de Cerrado, não naquelas do bioma amazônico, até para evitar eventuais problemas com órgãos ambientais, disse a analista.

"Quem tem áreas abertas não vende, porque não existem outras áreas para serem abertas", disse o agricultor Nelson Picolli, presidente do Sindicato Rural de Sorriso (MT). Picolli cita dificuldades ambientais para a abertura de fronteiras agrícolas. O valor das propriedades da região ao norte de Mato Grosso, com a alta da soja, subiu, uma vez que as terras são cotadas em sacas, disse o dirigente do sindicato. **Com GITÂNIO FORTES, da Redação*

Cafezais serão alvo de ação contra o trabalho precário – Claudia Rolli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/05/2008

O Ministério Público do Trabalho vai investigar denúncias de trabalho precário em cafezais da região de Dois Córregos, interior de São Paulo, e fez uma audiência pública com produtores locais para pedir que cumpram a legislação que determina regras e normas relacionadas a segurança, medicina e higiene do trabalho.

A audiência ocorreu no último dia 15 com cerca de 50 produtores da região, após o sindicato dos empregados rurais relatar que eles trabalham sem registro, não recebem equipamento de proteção individual e são transportados em veículos que não oferecem segurança.

A ação deve ocorrer antes do início da safra deste ano, que deve começar em cerca de 30 dias, segundo os produtores.

"O trabalhador está abandonado. O que se verifica na produção de cana também se verifica aqui. Pedimos a atuação do Grupo Móvel de fiscalização rural e dos procuradores do Trabalho", diz Paulo Palomo, secretário-geral do sindicato.

Na região, ele estima que atuem cerca de mil trabalhadores. "A maior parte vem do Paraná e de Minas e são instalados em alojamentos em péssimas condições, sem água nem higiene. Após trabalhar na lavoura, são levados de volta, sem receber seus direitos.

Somente o dinheiro da saca colhida, que varia de 45 a 70 quilos e de R\$ 5 a R\$ 8, dependendo do tipo de cafezal. A média é colher dez sacas por dia", diz Palomo.

Marcos Perdoná, presidente da Associação dos Produtores Rurais de Dois Córregos, diz que os cerca de 80 produtores da região já estão adotando as medidas necessárias para resolver as irregularidades trabalhistas. "Vamos contratar um engenheiro especializado em segurança no trabalho para indicar quais os equipamentos mais adequados para o trabalhador da nossa região. Aqui não há cobras nem pedras, como no sul de Minas Gerais, que justificam o uso de botas de cano mais longo, por exemplo. Se ele não usar o equipamento adequado, pode prejudicar o seu desempenho na colheita."

Em relação à contratação irregular, Perdoná diz que os trabalhadores fazem rodízio frequente nas lavouras, para buscar os cafezais mais produtivos e isso dificulta a contratação. "Com o contrato por tempo determinado, aprovado pelo setor, esperamos resolver isso."

MST invade cooperativa em Serra Pelada - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 20/05/2008

BELÉM. Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores na Mineração (MTM) comandaram anteontem a invasão e depredação da sede da Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp), em Curionópolis, no sudeste do Pará, e foram presos pela Polícia Militar. Ontem, a PM, que está de prontidão no garimpo, transferiu para Belém cinco das 12 pessoas que continuam presas. No domingo, 40 invasores foram detidos.

A polícia constatou a relação entre MST e MTM, que já haviam se unido duas vezes este ano para fechar a Estrada de Ferro Carajás, impedindo a circulação de trens de carga e passageiros da mineradora Vale.

Entre os líderes transferidos ontem estão Vagner da Silva Cruz, Fábio dos Santos Bezerra e Eivaldo Martins Carvalho, do MST, e Etevaldo da Cruz Arantes, presidente da CoopSerra, do MTM. Os presos foram autuados em flagrante por invasão de domicílio, danos ao patrimônio e formação de quadrilha, entre outros crimes. A ação da PM evitou um confronto entre cerca de dois mil garimpeiros que disputam o controle da cooperativa.

Líder de um dos grupos foi assassinado. Três grupos disputam o controle da Comigasp. Um era liderado pelo garimpeiro Josimar Brito, assassinado em 7 de maio, e se articula com o ex-prefeito de Curionópolis, Sebastião Curió, que administrou Serra Pelada nos anos 80, como agente do então Serviço Nacional de Informações (SNI). O segundo é liderado pelo garimpeiro conhecido como Valder, presidente da cooperativa, vinculado ao vereador Chamom Neto, de Curionópolis.

O terceiro é chefiado por Eurival, ligado a Raimundo Benigno, do Sindicato de Garimpeiros de Serra Pelada e ao MST.

O grupo de Curió ganhou na Justiça o direito de ser reintegrado à direção da cooperativa. Com o assassinato de Josimar, o clima piorou. Ele foi morto em Marabá, com 13 tiros disparados por pistoleiros. O terceiro grupo, que reúne dirigentes de pequenas cooperativas, uniu-se ao MST, criando o Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração (MTM).

A disputa pela Coomigasp se acirrou nos dois últimos anos, desde que a cooperativa fechou contrato com a Colossus, concessionária da Ayman Mineradora.

A Colossus será responsável pela implantação de uma lavra mecanizada no extinto garimpo, cuja cava era explorada manualmente e hoje é um imenso lago. A cooperativa também cobra judicialmente uma suposta dívida, superior a R\$ 50 milhões, que a Caixa Econômica teria com os garimpeiros.

Preço de alimento e etanol levam terras agrícolas no Brasil a recorde - Aginaldo Novo e Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 20/05/2008

SÃO PAULO e BUENOS AIRES. - O preço das terras destinadas à agropecuária no Brasil alcançou novo recorde histórico no bimestre março-abril, com a média de R\$ 4.135 por hectare.

Em algumas localidades do Paraná, maior produtor de grãos do país, houve negócios por valores superiores a R\$ 30 mil o hectare. A procura por terra é liderada por grandes grupos empresariais e também por estrangeiros, que já são donos no Brasil de cerca de 5,5 milhões de hectares — equivalente à área plantada de cana-de-açúcar.

Segundo a AgraFNP, divisão no Brasil da consultoria multinacional Agra Informa, o preço do hectare acumulou aumento nominal médio de 16,3% em relação ao primeiro bimestre do ano passado e de 35,2% em comparação às cifras de 2005.

Até então, o recorde era de R\$ 3.364, registrado no fim do primeiro semestre de 2004, quando os produtores disputavam áreas para aproveitar a explosão de preços internacionais da soja.

Por trás do novo recorde, está outra vez a valorização dos grãos nos mercados externos e interno, diante da baixa de estoques mundiais de alimentos.

Áreas para o plantio de cana e produção de biocombustíveis também são disputadas, segundo a AgraFNP. Pela primeira vez desde o início de 2007, o preço médio no Sul do Brasil superou o custo das propriedades no Sudeste.

O preço médio do hectare no Sul subiu para R\$ 7.737, enquanto o valor da terra no Sudeste foi estimado pela consultoria em R\$ 7.450, em média.

Segundo a analista Jacqueline Bierhals, o Brasil é um mercado em destaque já que ainda dispõe de vastas áreas livres para plantio. Sem considerar a Região Amazônica e reservas indígenas, o país tem cerca de 100 milhões de hectares disponíveis para a agropecuária.

Setor agropecuário argentino suspende greve Já o governo argentino liberou ontem o envio de 100 mil toneladas de trigo para o mercado brasileiro. Segundo o Departamento Nacional de Controle Agropecuário (ONCCA), encarregado de autorizar as vendas do produto ao exterior, a resolução 94 beneficia exclusivamente o Brasil.

— A medida foi adotada somente para o mercado brasileiro, em função de contratos que já estavam assinados — disseram fontes da ONCCA, acrescentando que os exportadores argentinos deverão respeitar um teto de duas mil toneladas diárias por produtor.

O Brasil foi um dos países mais prejudicados pela decisão do governo argentino de restringir, desde o fim do ano passado, as vendas de trigo ao exterior, para conter a inflação.

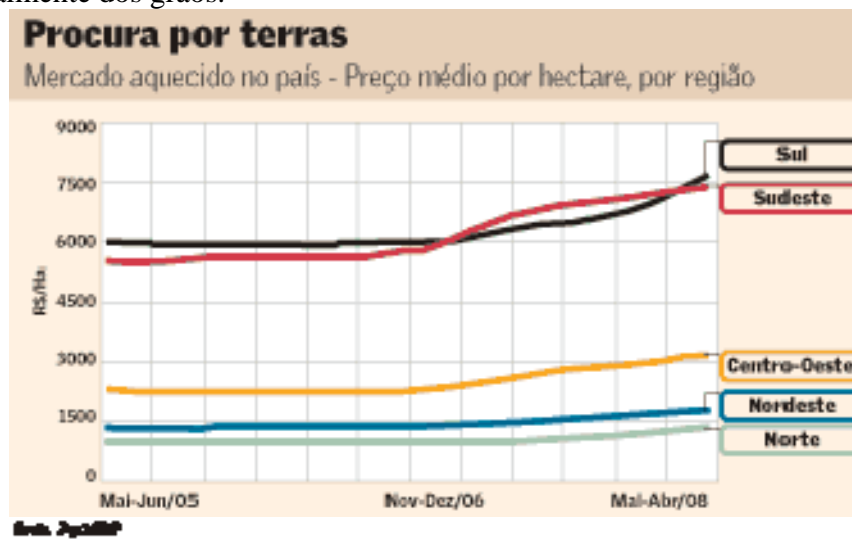
Depois de duas semanas, o setor agropecuário argentino decidiu suspender amanhã sua paralisação, motivada pela alta do imposto sobre exportação, para negociar com o governo.

Grau de investimento deve inflacionar preços da terra - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 20/05/2008

O recente upgrade do Brasil para grau de investimento deverá aquecer ainda mais o mercado de terras no país. Com áreas disponíveis e preços comparativamente baixos, a valorização das terras destinadas à agropecuária deverá ser superior à média de 15% registrada nos últimos anos.

"A demanda por alimentos é alta e temos área e preço bom de terras. O mundo já se deu conta e por isso os estrangeiros estão vindo para cá", disse Jacqueline Bierhals, analista da consultoria AgraFNP. "O 'investment grade' torna mais seguro esse negócio no Brasil".

Impulsionadas pelo segmento sucroalcooleiro, que iniciou no fim de 2006 uma corrida de investidores por áreas para a plantação de cana, as compras de terras mantiveram o fôlego no ano passado e neste graças ao bom momento internacional da agricultura, especialmente dos grãos.



Conforme levantamento da consultoria, o preço médio das terras entre março e abril foi de R\$ 4.135 por hectare, com aumento médio de 16,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Em comparação há 36 meses, a elevação nos preços foi de 35,2%.

Segundo Jacqueline, responsável pelo Relatório de Análise do Mercado de Terras da AgraFNP, a diferença agora está no tipo de investidor que entra no mercado. "Houve muitos aventureiros no tempo da cana. O que a gente vê hoje são grupos mais tecnicizados e estruturados", disse ela.

Apesar de não ter o mapeamento de quem e onde entrou neste mercado, a AgraFNP acredita na forte influência de investidores estrangeiros, sobretudo fundos de pensão. Na semana passada, a gestora de fundos de private equity AIG Investments

anunciou um aporte de US\$ 65 milhões na Calyx Agro, empresa especializada em comprar fazendas a baixo preço e com potencial de exploração produtiva. Além dela, SLC, BrasilAgro e a argentina El Tejar também fizeram aquisições de terras no país.

A procura por terra tem sido mais intensa na chamada nova fronteira agrícola - o quinhão de cerrado que ainda não foi explorado. O crême de la crême está no Maranhão, Piauí, Tocantins e partes do Mato Grosso, Goiás e do oeste bahiano. Além de intactas, as

áreas têm preços bem mais baixos: cerca de R\$ 3 mil por hectare no Piauí e Maranhão contra R\$ 21 mil no Paraná, por exemplo. "Ainda há muita margem para valorização", diz a consultora.

Na maior parte dos casos, a compra de terras tem como finalidade a atividade agrícola. De acordo com a consultora, os investidores estão atentos a localidades com infraestrutura para o escoamento de grãos e também às diretrizes do novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que assumiu ontem o cargo em Brasília. "Houve uma freada forte nos 36 municípios [listados como maiores desmatadores da Amazônia pelo governo]. Isso tem puxado a atenção do investidor".

Pelos cálculos de Jacqueline, há ainda 100 milhões de hectares para serem "abertos" no país - sem entrar na Amazônia.

Agricultores invadem área da Aracruz no RS – Folha de São Paulo – Brasil – 22/05/2008

Cerca de 250 integrantes do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) invadiram ontem uma fazenda da Aracruz Celulose em Canguçu (293 km de Porto Alegre). Adilson Schuch, um dos coordenadores da invasão, disse que o objetivo é protestar contra a aquisição de terras pela empresa para o plantio de eucalipto. A Aracruz informou que ingressaria com uma ação de reintegração de posse na tarde de ontem.

Ministros do STF visitam terra indígena em Roraima – Andrezza Trajano - Folha de São Paulo – Brasil – 23/05/2008

Gilmar Mendes, Ayres Britto e Cármen Lúcia conversaram com índios ingaricós - Supremo prepara-se para julgar os processos que contestam a homologação da reserva Raposa/Serra do Sol de forma contínua

Três ministros do Supremo Tribunal Federal, incluindo o presidente do tribunal, Gilmar Mendes, sobrevoaram ontem, por cerca de duas horas, a terra indígena Raposa/Serra do Sol, no nordeste de Roraima.

Depois, os ministros aterrissaram na comunidade Serra do Sol, na tríplice fronteira entre Brasil, Guiana e Venezuela, onde conversaram por cerca de 30 minutos com índios ingaricós.

De acordo com o comandante da Base Aérea de Boa Vista, coronel-aviador Edinei de Souza Nunes, os ministros Gilmar Mendes, Carlos Ayres Britto- relator dos processos que contestam a homologação da reserva de forma contínua- e Cármen Lúcia Antunes Rocha chegaram a Boa Vista a bordo de um Legacy da FAB.

Da capital de Roraima, foram para a reserva a bordo de um Caravan C-98. Na comitiva, estavam o chefe do Centro de Comunicação Social da FAB, brigadeiro-do-ar Antônio Carlos Bermudes, e o coronel José Hugo Volkmer.

Por volta das 9h30, voaram em direção à terra indígena. Sobrevoaram a Vila Surumu -local dos conflitos registrados em março na disputa pela terra entre índios e não-índios-, as regiões de plantio de arroz, o município de Pacaraima, as comunidades Socó e Água Fria e a terra indígena São Marcos.

A viagem durou cerca de duas horas. Ainda houve tempo para uma parada na comunidade da Serra do Sol, a 400 km de Boa Vista, na tríplice fronteira entre Brasil, Guiana e Venezuela. A região é habitada por aproximadamente 1.180 índios ingaricós, que vivem em oito aldeias e defendem a homologação da área de forma contínua. Os ministros foram recebidos pelo líder indígena Gelson Ingaricó. Segundo o coronel-aviador Edinei Nunes, eles conversaram sobre saúde e educação, mas não falaram sobre posse da terra indígena. Depois, retornaram a Brasília. Está prevista para hoje uma entrevista do presidente do STF, Gilmar Mendes, sobre a visita.

Pelotão - O presidente do Conselho do Povo Ingaricó, Dílson Ingaricó, que estava em Boa Vista, disse que a comitiva conversou com Gelson Ingaricó, mas que em nenhum momento os índios sabiam que os demais integrantes do grupo eram ministros do STF: "Os índios me disseram que havia outras pessoas na aeronave, mas elas não se apresentaram como ministros".

Sobre a possibilidade de implantação de um pelotão do Exército na fronteira, o líder ingaricó disse ser contrário: "O povo ingaricó já faz sua própria vigilância nas fronteiras, não precisa de pelotão do Exército". Segundo o líder ingaricó, já existe uma parceria entre índios e Forças Armadas: "Aceitamos a presença dos militares em nossa região de forma periódica, não permanente".

PF dobrará contingente dentro da reserva Raposa/Serra do Sol – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 23/05/2008

A Polícia Federal vai aumentar nos próximos dias em 100% o contingente que ocupa a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. A corporação prevê o acirramento do confronto entre índios e arroteiros com a iminência de julgamento pelo STF (Supremo Tribunal Federal) do mérito das ações sobre a demarcação da reserva, homologada pelo governo federal em 2005. O Supremo deve julgar o caso em meados de junho, prevê o relator da matéria, ministro Carlos Ayres Britto.

Atualmente, há no local 350 policiais (200 da PF e 150 da Força Nacional de Segurança), que monitoram principalmente os arredores da Fazenda Depósito, que foi palco de ataque de funcionários do produtor e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), a índios. O confronto ocorreu no início do mês, e nove indígenas ficaram feridos.

Quartiero, o filho dele e seis funcionários ficaram oito dias presos por conta da ação, classificada pelo ministro Tarso Genro (Justiça) como "terrorismo". O aumento do contingente na área para 700 policiais é consequência de dois cenários vislumbrados pela PF:

1) Se o STF derrubar a demarcação contínua das terras, a revolta será por parte dos índios. O argumento de algumas lideranças indígenas, já explicitado em conversas reservadas, é o de que recorrer à violência talvez possa ajudá-los;

2) Caso o Supremo confirme a demarcação contínua, a resistência partirá principalmente de Quartiero, avaliam policiais, já que o prefeito de Pacaraima explora o fato politicamente e tem o apoio (inconsciente ou não) de parte da população local. Há ainda o peso do aspecto econômico -ele produz, em fazendas dentro da reserva, arroz (principalmente) e soja.

"Vamos nos preparar para enfrentar qualquer um dos lados do conflito", disse Fernando Segóvia, coordenador-geral de defesa institucional da PF e responsável pela Operação Upatakon 3, iniciada em março para retirar não-índios da Raposa/Serra do Sol. Todo o trabalho na região está balizado em um relatório da PF, feito há mais de um ano. "O confronto, inclusive, já era esperado", reconheceu ele. Há na reserva, de 1,7 milhão de hectares, seis fazendas de cinco proprietários (Quartiero é dono de duas), além de 53 pequenas propriedades agrícolas, diz o relatório. O total de não-índios chega a 200.

Na próxima terça, quando Segóvia voltar à área, ele levará um helicóptero Bell 412, com capacidade para transportar 15 pessoas, que ficará à disposição dos policiais. "Será importante para o deslocamento rápido, em alguma emergência", afirmou. O helicóptero estava em manutenção, em Brasília. A PF não tem prazo para deixar a reserva. O tempo mínimo estimado é de seis meses, caso o STF confirme a demarcação contínua. Senão, o prazo deve se estender por um ano.

Os índios e nossas fronteiras – Rubens Ricupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/05/2008

"DESCOBRI que também eu era índio quando encontrei os ianomâmis. Tive depois profunda piedade ao ver a que lastimável abandono condenamos esses nossos irmãos brasileiros: sem alimentos, sem remédios, entregues à violência de garimpeiros e bandidos."

Não ouvi essas palavras comoventes de nenhum antropólogo ou idealista de ONG. Elas me foram ditas, 27 anos atrás, por um militar disciplinador, terra-a-terra, homem prático e sensato. Foi em Belém, na sede da 1ª Comissão Demarcadora de Limites, que seu então chefe, o saudoso coronel Ivonilo Dias Rocha, sertanejo cearense com cara de índio, me relatou sua experiência. Ele acabava de retornar de campanha demarcatória na fronteira do Brasil com a Venezuela, nessa Roraima do noticiário.

Como chefe do Departamento das Américas do Itamaraty e antes responsável interino pela Divisão de Fronteiras (ilustrada por Guimarães Rosa), lidei no dia-a-dia com as duas comissões demarcadoras, a de Belém-Manaus e a do Sul, da fronteira da Bolívia ao Chuí. Chefiadas por oficiais da reserva do Exército especialistas em topografia e medições, sempre estiveram sob o comando do Itamaraty.

Jamais ouvi sombra de queixa de nenhum demarcador sobre suposto entrave criado por reservas fronteiriças ao trabalho de demarcação ou inspeção das fronteiras. Boa parte de tal serviço se fazia com a indispensável colaboração dos conhecedores do terreno, os índios que serviam como guias, canoieiros, transportadores. O coronel Ivonilo teve a revelação de sua profunda identidade indígena ao ajudar e ser ajudado pelos índios na fronteira. Pertencia à tradição do Exército do marechal Rondon, positivista, neto de bororos, que preferia: "Morrer, se preciso; matar nunca".

Ao investir contra moinhos de vento de fantasista ameaça à soberania oriunda das reservas fronteiriças, os quixotes não vêem os crimes diários que se cometem contra a Amazônia e seus habitantes, caboclos ou indígenas. Centenas de milhares de quilômetros quadrados de biodiversidade florestal reduzidos a fumaça, dezenas de trabalhadores, índios, missionários assassinados por pistoleiros comovem menos que a compra de hectares de mata por alguma ONG estrangeira desejosa de proteger a natureza.

Os índios não têm a propriedade das reservas. Não podem vender ou alugar a terra; dela só possuem o usufruto. Já os grileiros que ateam fogo para se declararem donos desejam a propriedade exclusiva e gratuita. Quase sempre para fins especulativos ou ações predatórias como a pecuária extensiva, que degrada e abandona os solos.

Em nenhum outro lugar se está tão próximo da frase de Proudhon: "A propriedade é o roubo". O próprio Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) declara que a situação fundiária da maioria das terras é irregular. É generalizado o esbulho praticado por particulares contra o que devia ser de todos os cidadãos. Às vezes, a única diferença entre diversos tipos de esbulho é sua antigüidade. Remontam alguns aos tempos em que terras devolutas eram distribuídas a políticos e desembargadores como brinde de Natal.

Não é preciso olhar debaixo da cama para ver se alguma sinistra ONG estrangeira está ali escondida. As ameaças à nação estão diante de nós: grileiros, incendiários, madeireiros ilegais, latifundiários, pistoleiros. A eles, senhores defensores da soberania nacional!

**RUBENS RICUPERO , 71, diretor da Faculdade de Economia da Faap e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo, foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda (governo Itamar Franco). Escreve quinzenalmente, aos domingos, nesta coluna.*

A Polícia Federal está investigando as atividades no Brasil do sueco Johan Eliasch, assessor para questões de “Desmatamento” e “Energia Limpa” do primeiro-ministro inglês, Gordon Brown. A polícia suspeita que Eliasch, que comanda a ONG Cool Earth, que adquiriu terras no Amazonas e em Mato Grosso, tenha usado um laranja-verde ao pedir autorização para fazer pesquisa mineral na área adquirida sob pretexto de preservação.

PF investiga Johan Eliasch

O inquérito para investigar as atividades de Eliasch, que foi tesoureiro do Partido Conservador até aderir ao governo trabalhista, foi aberto pela Polícia Federal (PF) em novembro do ano passado.

Um mês antes, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) entregou à PF um relatório de 90 páginas sobre as atividades de mais de uma centena de ONGs na Região Amazônica.

Foi com base nessa investigação preliminar que a PF abriu diversos inquéritos para averiguar a atuação de ONGs e de seus dirigentes.

Uma dessas investigações envolve Eliasch, presidente da empresa de equipamentos esportivos Head, e a Cool Earth. Em 2006, Eliasch anunciou ter adquirido 160 mil hectares nos estados do Amazonas e de Mato Grosso.

"Para garantir a soberania da Amazônia, o Brasil precisa garantir a sua preservação" — Sarney Filho, deputado federal (PV-MA) e ex-ministro do Meio Ambiente
TITULAÇÃO SOB SUSPEITA.

Sobre uma das áreas adquiridas por Eliasch e a Cool Earth, no Mato Grosso, os investigadores dizem: “Os indícios apontam para o entendimento de que se trata de uma fraude a cobrança realizada pela ONG, principalmente quando se analisa o caso dos projetos da entidade indicados como Teles Pires e Cristalino, onde há sobreposições com o Parque estadual do Cristalino e terras da Força Aérea Brasileira”.

Terras não estão em nome da Cool Earth

A ONG Cool Earth arrecada doações de pessoas físicas e jurídicas dispostas a investir na preservação da floresta. Emite até um certificado para os doadores. Mas as terras adquiridas na Amazônia estão em nome de duas empresas comerciais: Empresa Florestal da Amazônia e Florestas Renováveis da Amazônia. Ambas são controladas pelo fundo de investimento Brazil Forestry (BFFI), registrado no Delaware, cuja legislação protege de divulgação seu corpo societário e transações.

‘A ONG criaria direitos no exterior’

O certificado emitido pela Cool Earth “cria um simulacro de prestação de serviço”, ao se comprometer com a preservação de áreas e espécies vegetais e animais. Para os analistas de inteligência, ao proceder desta forma “a ONG estaria criando direitos no exterior, para estrangeiros, sobre áreas brasileiras, à revelia das exigências legais e cartoriais nacionais”.

Para a PF não há dúvida que Eliasch e a Cool Earth “preferiram trabalhar nas lacunas do direito brasileiro”. Engodo

Em Teles Pires, em Mato Grosso e no Pará, as terras adquiridas a pretexto de preservação, segundo a investigação: “Diferentemente do que atesta o certificado emitido pela ONG, há áreas desmatadas e duas centrais hidrelétricas”.

Legislação

Foi com base nas investigações da Abin e da PF que o Ministério da Justiça decidiu regular a ação das ONGs no Brasil.

Muitas atuam sem que se saiba sua procedência, endereço, finalidade, área de ação e seus integrantes e financiadores.

A PROPOSTA de lei que vai regular as ONGs que atuam no Brasil está sendo debatida pelos ministros Tarso Genro (Justiça) e Jorge Félix (Gabinete de Segurança Institucional), pelo diretor da Abin, Paulo Lacerda, e pelo secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Junior.

AS MUDANÇAS legais incluem alterações na Lei dos Estrangeiros e a criação de um cadastro nacional de ONGs.

ALVO do governo é coibir a biopirataria e outras atividades ilícitas, que seriam praticadas, segundo um delegado da PF: “por ONGs que em situação nebulosa se lançam como defensores da Amazônia”.

ILIMAR FRANCO com Fernanda Krakovics, sucursais e correspondentes

E-mail para esta coluna: panoramapolitico@oglobo.com.br

Assentamentos precisam de R\$ 8 bi para infra-estrutura – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 26/05/2008

85% das famílias assentadas entre 1985 e 2006 não possuem licença ambiental - Projetos sofrem com falta de assistência técnica, redes de abastecimento de água potável, energia elétrica e estradas trafegáveis

Levantamento recém-concluído pelo governo federal sobre o passivo dos assentamentos da reforma agrária revela a necessidade de R\$ 8 bilhões para sanar todos os problemas de infra-estrutura nos projetos criados entre 1985 e 2006.

Segundo o documento, ao qual a Folha teve acesso, das 747,9 mil famílias assentadas em 7.421 projetos, 85% não contam com licenciamento ambiental, uma co-responsabilidade da União e dos Estados e que, na prática, abre ao lavrador a chance de captar créditos bancários para sua produção.

Há carência também na assistência técnica (83%), em redes de abastecimento de água potável (68%), na energia elétrica (52%) e nas estradas trafegáveis (47%).

Outro exemplo da falta de infra-estrutura está relacionado ao chamado PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento), estudo que traça as diretrizes do projeto (o que vai ser produzido, por exemplo).

No papel, o PDA é o primeiro passo de um assentamento. Na prática, 158 mil famílias assentadas (21% do total) não têm esse plano, segundo o Plano de Qualificação dos assentamentos, produzido pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Um dos resultados dessa falta de infra-estrutura nos projetos de reforma agrária é o índice de inadimplência. Levantamento do Ministério da Fazenda revela que, dos 362,7 mil contratos de créditos fechados com assentados entre 1999 e meados de 2006 (em especial a linha de estruturação dos lotes), 120,3 mil (33%) estão inadimplentes com a União.

A falta de licenciamento ambiental e de assistência técnica também têm contribuído para que o dinheiro disponível no plano safra da agricultura familiar não seja todo gasto pelos trabalhadores rurais. Dos R\$ 12 bilhões disponíveis no atual plano, o governo prevê que no máximo R\$ 10 bilhões serão gastos. Isso porque projetos sem assistência técnica são rejeitados pelos bancos, enquanto assentados em projetos sem licenciamento ambiental não têm nem como requisitá-los.

"O agricultor precisa do licenciamento para fazer um novo investimento, como construir uma agroindústria, um curral, ampliar a área de plantio", afirma Paulo Caralo, secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

O pedido de emissão do licenciamento ambiental precisa ser feito pelo Incra, o que, segundo os Estados, não tem ocorrido. Um exemplo desse "jogo de empurra" está no Pará, onde quase a totalidade das famílias assentadas (99,7%) não tem licenciamento ambiental em seus projetos.

"Hoje o cenário dos projetos de assentamento do Pará é preocupante, uma vez que o Incra não observou aos ditames legais", afirma a Secretaria de Meio Ambiente do Pará, por meio de sua assessoria jurídica.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, diz que o instituto, ao adquirir um imóvel para a reforma agrária, já o recebe degradado. Quanto ao licenciamento, diz que abriu uma negociação com os Estados.

"Elementos"- Segundo o documento do Incra, alguns "elementos" têm interferido diretamente na permanência das famílias nos assentamentos, entre os quais a baixa renda dos assentados, a assistência técnica insuficiente, a utilização de tecnologia inadequada, dificuldades no acesso à água e ausência de saneamento básico e ambiental.

A região Norte concentra a maior parte dos problemas. Nela, 89% das 307 mil famílias assentadas não contam com licenciamento ambiental. Na região dominada pela Amazônia, o índice de famílias sem assistência técnica é de 88% e o daquelas sem água potável, de 68%. No Nordeste, o Maranhão tem mais carências: 87% dos assentados não contam com assistência técnica, enquanto 73% vivem em projetos "isolados", que precisam de construção e recuperação de estradas.

Neste ano, o governo reservou R\$ 2 bi para a qualificação dos assentamentos, contra R\$ 1,4 bi gastos no ano passado.

Qual latifúndio? – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 26/05/2008

No emaranhado do debate político atual sobre as questões fundiárias, fica muitas vezes difícil discernir o que está verdadeiramente em jogo, tal é o afã de alguns em ocultar a realidade. A percepção, de tão afastada desta, pode vir a fabular um mundo em que o país seria um imenso latifúndio. Cria-se, assim, um novo mundo particularmente propício para a fragilização da propriedade privada, onde os títulos já não mais valem e a própria Constituição é rasgada. Assim, a propriedade entra em um ciclo perverso de relativização, onde questões indígenas, sociais e outras ganham a cena principal. Elas são freqüentemente instrumentalizadas por ditos movimentos sociais, verdadeiras organizações políticas, que têm como objetivo banir a economia de mercado e o estado de direito.

Vejamos os números da distribuição agrária brasileira, referentes a 2007. As culturas temporárias, de ciclo anual, compostas, por exemplo, de feijão, milho, soja, trigo, arroz, algodão, constituem 55 milhões de hectares, perfazendo 6,4% do total.

As culturas permanentes, de ciclo mais longo, formadas por café, cítricos e frutíferos, constituem 17 milhões de hectares, 2% do total. As florestas plantadas constituem 5 milhões de hectares, 0,6%. As três juntas somam 77 milhões de hectares, ou seja, 9% do total.

Os assentamentos rurais, por sua vez, perfazem sozinhos 77 milhões de hectares, ou seja, os mesmos 9% do total. A coincidência parece cabalística, mas é a pura realidade. Atentem para o fato central: os assentamentos equivalem a toda a área de culturas temporárias, permanentes e de florestas no Brasil. E, no entanto, estas são objeto de invasões constantes, como se o país devesse se tornar um grande assentamento.

A propriedade privada rural, pequena, média e grande, produz a cesta básica do brasileiro, sendo a fonte de fatia expressiva das exportações brasileiras, gerando o superávit de balança comercial e, sobretudo, emprego, salário, renda e investimentos.

Ela se constitui em um dos setores mais dinâmicos da economia nacional e, contudo, é objeto de questionamentos constantes, vivendo de insegurança jurídica, como se fosse a responsável de todos os males do campo brasileiro.

Os assentamentos, por sua vez, são de produtividade desconhecida, estudiosos não podem lá dentro fazer uma pesquisa isenta, o controle político é total e se encontram numa situação de dependência do governo. Vivem de cestas básicas e não são emancipados, o que poderia fazer com que se tornassem verdadeiros proprietários, comprando e vendendo, sem se subordinarem a organizações políticas que os controlam.

Recursos públicos significativos são ainda canalizados para esses ditos movimentos sociais. Todos vivem do dinheiro do contribuinte! Vejam a questão das florestas plantadas, eucaliptos e pinus. Elas respondem a meros 0,6%, 5 milhões de hectares e são, todavia, apresentadas como as grandes vilãs do ambiente, sendo destruídas, em invasões, com requintes de violência. Os produtos florestais respondem por 15,1% das exportações do agronegócio, ocupando a terceira posição depois do complexo soja e das carnes (19,3%).

A produtividade e o ganho nacional são imensos em um setor que deve se defender de invasões, que ameaçam a sua existência.

Tornou-se moda dizer que as áreas indígenas são insuficientes, como se o limite de sua ampliação fosse todo o território nacional. Atualmente, elas ocupam 107 milhões de hectares, para uma pequena população.

Dizer que os indígenas não possuem suficientes territórios é um evidente contrassenso, a não ser que o projeto político em questão consista em não considerá-los brasileiros, formando diferentes “nações”, que se contraporiam à nação brasileira. Faltaria somente a demarcação contínua! Para se ter uma idéia mais precisa do que esta área significa, todas as áreas de pastagem, de carne, principalmente bovina, correspondem a 172 milhões de hectares, 20,2% do total. Terras do governo e de outros usos, por sua vez, constituem 171 milhões de hectares, isto é, 20,1% do total.

Eis os números que correspondem à realidade e se, mais bem conhecidos, fariam com que os cidadãos brasileiros se tornassem mais imunes aos cantos de sereia dos que querem supostamente abolir o latifúndio. Aliás, qual?

Trabalhadores são resgatados no Pará – **Sítio Eletrônico da CPT – 27/05/2008**

O Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho resgatou 38 trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravidão, em São Félix do Xingu (PA), no dia 24 de maio. A denúncia foi feita por um dos trabalhadores que conseguiu fugir do local e após caminhar quatro dias na floresta denunciou a situação às autoridades. Os libertados afirmaram que trabalhavam na propriedade há dois meses e que o contratante havia combinado de lhes pagar R\$ 300 por cada hectare de mata limpo. No entanto, além de não receberem a quantia, eram obrigados a dormir na mata, em local aberto e não tinham acesso à água potável ou qualquer equipamento de segurança para o trabalho. De acordo com o Ministério do Trabalho, o empregador deverá pagar R\$ 75 mil em indenização trabalhista e ainda responder a processo por uso ilegal de mão-de-obra.

Índios invadem Funasa em Cuiabá e fazem dois reféns **Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 27/05/2008**

Etnias irantxe e mynky reclamam de atraso no repasse de verbas para a sua região - Funasa reconhece demora na entrega do dinheiro, mas afirma que ONG demorou a apresentar a prestação de contas do repasse anterior

Cerca de 70 índios das etnias irantxe e mynky invadiram ontem a sede da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), em Cuiabá. O atendimento foi suspenso. Dois funcionários foram impedidos de sair. Até o fechamento desta edição, eram mantidos reféns dentro do prédio.

Os índios reclamam de um atraso de cinco meses no repasse de verbas para a ONG encarregada do atendimento à saúde indígena na região de Brasnorte (MT). "A situação

está muito complicada, pois não há mais dinheiro para o atendimento. Já faltam medicamentos e meios de transporte para os doentes. Decidimos agir antes que nossos filhos comecem a morrer por falta de atendimento", disse Gerson Nápuli, uma das lideranças da etnia irantxe.

Um dos funcionários mantidos na sede é o chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena de Cuiabá, Paulo Félix Almeida. Outro é o assistente técnico Alírio Guimarães. A Folha esteve no local e, sob escolta de índios pintados e armados com bordunas, arcos e flechas, foi autorizada a entrar no prédio.

Almeida reconheceu e justificou a demora no repasse da 16ª parcela do convênio (R\$ 887.101,00), iniciado em 2004 com a ONG Opan (Operação Amazônia Nativa). Segundo ele, a entidade demorou a apresentar a prestação de contas referente a um repasse anterior e atrasou o processo: "A parcela em questão teria de sair em janeiro, mas a prestação do repasse anterior foi entregue em janeiro". Outro problema foi a demora do Congresso para aprovar o Orçamento da União.

Até janeiro de 2004, as ações de saúde indígena eram definidas pelas ONGs conveniadas, por meio de repasses de verbas da União. Desde então, por conta de denúncias de desvio de dinheiro, a gestão foi centralizada pela Funasa, que passou a comprar medicamentos.

O diretor da Opan, Fernando Penna, negou a demora na prestação de contas. O que houve, disse, foi que a parcela anterior chegou com atraso: "A parcela que deveria ter chegado em agosto só foi liberada em novembro, e não podemos prestar contas enquanto o recurso não é inteiramente gasto. Este foi o motivo de a prestação ter sido entregue em janeiro".

Em Mato Grosso do Sul, índios terena que exigem uma área de 400 hectares hoje ocupada por fazendeiros fizeram dois funcionários da Funai reféns em uma aldeia de Miranda (MS). Eles já foram soltos.

Embargo à terra de líder arroteiro não sai do papel – Hudson Correa – Folha de São Paulo – 27/05/2008

Anunciado há mais de duas semanas pela direção do Ibama, o embargo à fazenda de Paulo Cesar Quartiero na terra indígena Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, não saiu do papel. "Até agora não [embargaram]. A situação está normal lá. Até procurei o processo aqui no Ibama de Boa Vista. Não encontrei. Está lá por Brasília", disse Quartiero.

O Ibama informou, na semana passada, que devido à "tensão" na Raposa/Serra do Sol, a operação de apreensão de equipamentos da fazenda de Quartiero havia sido adiada. Procurado ontem para falar sobre a data da operação, o órgão não respondeu.

A fazenda consta na lista de áreas embargadas dentro do plano de combate ao desmatamento na Amazônia. O Ibama mantém um sistema de consulta pela internet que lista as propriedades que sofreram embargos. "As áreas são embargadas em operações que o Ibama executa no âmbito do Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia", diz o órgão.

Com o embargo, as propriedades não podem ser exploradas até a recuperação de áreas degradadas. O sistema de consulta é mantido para que comerciantes e indústrias evitem comprar produtos agropecuários e florestais das fazendas embargadas. As penalidades são multa e restrição de crédito.

No último dia 9, Quartiero foi multado em R\$ 30,6 milhões e a área produtora de arroz foi embargada. Ele foi notificado da decisão dentro da cela da Polícia Federal em Brasília -estava preso sob acusação de mandar atirar em índios que, no dia 5 de maio, ocuparam sua propriedade na Raposa/Serra do Sol. Até ontem, segundo funcionários da fazenda e o próprio Quartiero, o trabalho na fazenda continuava normalmente. Na terra, está sendo cultivada uma área de 210 hectares destinada à produção de semente para a próxima safra de arroz.

Terras com estrangeiros: sem controle - **Luiza Damé – O Globo – O País – 27/05/2008**

BRASÍLIA. O governo não tem hoje informação sobre o total de terras brasileiras nas mãos de estrangeiros. Isso porque existem brechas na legislação e no cadastro do Incra que permitem a nãodeclaração da nacionalidade de compradores de terras, principalmente em casos de empresas brasileiras controladas por estrangeiros. Além disso, no cadastro do Incra, o preenchimento do campo que identifica os estrangeiros não é obrigatório, nem a declaração da composição societária das empresas.

Atualmente estão registradas no Incra de 25 mil fazendas em propriedade de estrangeiros. A Advocacia Geral da União (AGU) está preparando um parecer, que deverá ficar pronto em dez dias, para esclarecer essas lacunas na legislação.

Há limitações para aquisição de fazendas por pessoas e empresas estrangeiras, mas não por firmas brasileiras de capital estrangeiro. Por exemplo, uma empresa estrangeira não pode ter mais do que um quarto das terras de um mesmo município.

No governo, o assunto é tratado com cautela, porque a definição de critérios rígidos para compra de terras por estrangeiros pode indicar restrições a investimentos no país e interferir no preço da terra.

— Esse é um tema que diz respeito à soberania do país, especialmente num momento em que se discute a necessidade de aumentar a produção de alimentos no mundo — afirmou o presidente do Incra, Rolf Hackbart.

Novas regras para posse em terras da União – **Sítio Eletrônico do MDA – 27/05/2008**

O Inbra publicou no Diário Oficial da União desta terça-feira (27) duas Instruções Normativas (INs) que fixam os procedimentos para legitimação de posse em terras públicas rurais da União. A IN nº 45 trata de áreas de até 100 hectares em todo o Brasil, enquanto a IN nº 46 determina procedimentos de regularização fundiária a partir de cem hectares até 15 módulos fiscais na Amazônia Legal.

As duas Instruções Normativas trazem algumas disposições comuns. Essas disposições são: I - a ação de legitimação de posse recairá em glebas rurais de propriedade da União, previamente definidas pelo Inbra; II - poderá ser objeto de ação de legitimação de posse a totalidade ou apenas uma parcela da gleba de propriedade da União; III - a ação de legitimação de posse, quando necessário, deverá conter o levantamento ocupacional e a identificação da coordenada de localização geográfica dos imóveis inseridos na Gleba; e IV - de modo a facilitar o planejamento operacional, a ação de legitimação de posse deverá conter o diagnóstico preliminar da gleba da União. Pelas INs, é indispensável à comprovação da posse agrária, que se caracteriza: I - pela morada habitual; II - pela cultura efetiva; III - pela exploração direta (até 100 hectares), contínua e racional da área pelo prazo mínimo de um ano; e IV - pela ocupação pacífica. Em todos os casos, a comprovação de posse deve ser anterior a 1º de dezembro de 2004.

O diretor de Estrutura Fundiária do Inbra, Richard Torsiano, esclarece que as INs contemplam o objetivo da política de regularização fundiária do Governo Federal – de combater a grilagem de terra e os crimes ambientais. “Essas Instruções Normativas trazem a possibilidade do Governo reconhecer as pessoas que, de fato, estão ocupando estas áreas. As terras serão pagas ao Governo, com preço de mercado para as áreas acima de 100 hectares e valor histórico para as áreas abaixo deste tamanho”, explica.

Compromisso ambiental - Sobre a questão ambiental, Torsiano assegura que as vistorias do Inbra vão relatar se há ou não o efetivo cumprimento da legislação. “Após a constatação do uso de áreas de reserva legal e preservação permanente, vamos firmar um Termo de Compromisso Ambiental com o posseiro e encaminhar o documento e a questão aos órgãos responsáveis pela meio ambiente no País.”

As Instruções Normativas informam ainda que são requisitos necessários à legitimação de posse: não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional; não ter sido beneficiado pelo Programa de Reforma Agrária, ressalvadas as situações admitidas pelo Inbra; ter sua principal atividade concentrada em exploração agropecuária, agroindustrial, extrativa, florestal ou pesqueira; e não exercer função pública. Também não é aceita a legitimação de posse por pessoa jurídica.

As terras pretendidas não podem ser legitimadas quando recaiam: I - em áreas protegidas por lei; II - em áreas ocupadas ou pleiteadas por comunidades quilombolas; e III - em áreas ocupadas ou pleiteadas por populações tradicionais. As áreas regularizadas ficam inegociáveis por dez anos. Os posseiros de áreas da União, que quiserem agilizar o processo, podem procurar as Superintendências, escritórios e unidades avançadas do Inbra para obter informações e pedir a vistoria nas terras que ocupam.

Sem-terra bloqueiam rodovia em MT e invadem sede do Incra – Folha de São Paulo – Brasil – 28/05/2008

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiu ontem a sede do Incra em Cáceres (221 km de Cuiabá). A ação terminou após dois sem-terra serem levados para a delegacia por suposta agressão a dois policiais militares. Manifestantes pediam mais áreas para reforma agrária e investimentos de infra-estrutura nos assentamentos.

O MST de Mato Grosso também bloqueou até o meio da tarde a BR-163 no trevo de Cláudia (604 km de Cuiabá) pelo segundo dia seguido.

De acordo com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), representantes do órgão foram enviados para a região. Os manifestantes querem regularização ambiental de assentamentos, apoio do governo federal e terras para a reforma agrária.

Na Paraíba, integrantes do MST bloquearam trechos de duas rodovias federais. Os manifestantes pediam agilidade na desapropriação de terras no Estado. Os bloqueios tiveram início às 8h30 e terminaram às 15h20, com a presença de representante do Incra.

Justiça condena dirigente do MST a 4 meses de detenção – Folha de São Paulo – Brasil – 28/05/2008

O coordenador nacional e líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Pernambuco, Jaime Amorim, foi condenado pela Justiça estadual a quatro meses de detenção em regime aberto, por incitação ao crime durante manifestação feita em frente ao Consulado dos Estados Unidos em Recife, em dezembro de 2005. O advogado de Amorim, Fernando Prioste, disse que ele é inocente e que contestará a decisão.

Em 2006, o líder sem-terra chegou a ficar preso por uma semana. Durante o protesto no consulado, contra a visita do presidente George W. Bush, manifestantes arremessaram pedras em direção à representação dos EUA.

Em nota, o MST-PE atribuiu ontem a condenação de Amorim, entre outros fatores, à "intervenção do governo dos Estados Unidos" no caso e à "criminalização do direito de manifestação".

No recurso ao Tribunal de Justiça do Estado, Prioste alegará violação do princípio de ampla defesa. Segundo ele, testemunhas a favor do seu cliente não foram ouvidas no processo. **(FÁBIO GUIBU)**

Índios deixam prédio no PR; atos continuam em 3 Estados – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008

No mesmo dia em que índios das etnias caingangue e guarani desocuparam um prédio do governo federal no centro de Curitiba (PR), índios de quatro etnias invadiram ontem a sede da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) em Porto Velho (RO).

Em Cuiabá (MT), os indígenas mantiveram a invasão a um prédio público. Em Carmésia (MG), os pataxó mantêm dois caminhões com tubos de aço da mineradora MMX parados.

Na capital paranaense, os caingangue e guarani liberaram o prédio, que abriga representações do Ministério da Saúde, depois de fecharem um acordo com a direção nacional da Funasa para o repasse de R\$ 220 mil que serão usados no pagamento dos serviços de saúde.

Em Porto Velho, segundo o líder indígena, Nilcélio Jiahui, 90 índios invadiram o prédio da Funasa ontem para exigir repasses atrasados para a saúde. O coordenador do órgão em Rondônia, Josafá Marreiro, disse que os atrasos aconteceram por problemas na prestação de contas das ONGs que dão assistência aos índios.

União quer limite a estrangeiro na Amazônia – Fernanda Odilla – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008

Incrá aguarda parecer da Advocacia Geral da União para definir restrições à aquisição de terras por empresas de capital externo - Consultor-geral da AGU diz que empresas estrangeiras têm adquirido "grandes extensões de terras" sem qualquer tipo de restrição

O governo federal vai fechar o cerco à "invasão estrangeira" na Amazônia. Até a próxima semana, o Incra terá em mãos uma solução jurídica para dificultar a compra de terras por empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro. Um parecer da Advocacia Geral da União vai fixar limites para essa aquisição, o que hoje não existe.

As regras, que passam a vigorar tão logo fique pronto o parecer, vão valer para todo Brasil. Mas o alvo principal é a Amazônia, onde estão 55% das propriedades do país registradas em nome de estrangeiros: são 3,1 milhões de hectares dos 5,5 milhões de hectares cadastrados no Incra por pessoas físicas e jurídicas de outras nacionalidades. A presença estrangeira pode ser ainda maior, já que os proprietários não são obrigados a identificar a nacionalidade na hora do registro.

"É preciso estabelecer regras urgentes porque há uma disputa mundial pelas terras brasileiras", diz Rolf Hackbart, presidente do Incra. Ele tem repetido que as medidas são necessárias não por uma "questão de xenofobia, mas de soberania".

O desejo do presidente Lula de transformar o Brasil na solução para a crise de alimentos e pólo mundial do biocombustível tem relação direta com as alterações. Segundo Hackbart, o interesse estrangeiro pelas terras nacionais cresceu com a estabilidade econômica do país e a necessidade de produzir alimentos e biocombustíveis.

Faltam porém mecanismos legais para interferir no volume e estoque de terras comprados ou arrendados por empresas com sede no Brasil comandadas por estrangeiros. Desde 1998, o Incra controla apenas a aquisição de imóveis rurais de empresas sem sede ou pessoas físicas não residentes no país.

Caberá à AGU apresentar, na próxima semana, um parecer revisado para restringir a aquisição de imóveis rurais por empresas brasileiras controladas por estrangeiros. O consultor-geral do órgão, Ronaldo Jorge, é o responsável por buscar uma solução jurídica "em nome da soberania nacional".

Desde o ano passado a AGU está revendo o próprio parecer, assinado em 1998 pelo então advogado-geral Geraldo Quintão. Na ocasião a norma foi criada para preencher lacunas na legislação abertas com o fim, na Constituição, da diferença entre empresa nacional de capital estrangeiro e de capital nacional. O parecer eliminou a necessidade de autorização para empresas de estrangeiros com sede no Brasil comprarem imóveis rurais no Brasil.

Em audiência no Senado, em março, o consultor-geral da AGU explicou que o parecer está sendo revisto porque os órgãos governamentais não podem mais controlar as aquisições desse tipo. "Com isso, as empresas estrangeiras se associam a empresas brasileiras, tendo controle do capital social, e adquirem grandes extensões de terras sem que se possa estabelecer qualquer tipo de restrição", disse Ronaldo Jorge.

A **Folha** apurou que há dois caminhos para dificultar a compra de terras por estrangeiros. A AGU pode revogar o parecer em vigor e fazer valer a legislação de 1971, que diz que estrangeiros não podem ter mais que 25% das terras num só município e precisam registrar a compra com certidão pública. A AGU pode também alegar que, apesar das mudanças na Constituição, permanecem inalterados os artigos da lei 5.709/71 que estendem a empresas controladas pelo capital estrangeiro as mesmas restrições para pessoas jurídicas e físicas do exterior.

A AGU deve indicar ainda a necessidade do Congresso disciplinar os investimentos estrangeiros no país por meio de projeto de lei. Seria a solução para por fim ao fenômeno dos estrangeiros que compram terras usando "laranjas".

O QUE DIZ A AGU – **Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008**

COMO É HOJE

Um parecer da Advocacia Geral da União de 1998 permitiu que empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro comprem imóveis rurais no território nacional sem a necessidade de autorização

Sem restrição

Assim, empresas estrangeiras têm se associado a brasileiras para adquirir grandes áreas de terras sem que se possa estabelecer qualquer tipo de restrição

COMO VAI FICAR

A AGU vai rever o próprio parecer para restringir a compra de terras por empresas brasileiras cujos acionistas majoritários são estrangeiros. As opções de alteração são:

1 Derrubar o parecer feito por ela própria em 1998 e fazer valer a legislação de 1971 que permite a compra de terras por estrangeiros, mas determina que uma pessoa jurídica ou física de outra nacionalidade não pode ter mais que 1/4 das terras num mesmo município

2 Avaliar que a mudança na Constituição que acaba com a diferença entre empresa nacional de capital nacional e de capital estrangeiro (que obrigou a AGU a emitir o parecer anterior) não interfere na lei de 71

Relatório da Anistia critica "trabalho forçado" na cana – **Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008**

Documento cita 288 trabalhadores resgatados em seis plantações de São Paulo - O governador fluminense, Sérgio Cabral Filho (PMDB), é criticado por sua "política draconiana e belicosa" e por ter abandonado promessas

A Anistia Internacional, organização que investiga a situação dos direitos humanos em 150 países, criticou a situação dos trabalhadores nas plantações de cana-de-açúcar no Brasil, que são "explorados e submetidos a trabalhos forçados".

A parte do Brasil no relatório anual da entidade, publicado ontem, ocupa quatro páginas e meia (entre 361) e destaca problemas conhecidos dos brasileiros: violência policial, Justiça ineficiente, violência e ameaças no campo e contra as populações indígenas e trabalho forçado e degradante em vários Estados.

Também não escapou da investigação da Anistia o caso da adolescente de 15 anos que ficou presa numa cela no Estado do Pará, em novembro do ano passado, onde foi "continuamente estuprada, alegadamente em troca de comida".

Foi a primeira vez que a Anistia chamou a atenção para o trabalho nos canaviais, que tem crescido com o boom dos biocombustíveis, mas ainda enfrenta condições precárias. Entre outros casos, o documento cita números do Ministério do Trabalho, de 288 pessoas vítimas de trabalho forçado resgatadas em seis plantações em março do ano passado em São Paulo, Estado mais rico do país.

Também ganhou destaque a situação de 409 trabalhadores, 150 deles indígenas, libertados de uma usina de etanol em Mato Grosso do Sul.

A crítica ao trabalho no campo ocupa espaço crescente, mas uma das principais questões de preocupação continua a ser a situação da segurança pública. O relatório diz que as comunidades carentes ficam "presas numa armadilha entre as gangues de criminosos e as práticas discriminatórias e violentas da polícia" e que "milhares foram vítimas" dessa violência, que "acentuou a exclusão".

Violência no Rio - A secretária-geral da Anistia Internacional, Irene Khan, disse anteontem que houve avanços do governo brasileiro no campo dos direitos humanos, mas que a situação da segurança pública no país continua "profundamente perturbadora", especialmente no Rio.

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (PMDB), é duramente criticado no relatório por sua "política draconiana e belicosa" e por ter "abandonado suas promessas iniciais", apesar de ser citado nominalmente.

Na Anistia há dez anos e responsável pela parte do Brasil nos relatórios há oito, o pesquisador Tim Cahill afirmou que "o dia-a-dia das pessoas continua exatamente o mesmo", apesar de avanços institucionais. Cahill já esteve no país neste ano para pesquisas e deve voltar para aprofundar o relatório do ano que vem. Segundo ele, a Anistia tem prestado atenção no conflito em Raposa/Serra do Sol e aprofundado as investigações nos canaviais.

Cahill defende que o Brasil não deveria se mobilizar apenas em casos de comoção nacional, como o do menino João Hélio, ou de repercussão internacional -como os denunciados pela própria Anistia.

Na lista de casos emblemáticos entregue aos jornalistas de dezenas de países que foram à divulgação do relatório anteontem em Londres, o Brasil é representado pela índia guarani-kaiowá Kuretê Lopes, assassinada com um tiro no peito aos 69 anos, em janeiro do ano passado, atingida por seguranças particulares durante uma desocupação do que os índios consideram suas "terras ancestrais".

Governo diz que setor é prioridade em fiscalizações – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008

O Ministério do Trabalho afirmou ontem que o setor sucroalcooleiro foi definido, no ano passado, como prioridade nas ações de fiscalização de campo. "O crescimento do número de trabalhadores resgatados no setor sucroalcooleiro reflete exatamente a preocupação do governo brasileiro em intensificar a presença repressiva dos agentes do Estado nesse segmento econômico", diz comunicado do ministério.

Segundo a assessoria da pasta, o grupo de fiscalização móvel, que vistoria fazendas, libertou em 2007 um número recorde de trabalhadores (5.999). A meta é ultrapassar esse número neste ano. Desde janeiro, foram libertados 1.019 trabalhadores. A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) qualificou como "visão equivocada e fora de contexto" a menção ao setor sucroalcooleiro do país no relatório da Anistia Internacional.

Para a Unica, o texto traz "casos isolados e ainda sem conclusão judicial quanto a eventuais transgressões". A entidade representa as principais usinas produtoras de açúcar e álcool do centro-sul do Brasil. SP responde por 60% da produção nacional.

O governador Sérgio Cabral Filho (PMDB-RJ) afirmou que o "enfrentamento" entre polícia e bandidos ocorre no Rio porque os criminosos são "covardes e beligerantes". "O desrespeito dos direitos humanos é você ter na comunidade cidadãos inocentes reféns de marginais que decidem a conduta deles, que decidem as regras", disse.

Contag apóia restrições para compra de terras por estrangeiros – Sítio Eletrônico da Contag - 30/05/2008

A Contag manifesta seu apoio à iniciativa do Incra e da Advocacia Geral da União, em definir regras que coíbam a compra de terras nacionais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. No entanto, mesmo reconhecendo a importância desta medida para assegurar o controle público sobre o território, defendemos que as restrições sejam ampliadas para regular o direito à propriedade rural no Brasil, exigindo o cumprimento dos preceitos fundamentais da função sócioambiental da terra.

O movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (MSTTR) compreende que a terra não é uma mercadoria. Ela é um bem de uso comum e uma fonte indispensável de vida e garantia de direitos humanos. Desse modo, qualquer pessoa física ou jurídica, brasileira ou estrangeira, que se apodera do direito de expandir ilimitadamente seu poder sobre a terra agride o Estado Democrático de Direito, que se fundamenta na soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana e nos valores sociais do trabalho.

A Contag considera que o aprofundamento do modelo de desenvolvimento rural baseado na monocultura para exportação e no incremento à produção de agrocombustíveis vem provocando significativa ampliação do processo de concentração da terra, agravado

pelo fenômeno da estrangeirização das terras. Trata-se de uma realidade nociva ao País, na medida em que, também, aumenta a degradação ambiental, acirra a violência e exploração contra trabalhadores rurais, inclusive com o uso do trabalho escravo, e promove o êxodo rural.

Portanto, é urgente estabelecer sérias restrições à tomada do território brasileiro por estrangeiros, mas, também, é fundamental combinar esta iniciativa com a mudança do modelo fundiário e produtivo no campo. Para a garantia dos direitos humanos, é imprescindível, então, que o governo federal coloque a reforma agrária no centro da agenda política. Consideramos um sinal positivo a afirmação do presidente Lula, durante o Grito da Terra Brasil, que os índices de produtividade rural serão atualizados até o final deste ano.

Neste sentido, vamos cobrar esse compromisso do governo federal e continuar lutando para limitar o tamanho da propriedade da terra no Brasil, não só para estrangeiros, mas também para brasileiros. Essa bandeira não interessa apenas aos trabalhadores do campo, mas é um requisito para o cumprimento da determinação constitucional da função social da terra e para a garantia da segurança e soberania alimentar e territorial em nosso País.

Diretoria da Contag

**Governo quer limitar compra de terras por estrangeiros – Sítio Eletrônico da CPT –
30/05/2008**

Um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) pode fixar limites para a aquisição de terras em território nacional por empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro. As novas regras irão valer para todo o país, mas o alvo da mudança é dificultar a compra de terras na região amazônica, onde estão localizadas 55% das terras brasileiras registradas em nome de estrangeiros. Este número pode ser ainda maior já que os proprietários não são obrigados a identificar sua nacionalidade na hora do registro da terra. De acordo com o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, as regras são indispensáveis para a manutenção da soberania nacional porque existe uma disputa mundial pelas terras brasileiras. Em 1998, a Advocacia Geral da União já havia apresentado um parecer contrário a uma lei de 1971 que restringia a possibilidade de aquisição de terras por estrangeiros, mesmo por meio de empresas registradas e estabelecidas no Brasil. A expectativa é de que na próxima semana a AGU apresente um novo parecer revisado que reconheça a validade da lei de 1971.

Raposa: demarcação deve ser decidida em agosto - **Maiá Menezes – O Globo – O País – 31/05/2008**

A polêmica discussão sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, só deverá chegar ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo semestre. O ministro Gilmar Mendes, presidente STF, afirmou ontem, no Rio, que o relator do caso, ministro Carlos Ayres Britto, recebeu novos documentos sobre o assunto e que, por isso, a expectativa de que a votação acontecesse em meados de junho não deverá ser confirmada.

— A nossa expectativa era julgar ainda em junho, todavia o próprio relator recebeu uma série de novos documentos e está a avaliar. Considerando a nossa agenda apertadíssima, é possível que passemos para agosto — disse o ministro, que falou sobre o Supremo e o Tutela do Ambiente, no IV Congresso Internacional de Direito do Ambiente, organizado pela OAB-RJ, no Centro do Rio.

Na semana passada, três ministros do Supremo visitaram a reserva, antes do julgamento das ações contra a demarcação contínua das terras. A região foi alvo de conflitos recentes entre índios e arroteiros, que se recusam a deixar a área.

Ministro: reservas também preservam meio ambiente

Na palestra, feita para especialistas em Direito Ambiental e estudantes, o ministro afirmou que a manutenção de reservas indígenas tem sido também uma forma de garantir a preservação ambiental: — A questão da posse e uso das reservas indígenas, envolve hoje aspectos ligados a áreas de fronteiras, a possibilidade de presença ou não de elementos das Forças Armadas. Mas é notório, esse tem sido um dos discursos talvez mais consistentes daqueles que militam na causa indígena, que as reservas indígenas têm sido também uma forma de preservação do meio ambiente.

É fácil fazer a verificação, se fizermos a devida comparação entre territórios indígenas e outras áreas de quão intensa tem sido a preservação.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

